

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 729
17 de Dezembro de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22/25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

COMITÉ CENTRAL APROVA IMPORTANTE RESOLUÇÃO

O PCP NA DEFESA DA DEMOCRACIA

1. A revolução, a contra-revolução e os problemas nacionais

A revolução democrática e as suas conquistas
A contra-revolução e seus objectivos estratégicos
Consequências da contra-revolução
O conflito central

2. A política de direita contra a economia nacional

Degradação da economia portuguesa
A dívida externa
A especulação bolsista
As ofensivas contra-revolucionárias
O Orçamento do Estado
Por uma política económica nacional

3. A política de direita contra o bem-estar do povo

Melhoramento das condições de vida, força da democracia
Aumento do desemprego, baixa de salários
Revisão da legislação laboral
Outros graves problemas sociais
A política social necessária

4. A política de direita contra as liberdades e a democracia

Uma conquista histórica ameaçada
Os projectos de leis eleitorais antidemocráticos
Repressão de direitos sindicais
Limitações às liberdades
A situação antidemocrática na comunicação social
A governamentalização das instituições
Em defesa da democracia política

5. A política de direita contra a independência e a soberania nacionais

Valor inalienável da independência nacional
A integração na CEE — graves limitações da soberania
Agravamento da dependência económica
Agravamento da dependência política e diplomática
Agravamento da dependência cultural
Agravamento das facilidades militares ao estrangeiro
Em defesa da independência nacional

6. A revisão da Constituição

Salvar e continuar a democracia
O projecto do PSD: a subversão do regime
A posição e papel do PS
Projectos de outros partidos
Projecto de revisão e objectivos do PCP
O povo português tem uma palavra a dizer

7. A força da democracia

Correlação de forças
Governo e Oposição
O imperativo da unidade

8. O PCP força essencial da democracia

Acção insubstituível
Cinco direcções da actividade
Reforço do Partido
Preparação do XII Congresso

DECLARAÇÃO DO CC DO PCP SOBRE O ACORDO URSS-EUA RELATIVO À LIQUIDAÇÃO DOS MÍSSEIS NUCLEARES DE ALCANCE MÉDIO

Estes documentos aprovados na reunião plenária do Comité Central do PCP de 11 e 12 de Dezembro estão incluídos numa separata especial deste número do «Avante!»



Os trabalhadores da Função Pública protestam contra os aumentos de miséria fixados pelo Governo.

Função Pública manifesta-se na rua

Pag. 5/Semana

ORÇAMENTO DO ESTADO menos justiça social e mais impostos

Pags. 10 e 11/Semana



A abertura do novo Centro de Trabalho do PCP em Alpiarça, que assinalou também o encerramento das contas da campanha que permitiu a sua construção, foi motivo de festa na localidade. O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, esteve presente na iniciativa, proferindo um discurso no comício que culminou a jornada.

ALPIARÇA

Pags. 1,2 e 3/Semana

Avante!

Devido aos feriados de Natal e Ano Novo, os próximos números do «Avante!» sairão nos dias 23 e 30 de Dezembro, terça-feira.

Editorial

Passos em frente

A defesa do regime democrático caldeado no processo da Revolução de Abril e a consolidação das suas conquistas históricas, no momento actual gravemente ameaçadas pela ofensiva da direita restauracionista governante;

A reafirmação do papel dos comunistas na luta do povo português pela liberdade, a democracia, o progresso social, a independência nacional e a Paz, colocar o Partido à altura das suas responsabilidades nos dias que vivemos, definir tarefas essenciais imediatas, preparar os caminhos do futuro — eis o que esteve no centro dos debates aprofundados de dois dilatados dias do plenário do Comité Central do PCP no último fim-de-semana.

As alterações qualitativas produzidas pelo avanço da contra-revolução nos últimos seis meses, particularmente depois das eleições de 19 de Julho, e os desenvolvimentos a nível da consciência política do povo e do posicionamento das forças democráticas face aos problemas complexos que defrontamos tornaram imperativos para o Comité Central do PCP:

— a reafirmação da natureza da Revolução de Abril e do carácter inseparável da democracia política e da democracia económica inscritas na Constituição da República actualmente em tempos de revisão;

— a caracterização da política de direita e dos seus objectivos restauracionistas;

— a leitura ponderada da arrumação e da correlação de forças sociais e políticas no momento actual e os seus previsíveis desenvolvimentos.

Passos em frente de particular significado foram dados nesta reunião do CC do PCP. A acção insubstituível dos comunistas, a confirmação das cinco direcções de actividade apontadas na reunião plenária de 22/23 de Julho, o reforço do Partido, a preparação activa do seu XII Congresso, são pontos de referência dos debates travados no último fim-de-semana pelo CC do PCP.

A Resolução política aprovada no final dos trabalhos — que neste número do «Avante!» publicamos em separata — é um valioso instrumento nas mãos dos comunistas para a sua intervenção dinâmica numa necessária mudança de rumo na política nacional.

Levá-la à prática é agora a tarefa primordial dos militantes do PCP.

A luta em que nos empenhamos, que interessa vitalmente a todo o movimento operário popular e democrático, é de facto uma luta decisiva dos destinos imediatos da Revolução portuguesa.

A reafirmação pelo CC do PCP do carácter da Revolução que pôs termo ao regime fascista e colonial, tornou-se necessária pela clara reactivação do projecto contra-revolucionário do Governo cavaquista e da sua ofensiva global contra as conquistas democráticas do 25 de Abril.

Esta reafirmação tornou-se tanto mais necessária quanto é certo que em alguns sectores conhecidos da opinião democrática se manifestam tendências defectistas que sob fórmulas de transacção admitem — e a isso se dispõem a confor-

mar-se — a transformação do regime democrático saído do 25 de Abril numa típica democracia burguesa obviamente «musculada», com o sacrifício das conquistas fundamentais da Revolução.

Que não se trata de uma «invencionice» dos comunistas é uma questão facilmente verificável nos projectos legislativos e propostas de revisão subversiva da Constituição do Governo Cavaco Silva/PSD em que abertamente se inspira a sua prática política. Verificável, por outro lado, em declarações públicas, em ideias e projectos de revisão constitucional e em sabidas negociatas de bastidores da parte de certos círculos e dirigentes da oposição democrática.

No momento actual confluem projectos, realizações e pressões a que os resultados eleitorais, desviados da sua verdadeira intenção política, emprestam um suporte institucional de inegáveis perigos para o regime democrático.

O Conselho de Ministros aprovou já projectos que a serem aprovados na AR abrirão a porta à contra-revolução legislativa.

Projectos de lei das reprivatizações visando a liquidação das nacionalizações; outros decretando a destruição da Reforma Agrária, a alteração das leis rurais do arrendamento, do emparcelamento, dos baldios contra os interesses dos pequenos e médios agricultores e das populações rurais; pacote de leis laborais justamente considerado pelo movimento sindical unitário como um massacre dos interesses, direitos e garantias sociais dos trabalhadores; leis eleitorais antidemocráticas não só para os dois órgãos de soberania Assembleia da República e Presidente da República como para os órgãos do Poder Local.

A subversão do nosso ordenamento constitucional é outro dos perigos que se avolumam nos horizontes na próxima revisão da Constituição.

O Orçamento de Estado agora em debate no plenário da AR — que tudo aponta vir a ser aprovado apenas pelo PSD que detém a maioria parlamentar absoluta — é um documento de classe orientado para o agravamento da espoliação financeira dos trabalhadores, para o aumento dos benefícios do grande capital, para as restrições de serviços de eminente utilidade pública como a saúde, o ensino, a previdência social, para a estagnação económica.

Os recentes aumentos de preços e outros que se anunciam, trazem a mesma marca de classe.

Tais realizações e projectos vindos agora a público em letra de forma encontram a crescente contestação de amplos sectores populares, em particular de trabalhadores, cujo voto em 19 de Julho, que deu ao PSD e a Cavaco Silva a maioria da Assembleia da República, obedeceu a motivações diferentes.

É uma verdade já verificável na prática que «os resultados das eleições de 19 de Julho não traduzem a real correlação de forças da sociedade portuguesa» — diz-se na Resolução política do CC.

«O apoio eleitoral que Cavaco Silva e o PSD

obtiveram em 19 de Julho — determinado em larga medida por circunstâncias económicas, políticas e psicológicas de carácter conjuntural — excede largamente o real apoio social e político ao seu Programa e à sua actuação no Governo.»

A Resolução do CC do PCP põe acento particular no imperativo da unidade das forças democráticas, na sua mobilização e acção. Não para o recuo e a desfiguração do regime democrático mas para a sua defesa e consolidação. Não para a passividade e a conformação ante a ofensiva restauracionista da direita, para a aceitação da destruição das conquistas de Abril, mas para uma activa resposta à ofensiva da contra-revolução, para travar o passo ao restauracionismo.

À classe operária cabe um papel determinante na defesa do regime democrático. À ofensiva antioperária é imperioso responder com a força de massas do movimento operário e popular, com a luta firme e organizada contra os intentos do grande capital.

Contra os trabalhadores estreitam-se os laços entre os governantes e reconhecidos exploradores e inimigos da classe operária.

Ferraz da Costa — o «barão» da CIP — diz mesmo que «a proposta da lei laboral do Governo surge num momento em que estão criadas as condições políticas e económicas para substituir a legislação do trabalho». O senhor da CIP toma os seus desejos por realidades...

A unidade dos democratas é uma necessidade imperiosa do momento actual para a defesa e a consolidação da democracia.

Uma unidade «construída através do reforço do diálogo e da procura do entendimento e da convergência.»

«A dinamização da CDU — diz-se na Resolução do CC — coloca-se como tarefa fundamental do momento presente.»

Mas a revisão constitucional, em que a direita restauracionista deposita as esperanças de machadar o regime democrático e abrir caminho jurídico à reconstituição do poder dos monopólios, exige uma larga convergência dos democratas, a activa participação popular no processo de revisão, uma estreita relação entre a luta institucional no âmbito da Assembleia da República e a luta de massas.

Os perigos que ameaçam o regime democrático consignado na Constituição colocam a exigência do entendimento dos partidos democráticos com assento parlamentar, a exigência de ultrapassar preconceitos que têm comportado prejuízos dos mais sérios para a democracia portuguesa, a exigência do abandono do hegemonismo no seio das forças democráticas.

É difícil compreender que no momento em que a ameaça contra-revolucionária do cavaquismo ganha volume e se torna um perigo real para a democracia se venham afirmar objectivos irrea-

Resumo

9 Quarta-feira

O PCP apresenta no Parlamento Europeu um pedido de auxílio no valor de 500 mil contos para as zonas atingidas pelo temporal no Algarve ■ Os trabalhadores da Petrogal iniciam uma greve de três dias pela defesa da proposta de aumento salarial de 11 por cento ■ Milhares de pessoas bloqueiam a linha do caminho-de-ferro em Braço de Prata, protestando contra o serviço deficiente da CP ■ A Direcção da Associação Nacional de Municípios é recebida pelo Presidente da República,



A Direcção da Associação Nacional de Municípios é recebida pelo Presidente da República.

e pela comissão parlamentar respectiva, em sucessivas audiências, nas quais manifestou o seu protesto face à proposta governamental em relação às verbas destinadas ao Poder Local ■ Em Washington, Ronald Reagan e Mikhail Gorbatchov abordam as negociações sobre a redução das armas estratégicas e conflitos regionais ■ As forças de segurança das Filipinas prendem o coronel Honasan, chefe de uma tentativa de golpe de Estado em Agosto passado ■ O jornal turco «Gunes» revela que a polícia política prendeu 37 comunistas na Turquia ■ A agência de notícias húngara MTI anuncia que o CC do Partido Socialista Operário Húngaro fez propostas sobre a realização de reformas económicas e a remodelação governamental.

10 Quinta-feira

Por isso, o Plenário do Comité Central dedicou uma atenção particular à acção do Partido, «uma vez mais chamado a desempenhar um papel determinante na luta contra a política de direita e na defesa do regime democrático» (...), «o único grande partido que defende firme e consequentemente os interesses e direitos dos trabalhadores e das massas populares, as conquistas de Abril, o regime democrático e a independência e a soberania nacionais».

A Resolução do CC reafirma as cinco direcções de actividade definidas na sua reunião de 22/23 de Julho: a acção institucional; o reforço e dinamização das organizações, movimentos e organismos unitários e da luta de massas; a convergência e a unidade dos democratas e, como condição fundamental, o reforço do Partido no qual se integra como iniciativa relevante a preparação do XII Congresso.

Passos em frente foram dados e outros estão na perspectiva. Concretizá-los na prática é um imperioso dever dos militantes do Partido.

Milhares de trabalhadores da Função Pública e Administração Local concentram-se em frente à Assembleia da República, protestando contra o aumento salarial de 6,5 por cento, acordado entre o Governo e a UGT ■ A greve nacional dos trabalhadores judiciais regista uma adesão superior a 97 por cento, segundo anuncia uma fonte sindical. Entretanto no Porto e em Braga, 18 mil estudantes de Letras são abrangidos pela greve de 24 horas ■ O secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, afirma que a gestão da Bolsa é «o escândalo moral e financeiro deste Governo» ■ Termina a cimeira entre Mikhail Gorbatchov e Ronald Reagan, em Washington, enquanto o porta-voz da Casa Branca revela que deverá realizar-se nova cimeira na Primavera, em Moscovo ■ O presidente da Costa Rica, Oscar Arias, recebe, em Oslo, o Prémio Nobel da Paz ■ Em Angola o MPLA-PT comemora o 31.º aniversário do movimento e os dez anos de formação do partido ■ A Frente Polisário expressa a sua confiança nos resultados da ONU sobre o Saara Ocidental e manifesta a «disposição» de apoiar esta organização e a OUA, para levar a cabo um referendo sobre a autodeterminação.

11 Sexta-feira

O PCP expõe, em conferência de imprensa, a posição do CC sobre a

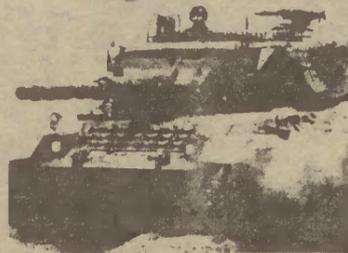
situação política actual. Afirma que «a revisão da Constituição que o PSD pretende, a ser aprovada, significaria não uma simples revisão mas uma ruptura e subversão do regime democrático» ■ Na Assembleia da República decorre a sessão comemorativa do 10.º aniversário das primeiras eleições autárquicas, com todos os partidos da oposição a fazerem uma crítica frontal ao Orçamento de Estado no capítulo das autarquias ■ O ministro da Educação, Roberto Carneiro, confirma que o programa interministerial de promoção do sucesso escolar irá mobilizar, já a partir do próximo ano, uma verba de três milhões de contos ■ Os Estados membros da NATO que possuem mísseis nucleares de médio alcance assinam com os EUA, em Bruxelas, os acordos que permitem a aplicação dos sistemas de verificação consagrados no tratado soviético-americano para a retirada e eliminação dos INF ■ Na abertura da reunião do CC da Frelimo, o presidente moçambicano, Joaquim Chissano adverte que o belicismo da África do Sul está a tomar «proporções alarmantes» na África Austral.

12 Sábado

Os magistrados do Ministério Público decidem realizar uma greve no dia 18 deste mês, pela defesa de uma justiça mais digna e mais de acordo com os interesses do povo português ■ Álvaro Cunhal participa num comício, em Alpiarça, e afirma que «é hora



de fazer a convergência democrática para enfrentar a política de direita» ■ A Associação de Intervenção Política Democrática (ID) realiza a sua primeira assembleia geral, durante a qual aprovou uma Declaração Final que a define como «espaço extra partidário de debate, diálogo e aproximação entre personalidades democratas de vários quadrantes» ■ A CGTP encerra o Debate Nacional sobre Segurança Social. Uma das conclusões do debate é que «o papel do Estado é insubstituível na Segurança Social» ■ Uma missão da ONU chega a Angola para discutir com o governo deste país a implementação da resolução que exige a retirada imediata e incondicional das tropas Sul-africanas do sul de Angola ■ Países árabes condenam Israel pelas novas agressões na Faixa de Gaza ■ O senado norte-americano aprova ajuda de nove milhões de dólares para os «contras» da Nicarágua ■ Viktor Karpov, negociador soviético de desarmamento, afirma que creê possível um acordo que reduzirá a metade os mísseis estratégicos para meados de 1988.



Agricultores do Ribatejo reunidos em Santarém.

13 Domingo

A Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém realiza o sexto Encontro da Lavoura e dos Agricultores do Ribatejo ■ O Conselho Nacional do Partido «Os Verdes» critica o tipo de política ambiental do Governo de Cavaco Silva ■ O PCP afirma, em conferência de imprensa, que o Orçamento de Estado trava o crescimento e representa o regresso do ciclo dos défices ■ A Petrogal conclui, em Trípoli, negociações directas com a Líbia, considerando-as positivas por poderem conduzir a uma possível melhoria de preços ■ Um porta-voz da OLP afirma que 49 palestinianos são mortos ou feridos pelas tropas israelitas, em Gaza e na Cisjordânia ■ Os socialistas vencem as eleições gerais na Bélgica. Em consequência da derrota eleitoral o primeiro-ministro belga (conservador) demite-se ■ O Quênia e o Uganda entram em tiroteio na fronteira comum.

14 Segunda-feira

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços realiza uma mesa-redonda, em Lisboa, para debater as consequências para as mulheres da desregulamentação dos horários de abertura e encerramento no comércio e serviços ■ Os trabalhadores da INDEP cumprem o primeiro dos três dias de vigília, à porta da residência oficial do Primeiro-Ministro ■ O Presidente da República, Mário Soares, chega a Madrid, em visita oficial a Espanha ■ Tem início a terceira cimeira da Associação dos Países do Sudeste Asiático, em Manila, para o reforço da cooperação económica entre os seis países membros ■ O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, propõe negociar com os EUA «um pacto de segurança mútua» para «libertar a América Central de toda a presença militar estrangeira» ■ O dólar entra de novo em queda nas principais praças do mundo capitalista.

15 Terça-feira

O PCP e o PS anunciam que não vão votar favoravelmente o Orçamento de Estado e as Grandes Opções do Plano do Governo ■ Decorre o Encontro das Comissões de Trabalhadores de Lisboa para debaterem a revisão constitucional ■ A CGTP alerta os trabalhadores para a «manobra de diversão e manipulação da opinião pública» do Governo e da UGT, com o apoio da comunicação social, sobre a revisão da legislação laboral ■ Cerca de dois milhões de gregos aderem à greve geral na Grécia, exigindo aumentos salariais e alteração da política de rendimentos decidida pelo governo ■ O ex-senador democrata Gary Hart anuncia que vai candidatar-se de novo à Presidência dos EUA ■ Termina a Cimeira da Associação das Nações do Sudeste Asiático com a adopção da «Declaração de Manila», em que os países membros acordam no reforço da cooperação económica.

Errata

No documento «O PCP na defesa da democracia», aprovado na Reunião do Comité Central de 10 e 11 de Dezembro, que publicamos na íntegra em separata a este número do «Avante!», algumas gralhas foram detectadas, fruto do intenso trabalho a que a redacção final, composição e revisão obrigou. Embora não obstem à compreensão perfeita do conteúdo do documento, procedemos à sua correcção. Assim, no 1.º capítulo, página 5, quarto parágrafo, onde se lê «opróbrio», deve ler-se «oprobrio»; no 7.º capítulo, na parte intitulada «O imperativo da unidade», página 22, sétimo parágrafo, onde se lê «movimento presente», deve ler-se «momento presente»; no último parágrafo do capítulo 8.º, página 27, onde se lê «coexistência» deve ler-se «consciência».

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

O PCP na defesa da democracia

— Resolução do CC do PCP —
10/11 DEZ 1987





ÍNDICE

1. A revolução, a contra-revolução e os problemas nacionais

	Pags.
A revolução democrática e as suas conquistas	5
A contra-revolução e seus objectivos estratégicos	5
Consequências da contra-revolução	6
O conflito central	6

2. A política de direita contra a economia nacional

Degradação da economia portuguesa	7
A dívida externa	7
A especulação bolsista	8
As ofensivas contra-revolucionárias	8
O Orçamento do Estado	9
Por uma política económica nacional	9

3. A política de direita contra o bem-estar do povo

Melhoramento das condições de vida, força da democracia	10
Aumento do desemprego, baixa de salários	10
Revisão da legislação laboral	10
Outros graves problemas sociais	11
A política social necessária	11

4. A política de direita contra as liberdades e a democracia

Uma conquista histórica ameaçada	12
Os projectos de leis eleitorais antidemocráticos	12
Repressão de direitos sindicais	13
Limitações às liberdades	13
A situação antidemocrática na comunicação social	13
A governamentalização das instituições	14
Em defesa da democracia política	14

5. A política de direita contra a independência e a soberania nacionais

Valor inalienável da independência nacional	15
A integração na CEE — graves limitações da soberania	15
Agravamento da dependência económica	16
Agravamento da dependência política e diplomática	16
Agravamento da dependência cultural	16
Agravamento das facilidades militares ao estrangeiro	17
Em defesa da independência nacional	17

6. A revisão da Constituição

Salvar e continuar a democracia	18
O projecto do PSD: a subversão do regime	18
A posição e papel do PS	18
Projectos de outros partidos	19
Projecto de revisão e objectivos do PCP	19
O povo português tem uma palavra a dizer	20

7. A força da democracia

Correlação de forças	21
Governo e Oposição	21
O imperativo da unidade	22

8. O PCP força essencial da democracia

Acção insubstituível	23
Cinco direcções da actividade	23
Reforço do Partido	25
Preparação do XII Congresso	26

Declaração do CC do PCP sobre o acordo URSS-EUA relativo à liquidação dos mísseis nucleares de alcance médio

29

A revolução, a contra-revolução e os problemas nacionais

A revolução democrática e as suas conquistas

A revolução de Abril constituiu um marco glorioso na história de Portugal e da luta do povo português.

Desde o golpe militar de 28 de Maio de 1926, durante 48 anos, o povo português viveu privado das mais elementares liberdades e sujeito ao terror fascista. A ditadura foi o instrumento da centralização e concentração de capitais, de formação de grupos monopolistas associados ao imperialismo estrangeiro, do poder económico dos monopólios e latifundiários que pela violência e o terror dominaram toda a vida económica e política e impuseram aos trabalhadores e ao povo português em geral a mais desenfreada exploração.

A partir de 1961, para fazer frente à luta de libertação dos povos das colónias portuguesas, a ditadura fascista lançou o povo e a juventude em guerras criminosas, em que sacrificaram a vida ou ficaram mutilados e deficientes milhares de jovens portugueses e africanos, cujos interesses fundamentais eram coincidentes.

A revolução de Abril pôs fim ao odioso regime fascista e colonialista que representava um opróbrio e uma vergonha histórica para o povo português e a pátria portuguesa.

A revolução de Abril (desencadeada pelo levantamento militar do MFA e desenvolvida em 1974/75 pelo movimento popular de massas) representou o derrubamento do governo fascista; a conquista pelo povo português das liberdades democráticas; a conquista pelos trabalhadores de direitos fundamentais; o fim das guerras coloniais com o reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à completa e imediata independência; a liquidação dos monopólios e do seu poder através das nacionalizações dos sectores básicos da economia portuguesa; a liquidação dos latifúndios com a Reforma Agrária; a constituição de um Poder Local altamente descentralizado e ligado às populações; a consagração da autonomia político-administrativa das regiões insulares e finalmente, como resultante do processo revolucionário, **a instauração de um regime democrático que inseriu como elementos constitucionais fundamentais e irreversíveis todas as grandes e históricas conquistas do povo português.**

As conquistas democráticas, ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, não traduziram um «queimar de etapas» resultante de uma acção voluntarista de qualquer força política ou militar. Elas corresponderam a necessidades objectivas de carácter económico, social,

cultural e político. Foram indispensáveis para que a liberdade alcançada não fosse estrangulada à nascença. **No processo da revolução portuguesa não se podem separar a liberdade e a democracia política da nova organização económica resultante da liquidação dos monopólios e dos latifúndios.**

A Constituição da República Portuguesa aprovada pela Assembleia Constituinte em 25 de Abril de 1976 (não apenas pelos comunistas, como alguns analistas insinuam, mas também pelos deputados do PSD e do PS) consagrou o regime democrático conquistado com a revolução.

A revolução democrática abriu a Portugal amplas perspectivas de desenvolvimento económico e social numa nova dinâmica determinada pelos interesses nacionais e pelo melhoramento das condições de vida do povo português.

O PCP mantém-se inteiramente fiel às conquistas do povo português, ao regime democrático de que elas são parte constitutiva, à Constituição que as consagra.

A contra-revolução e seus objectivos estratégicos

eA partir de 1976, como resultado da ruptura do MFA, das alianças de sectores democráticos (designadamente do PS) com as forças da direita e da conseqüente alteração da correlação de forças, iniciou-se o processo contra-revolucionário. Sucessivos governos com composições partidárias diversas (PS sózinho, PS/CDS, PSD/CDS, PSD sózinho) desencadearam violentas ofensivas contra as conquistas democráticas da revolução de Abril.

Embora com diferentes tácticas e ritmos diversos, todos esses governos e todos esses partidos definiram objectivos estratégicos semelhantes.

Como justificação da política e das medidas contra as conquistas democráticas foi frequentemente invocada «a recuperação económica». Com inteira razão o PCP caracterizou tal política e tais medidas como de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

As ofensivas contra as nacionalizações, contra a reforma agrária, contra numerosos direitos alcançados pelos trabalhadores e por vastos sectores sociais, contra importantes aspectos da democracia política, visaram e continuam a visar na actualidade **um objectivo estraté-**

gico central: a restauração dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifúndios, do poder dos grandes capitalistas e agrários, do capitalismo monopolista de Estado, ou seja, a restauração de estruturas económicas idênticas às do tempo do fascismo e do poder político do grande capital.

Consequências da contra-revolução

As consequências económicas, sociais e políticas resultantes da política de direita realizada por sucessivos governos nos últimos 11 anos e da conseqüente entrega de significativa parte da economia portuguesa ao grande capital e ao imperialismo foram desastrosas para Portugal e para o povo português.

O avanço do processo contra-revolucionário conduziu Portugal a uma grave crise que a política de direita não só se tem mostrado incapaz de superar como tem agravado em aspectos estruturais.

A integração de Portugal na CEE, realizada com o claro fim de intervir como um instrumento da política de direita contra as conquistas democráticas do povo português, **constitui um novo elemento motor do aprofundamento e agravamento estrutural da crise, assim como da dependência externa.**

São aspectos fundamentais da crise:

a) a desorganização, desestabilização, recessão, estagnação e anarquia do aparelho produtivo e da produção nacional;

b) o endividamento geral do País, do Estado e das empresas;

c) o baixo nível das condições de vida do povo a par da restauração das grandes fortunas e da veloz centralização de capitais da cruzada de espoliação de recursos e de processo especulativos;

d) a dependência externa crescente nos domínios económico, político, militar e cultural.

Alguns índices positivos registados nos anos 1985/86 (diminuição do défice da balança comercial e saldos positivos da balança de transacções correntes, melhoramento das razões de troca, nível estacionário da dívida externa, diminuição da taxa de inflação) devem-se no fundamental a causas externas, designadamente à baixa dos preços do petróleo e dos cereais e à queda das taxas de juro e da cotação do dólar, circunstâncias que beneficiaram Portugal em centenas de milhões de contos e que, com a manipulação da comunicação social, permitiram que se espalhasse a ideia de que Portugal estava a sair da crise graças à política do Governo de Cavaco Silva.

As causas estruturais da crise (designadamente as referentes à produção industrial e agrícola) não foram

atenuadas antes continuam a agravar-se. Índice significativo e o reaparecimento, designadamente em 1987, de acentuada subida dos défices das balanças alimentar, energética e de bens de equipamentos, o que faz prever que Portugal reentre num ciclo que (salvo imprevisíveis factores externos ou injeções artificiais de capitais estrangeiros) conduzirá a novo agravamento do défice da Balança de transacções correntes e da dívida externa.

As ofensivas contra as conquistas democráticas do povo português e contra a organização económica consagrada na Constituição com vistas à entrega de novo dos recursos nacionais e das alavancas da economia aos grandes capitalistas, aos grandes agrários e às multinacionais e à reestruturação do capitalismo monopolista de Estado, não conduzem à solução dos problemas nacionais mas ao seu efectivo agravamento.

O conflito central

A situação actual mantém na ordem do dia o que tem sido o conflito central na vida económica, social e política dos últimos 11 anos: ou a consolidação ou a subversão do regime instaurado com a revolução de Abril.

A situação política actual caracteriza-se por dois traços fundamentais:

a) **a tentativa das forças de direita (tendo como principais instrumentos o Governo e uma maioria da Assembleia da República) de levar ao seu termo o plano subversivo e contra-revolucionário de liquidar as conquistas democráticas do povo português e o regime de que elas são parte constitutivas;**

b) **e a determinação do movimento operário e popular e das forças democráticas mais conseqüentes de impedir uma vez mais que os planos da contra-revolução sejam realizados, e de assegurar a continuação do regime democrático instaurado com a revolução e consagrado na Constituição da República.**

A direita instalada no poder está actualmente em condições mais favoráveis para avançar nas suas ofensivas. O processo contra-revolucionário está mais avançado. Daí novos e sérios perigos para o regime democrático. Mas a classe operário, os trabalhadores, o povo português dispõem de possibilidades e potencialidades para fazer frente à reacção.

A direita mobiliza as suas forças para destruir a democracia. O movimento operário e popular e as forças democráticas têm o dever de mobilizar todas as suas forças para defendê-la, salvá-la e continuá-la.

A política de direita contra a economia nacional

Degradação da economia portuguesa

A organização económica criada com a revolução de Abril e consagrada na Constituição, com a diversidade e complementaridade das formações económicas (traduzidas na Constituição sob a designação de sector público, sector privado e sector cooperativo com referência explícita a unidades de produção geridas por colectivos de trabalhadores, ao controlo de gestão e à intervenção democrática e participação crescente dos trabalhadores) abriu a Portugal perspectivas de desenvolvimento económico conforme com os interesses do povo e do País.

Os primeiros grandes passos e sucessos das empresas intervencionadas e da reforma agrária confirmaram a possibilidade de concretizar uma tal perspectiva.

O avanço do processo contra-revolucionário, a política de destruição da nova organização económica resultante da revolução democrática, designadamente das empresas nacionalizadas com vistas à sua reprivatização e da reforma agrária com vistas à restauração do latifúndio traduziu-se numa cruzada de espoliações e de acumulação e centralização forçadas, transferindo brutalmente para as mãos dos grandes capitalistas a propriedade dos principais meios de produção e capitais disponíveis.

Uma tal política agravou e agrava as fragilidades estruturais, os desequilíbrios e os défices externos da economia portuguesa.

Actualmente, apesar de permanecerem ainda as favoráveis condições externas registadas nos últimos dois anos — mais baixos preços do petróleo e de outras matérias-primas, desvalorização do dólar, relativa estabilização das taxas de juro e desaceleração da inflação nos principais países nossos fornecedores a situação económica portuguesa continua a degradar-se.

São aspectos fundamentais dessa degradação:

- o atraso cada vez maior da economia portuguesa em relação aos outros países capitalistas desenvolvidos;
- a abdicação de uma política de desenvolvimento com critérios nacionais ao serviço do povo e do País;
- o sacrifício de sectores e planos de desenvolvimento fundamentais de economia portuguesa (siderurgia, construção naval, metalurgia de base, indústria química, vidros);
- a desindustrialização verificada em várias zonas do País;
- o peso, tanto na produção como na exportação, de sectores industriais de baixo valor acrescentado e

com fraca evolução na procura a nível mundial (têxtil, calçado e outros);

- o peso dos investimentos para substituição dos equipamentos em sectores tradicionais de baixo valor acrescentado em detrimento dos investimentos em sectores de produção de bens de equipamento e em sectores de mais elevado valor acrescentado nacional;
- as posições crescentes do capital estrangeiro nos mais variados sectores financeiros, industriais, comércio e serviços e a sua penetração na agricultura;
- a estagnação da agricultura com limitações à produção impostas pela CEE, a imposição do sacrifício de produção agrícola substituída por áreas florestais (eucaliptização indiscriminada) destinadas à celulose, a concorrência de produtos importados e o défice cada vez menos recuperável da balança alimentar;
- a degradação do sector das pescas com a ausência de planos pesqueiros e de investigação, a falta de ocupação da nossa ZEE pela frota nacional, a publicação de legislação afectando gravemente a pesca artesanal e a invasão das nossas águas pela frota espanhola, por não terem sido acautelados os interesses nacionais no quadro da CEE;
- o afunilamento das nossas relações económicas externas com uma subida incomportável das importações e o agravamento (que volta a dar-se) do défice da balança comercial que nos 9 primeiros meses de 1987, atingindo 433,8 milhões de contos, registou um agravamento nominal de 62,3%;
- a manutenção da dívida externa num nível tão elevado que os encargos da dívida representam uma carga permanente e insuportável para a economia portuguesa e um gravíssimo obstáculo ao desenvolvimento económico nacional.

A degradação da economia portuguesa torna-se mais rápida e desastrosa por virtude da inserção submissa da economia portuguesa na divisão capitalista internacional do trabalho e da sujeição do País ao imperialismo e às políticas definidas e impostas pela CEE.

O fluxo de fundos estruturais (FEDER, FSE, FEOGA) não consegue encobrir os estragos e prejuízos que a integração na CEE está causando à economia nacional.

A dívida externa

A dívida externa mantém-se extremamente elevada: 16.987 milhões de dólares (2.432,4 milhões de

contos), em Julho. Em consequência da evolução favorável da balança de transacções correntes, devido aos benefícios da conjuntura externa, verificou-se uma sensível desaceleração do aumento nominal de dívida em 1985 e uma diminuição em 1986, quando avaliada em escudos.

Se diminuiu o serviço da dívida em 1986, depois de ter crescido substancialmente em 1984 e em menor percentagem em 1985, deve-se fundamentalmente à baixa das taxas de juro internacionais.

Apesar dos efeitos altamente positivos da evolução conjuntural de factores externos (baixa do dólar e das taxas de juro, do preço do petróleo e outras matérias-primas) a dívida externa continua a ter um peso excessivo sobre a economia portuguesa, bem patente no facto de os principais indicadores da dívida se situarem ao nível do dos países mais endividados do mundo. O constante aumento dos défices da balança comercial e o regresso do défice da balança de transacções correntes — previsto já para 1988 — apontam para novos crescimentos da dívida externa.

A especulação bolsista

A especulação bolsista foi lançada conscientemente pelo Governo PSD/Cavaco inserida na política de restauração do capitalismo monopolista.

A especulação bolsista constitui um novo instrumento:

- de centralização de capitais por processos especulativos muitos dos quais se podem considerar fraudulentos;
- de espoliação das pequenas poupanças pelos grandes capitalistas;
- de rapina de recursos nacionais pelo imperialismo, dado que capitalistas estrangeiros levavam e levam boa parte dos muitos milhões de contos perdidos pelos incautos jogadores da bolsa.

A vertiginosa alta das cotações das acções das empresas (de Dezembro de 1986 a 6 de Outubro de 1987 o índice passou de 100 para 664) provocada de forma artificial designadamente pelas Ofertas Públicas de Venda (OPV's), seguida de uma queda brusca de 664 para 337 só de 6 de Outubro a 12 de Novembro, permitiu a centralização de muitas dezenas de milhões de contos. Só as OPV's permitiram a um reduzido número de capitalistas um encaixe de mais de 80 milhões de contos e «mais valias» (que o governo isentou de impostos) que se estimam em 70 milhões de contos.

À alta das cotações não correspondeu a qualquer aumento da produção ou de riqueza nacional, mas apenas a espoliação e transferência para as mãos de alguns grandes capitalistas de capitais disponíveis e de poupanças que assim foram e são desviados de investimentos e financiamentos em actividades produtivas.

A intervenção da banca e seguradoras nacionalizadas, por manifesta decisão do Governo, para conter artificialmente a baixa mediante a compra de títulos

com cotações em queda, agravará ainda mais a situação destas empresas que ficarão com uma carteira de títulos sobrevalorizada, sem que isso impeça novas quedas que aproximem as cotações dos valores patrimoniais que representam.

O valor criado e não consumido dirige-se assim cada vez mais não para o aumento dos bens pertencentes a toda a sociedade e para o desenvolvimento das forças produtivas, mas sim para a especulação bolsista, para a acumulação do capital e das fortunas privadas.

As ofensivas contra-revolucionárias

O plano do Governo de restauração dos monopólios e dos latifúndios não só não dará solução aos problemas existentes como os agravará.

O Governo lança nova ofensiva de privatização ou reprivatização das Empresas Públicas.

A proposta de «Lei quadro» aprovada pelo Conselho de Ministros em 17.11.87 visa a entrega aos grandes grupos capitalistas de parte significativa do capital social das empresas nacionalizadas mais rentáveis e lucrativas (através da sua prévia transformação em sociedades anónimas de capitais mistos) com total desrespeito pela Constituição designadamente pelo que ela dispõe no art.º 83 sobre a irreversibilidade das nacionalizações feitas depois do 25 de Abril de 1974. A distinção que o Governo pretende fazer entre capital social à época da nacionalização — que reconhece que seria inalienável — e o capital social posteriormente aumentado — que já seria livremente alienável — põe em relevo o escandaloso manobrismo pseudo-jurídico do Governo, mas não disfarça, antes acentua, o carácter frontalmente inconstitucional da operação.

É esclarecedor dos objectivos desta ofensiva, que o Governo argumente a favor da privatização com os prejuízos das Empresas Públicas, e que agora prepare a entrega ao grande capital das empresas mais lucrativas.

No quadro da ofensiva o Governo, através de uma outra proposta de lei, pretende alargar o número de casos em que a alienação de participações do Estado e das Empresas Públicas pode ter lugar por negociação particular, com abandono de concurso público.

Medidas como estas, a concretizarem-se, provocarão ainda maior instabilidade, maior degradação e crises mais profundas em sectores base da indústria, da agricultura e dos serviços.

Para intensificar a ofensiva conta a reforma agrária, o Governo anuncia, até ao fim do ano, a reformulação da lei da reforma agrária, promete aos latifundiários a liberalização dos indivisos, a desnacionalização de terras abrangidas pelos perímetros de rega, a devolução das expropriações não efectivadas, o alargamento ou anulação dos limites de pontuação, a venda pública das terras expropriadas ou nacionalizadas.

Ao mesmo tempo, o Governo recusa-se a executar os acordãos do STA, prossegue as entregas de terras,

os processos de reserva, as majorações e desnacionalizações; continua as execuções fiscais, agora com ameaça aos bens pessoais dos directores das UCP's/Cooperativas; marginaliza as UCP's/Cooperativas no acesso aos subsídios e créditos de investimento, designadamente dos fundos da CEE.

Ao mesmo tempo que desencadeia novas ofensivas contra a reforma agrária, o Governo anuncia um conjunto de medidas em relação à agricultura portuguesa que provocarão inevitavelmente uma profunda desestabilização social e que visam a aceleração da concentração da propriedade agrícola e a liquidação de milhares e milhares de pequenas e médias explorações, designadamente: novas leis do arrendamento rural e florestal, do emparcelamento rural, da exploração dos baldios, e do estatuto do uso e posse da terra na zona de intervenção da reforma agrária.

Todas estas medidas e acções provocarão diminuição das culturas e da produção, desemprego e continuação da degradação da agricultura nacional.

O processo contra-revolucionário, que procura encobrir-se com a «modernização» e a «eficácia», continua assim a comprometer seriamente a economia portuguesa.

O Orçamento do Estado

O Orçamento do Estado para 1988 reflecte como um espelho a política de direita.

Por um lado, é um orçamento de «apertar o cinto» para o povo, com restrições ao rendimento disponível dos trabalhadores — agravamento do imposto profissional, do imposto complementar, do IVA e de outros impostos indirectos; com o golpe desferido sobre as finanças das autarquias locais, afectando gravemente a satisfação de necessidades básicas das populações.

Por outro lado, é um orçamento ao serviço dos interesses e objectivos do grande capital privado, continuando a conceder-lhes enormes benefícios fiscais — nas mais-valias aos especuladores bolsistas, na contribuição industrial.

É significativo que, ao mesmo tempo que são determinadas reduções reais de verbas para investimento em escolas, hospitais, habitação, estradas e obras de irrigação através do chamado «PIDDAC tradicional», sejam aumentadas as dotações a fundo perdido a sectores do capital privado através do chamado «PIDDAC-apoio ao sector produtivo».

É de sublinhar que, ao mesmo tempo que são anunciadas pelo Governo medidas de combate à situação de caos a que chegou o sistema de Ensino (da responsabilidade de 8 anos do PSD no Ministério da Educação), essas medidas não são acompanhadas de **verbas** necessárias (apesar do aumento verificado no O.E.). É gritante o contraste entre os cortes para as Universidades Públicas por um lado, e que levará ao estrangulamento de muitas Escolas e, por outro, os

aumentos significativos para as Universidades Privadas.

O agravamento de 50% no imposto de selo vai determinar o aumento em 0,5% na taxa de juros sobre os empréstimos contrariando de forma encapotada o propagandeado pelo Governo sobre a baixa de taxas de juro.

O défice do OE para 1988 (de 471 milhões de contos), apresentado pelo Governo, está manifestamente subavaliado face à previsão efectiva, em resultado do recurso pelo Governo a volumosas operações de tesouraria extra-orçamentais a «regularizar» em orçamentos posteriores e a outros expedientes escriturais, em manifesta violação dos princípios do rigor, transparência e verdade orçamentais.

No Orçamento de Estado para 1988 a demagogia eleitoralista cede significativamente lugar a uma política claramente de classe, ao serviço do grande capital e contra a maioria da população laboriosa.

Por uma política económica nacional

O Partido Comunista Português tem afirmado e afirma que a **grave crise da economia nacional pode ser vencida e resolvida pondo termo à política restauracionista dos monopólios e adoptando uma política económica assente na organização económica e nos direitos sociais consagrados na Constituição da República.**

São linhas fundamentais de orientação:

— o combate às causas estruturais dos défices e da dependência externa, através do aproveitamento e dinamização das capacidades produtivas nacionais e de um criterioso programa de substituição de importações por produção nacional;

— o aumento da produção nacional e da produtividade, a modernização do sistema produtivo e a defesa do mercado e produção nacionais;

— o cabal aproveitamento e valorização dos recursos nacionais (materiais e humanos), como base essencial do aumento da produção.

— a modernização da economia, o que exige o reforço das relações intersectoriais, o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da ciência e da técnica nacionais;

— a integração do aumento da produção nacional e da valorização dos recursos nacionais numa política global que favoreça o investimento e a actividade produtiva e penalize o desperdício de recursos e o parasitismo financeiro.

A política de recuperação e desenvolvimento económico do País é inseparável do necessário aumento do emprego e da estabilidade das relações de trabalho e de uma mais justa distribuição da riqueza criada, com a melhoria das condições de vida dos portugueses.

A política de direita contra o bem-estar do povo

Melhoramento das condições de vida, força da democracia

O melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral deve constituir um objectivo prioritário de uma política democrática, designadamente através do aumento e segurança dos postos de trabalho, o aumento dos salários, reformas e pensões, a melhoria da segurança social, das condições de habitação, saúde e ensino.

O melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo, objectivo fixado pela revolução de Abril, é condição necessária a uma verdadeira política de desenvolvimento e de recuperação e modernização económica, assente na defesa dos interesses nacionais, no aproveitamento e valorização dos recursos nacionais, no aumento da produção.

O melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo, pondo fim às mais graves injustiças sociais, satisfazendo reivindicações e anseios das camadas mais desfavorecidas, adoptando medidas particularmente destinadas às mulheres e juventude, concretizando as perspectivas de uma vida de progresso abertas com as transformações democráticas, deve ser parte integrante de uma política virada para a defesa do regime democrático.

Aumento do desemprego, baixa de salários

A política de restauração monopolista, as ofensivas da direita contra as nacionalizações e a reforma agrária, as destruições por elas causadas no aparelho produtivo e nas estruturas económicas em geral, a destruição e encerramento de empresas, a liquidação de UCP's/Cooperativas, as medidas de esbulho, centralização e concentração de capitais e recursos têm como resultado e como instrumento uma política deliberada de despedimentos, de desemprego, de liquidação de benefícios sociais e de baixa dos salários reais. Só na reforma agrária, a ofensiva contra-revolucionária liquidou 55 mil postos de trabalho que os trabalhadores tinham criado com a revolução.

Não obstante as estatísticas oficiais apresentarem um ligeiro afrouxamento da taxa de desemprego situada ao nível dos 8%, em parte devido à manipulação

dessas mesmas estatísticas, o problema do desemprego continua a agravar-se. Aumenta o número dos chamados «inactivos». Aumenta o número de desempregados de longa duração. Concretizam-se e anunciam-se milhares de despedimentos (Quimigal, Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, Indep, Facar, Icesá, Cometna, Fundação de Oeiras, Progresso Mecânica, Standard Eléctrica, Eni, Guérin, Novobra, Ivima, Sedália, Bis, Gazina, Jaime Costa, Entrepasto, Cerâmica de Valadares, etc.). A política de desindustrialização (indústria siderúrgica, naval, vidreira, extractiva) conduz à destruição de milhares de postos de trabalho.

Na pesca artesanal o Governo pretende eliminar milhares de postos de trabalho com a aplicação do decreto regulamentador 43/87.

Alargam-se e generalizam-se as situações de **precariedade do trabalho**. A par da redução do número dos trabalhadores permanentes, aumenta o número dos trabalhadores com contratos a prazo. O desemprego em massa das mulheres trabalhadoras é ocultado através da sua classificação estatística em «domésticas». Multiplicam-se os sistemas de aluguer de mão-de-obra sem qualquer espécie de contrato; 90% dos postos de trabalho criados são-no de trabalhadores à empreitada ou com trabalho domiciliário. Prolifera o trabalho infantil sujeitando crianças a trabalhos e situações intoleráveis pondo em evidência a gravíssima situação social, a miséria e as dificuldades de famílias desprovidas de recursos.

A chaga dos salários em atraso continua a atingir dezenas de milhar de trabalhadores. Diminui e tende a diminuir a participação dos salários reais na distribuição do rendimento nacional. A degradação do poder aquisitivo dos trabalhadores é escamoteada com a desactualização cada vez maior entre o índice oficial dos preços e o aumento real do custo de vida.

Passado o período da demagogia eleitoral, o Governo procedeu ao **aumento generalizado de bens e serviços essenciais** (pão, leite, transportes, comunicações, electricidade, gás, combustíveis) agravando as condições de vida das camadas mais desfavorecidas. Ao mesmo tempo concede grandes benefícios fiscais ao grande capital.

Revisão da legislação laboral

O anunciado propósito do Governo de rever a legislação laboral, velha exigência do grande patronato, e o conhecimento do conteúdo dos projectos de lei

fazem pesar sobre todos os trabalhadores, incluindo os jovens e os quadros técnicos, uma séria e perigosa ameaça aos seus direitos e liberdades.

Os projectos do Governo não enfrentam os problemas reais da legislação do trabalho e do emprego e não resolvem a questão de como assegurar o funcionamento eficaz das empresas com respeito pelos direitos fundamentais dos trabalhadores e com o contributo indispensável da intervenção democrática das suas organizações de classe.

O anteprojecto de lei sobre cessação do contrato individual de trabalho (lei dos despedimentos) e dos contratos a prazo são dois documentos de significado político e social reveladores da acção política do Governo e da sua natureza de classe em favor dos sectores mais retrógrados do grande patronato.

Nunca até hoje um governo apresentou um «pacote laboral» tão violento e tão claro quanto aos objectivos de restaurar o poder discricionário do patronato e liquidar direitos e garantias dos trabalhadores, conquistados com o 25 de Abril, intensificando a opressão, a instabilidade e precariedade do emprego.

Outros graves problemas sociais

Em matéria de **Segurança Social** o Governo prossegue a política da sua degradação, de desresponsabilização das obrigações do Estado para com a Segurança Social e do aumento das dívidas patronais e põe em marcha projectos de privatização de parte da Segurança Social. Foi agravado o regime de subsídio de doença, suprimiram-se comparticipações na compra de grande número de medicamentos, procedeu-se a insuficientes aumentos das pensões de reforma.

A situação social das mulheres agudiza-se com o acentuar das discriminações no trabalho, na família e na sociedade e em resultado de uma política de crescente afastamento das mulheres da actividade produtiva, do desemprego, do trabalho precário e dos baixos salários, que as atinge particularmente. O agravamento dos problemas da assistência materno-infantil, o fecho das maternidades em várias regiões, de serviços de ginecologia e obstetrícia em hospitais e centros de saúde, o boicote à aplicação da Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez, os obstáculos a uma correcta e efectiva prática do planeamento familiar, criaram graves problemas de ordem social às mulheres.

A situação social da juventude portuguesa caracteriza-se pelo peso substancial do desemprego juvenil (mais de 300 mil jovens, 65% do total dos desempregados oficialmente declarados); pela instabilidade e precarização do trabalho; pela selectividade do ensino; pelo insucesso escolar (mais de 600 mil jovens em 1985); pela elitização e privatização do ensino superior; pelas consequências da crise, agravadas para a juventude.

Ao agravamento real dos problemas estruturais da situação juvenil o Governo, ao mesmo tempo que se recusa a aplicar a lei aprovada pela Assembleia da

República que determina um subsídio aos jovens desempregados à procura do primeiro emprego, responde com a propaganda, a corrupção ideológica e moral, associadas à demagogia.

O problema da **habitação** vai-se agudizando com gravíssimas consequências sociais. O prático abandono da construção social impede largos sectores de ter acesso a uma habitação condigna. As condições gravosas do crédito para aquisição de habitação própria, a falta de apoio à recuperação de bairros clandestinos recuperáveis, a falta de apoio às obras de recuperação dos centros históricos com a manutenção dos seus moradores; o decréscimo (em termos reais) de 4% das verbas destinadas à habitação consignadas no Orçamento do Estado para 1988 — vão agravar ainda mais as carências existentes. Tende a aumentar o défice habitacional (actualmente situado acima dos 700 mil fogos).

O problema da **saúde** continua a ser subordinado a uma gestão que conduz à degradação dos serviços públicos para provar as vantagens do privado, sector para o qual são transferidos vultosos recursos financeiros do Serviço Nacional de Saúde.

Ao nível dos cuidados primários assiste-se ao encerramento de valências e dos internamentos nos ex-hospitais concelhios. Mantêm-se e aumentam as longas listas de espera para consultas e as dificuldades na realização dos meios complementares de diagnóstico.

O grave problema das urgências continua por resolver. Está em curso uma ofensiva legislativa contra as principais conquistas no campo da saúde.

O preço dos medicamentos sobe em flecha. A saúde torna-se cada vez mais onerosa para os orçamentos familiares.

Na Educação e no Ensino persistem as insuficiências e debilidades materiais, estruturais e funcionais.

Mantêm-se elevadas taxas de abandono precoce da escola e de insucesso escolar. Enquanto crescem os custos do ensino, faltam apoios sociais do poder central, mantêm-se a incapacidade governamental para levar a um mais poderoso contributo da educação e do Ensino para o desenvolvimento económico, social e cultural independente do País.

A qualidade de vida dos portugueses, designadamente nos centros urbanos, degrada-se igualmente, com as crescentes deficiências e carências de transportes públicos (degradação da frota, cortes de serviços, encarecimento dos preços), o caos da circulação rodoviária, a urbanização caótica e a quase ausência de espaços verdes.

A política social necessária

O Partido Comunista Português tem afirmado e continua a afirmar que a **grave situação social pode ser vencida e resolvida** pondo termo à política de direita e **adoptando uma política que tenha como um dos seus postulados centrais que o melhoramento das condições de vida do povo é conforme com a saída da crise e o desenvolvimento.**

São linhas fundamentais de orientação:

- O aumento do volume de emprego, a garantia da estabilidade dos postos de trabalho, combatendo a liberalização dos despedimentos, a proliferação dos contratos a prazo, o trabalho clandestino, o trabalho infantil.
- A elevação do poder de compra dos salários, o aumento da parte dos salários no rendimento nacional, a efectiva protecção nas situações de desemprego, a melhoria das prestações sociais.
- A institucionalização de um sistema de segurança social unificado, integrado e participado.
- A actualização das reformas e pensões, melhorando as formas de apoio aos idosos e deficientes, e os subsídios de doença.
- A criação de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito (como impõe a Constituição). Aumento das dotações orçamentais para os serviços de saúde, promoção e prestação de cuidados médicos de base,

a melhoria da assistência hospitalar, o estabelecimento de uma política racional de medicamentos e aumento das comparticipações nos medicamentos.

- Acesso efectivo à habitação, em termos compatíveis com os rendimentos familiares. Descentralização para os municípios do planeamento e política de solos, combate à especulação, adequada política de crédito bonificado à aquisição de casa própria, promoção de habitação de arrendamento destinada a famílias de baixos rendimentos, alterações das causas e condições de despejo.
- Democratização da educação e do ensino. Combate efectivo ao analfabetismo. Medidas de emergência para garantir o sucesso escolar. Medidas tendentes a garantir o pleno cumprimento da escolaridade obrigatória de nove anos. Alargamento da rede escolar pública. Adequação da escola e do ensino às necessidades do desenvolvimento económico, democrático e independente do nosso país.

4

A política de direita contra as liberdades e a democracia

Uma conquista histórica ameaçada

As liberdades democráticas e a democracia política constituem uma conquista histórica do povo português alcançada com a revolução de Abril.

Conquistadas as liberdades, o povo português tendo a classe operária na vanguarda, exerceu-as não apenas para protestar contra a sociedade existente, mas para transformá-la. Constitui mérito histórico do povo português ter realizado com a revolução democrática grandes e progressistas transformações nas estruturas socioeconómicas na vida política, social e cultural do País.

Na democracia portuguesa resultante da revolução de Abril, a democracia política e as novas estruturas socioeconómicas são elementos complementares e indissociáveis.

A política de restauração dos monopólios, dos latifúndios, do capitalismo monopolista é acompanhada de medidas restritivas das liberdades e direitos dos cidadãos e de planos e projectos visando alterar profundamente o regime. É uma política contra a democracia política.

Os projectos de leis eleitorais antidemocráticos

Os projectos da direita de alteração das leis eleitorais pondo em causa o princípio constitucional da proporcionalidade constituem na perspectiva da sua aprovação e aplicação uma das mais sérias ameaças à democracia.

O Governo e o PSD pretendem:

— A redução do número de deputados da Assembleia da República.

— A manipulação da dimensão dos círculos eleitorais nas eleições legislativas.

— O voto dos emigrantes e de supostos emigrantes nas eleições do Presidente da República.

— A fabricação artificial de maiorias não resultantes do sufrágio nas eleições para as autarquias locais.

Em síntese: o que o Governo e o PSD pretendem com novas leis eleitorais é continuar tendo a maioria de deputados quando perderem a maioria de votos em futuras eleições, de forma a manterem-se no poder mesmo contra a vontade eleitoralmente expressa da maioria dos portugueses.

O PS não dá réplica a este plano antidemocrático. Pelo contrário, manifesta publicamente disponibilidade para considerar a alteração dos círculos eleitorais através da fusão ou cisão dos actualmente existentes, com o inerente risco de distorção da representação proporcional.

Repressão de direitos sindicais

Um dos aspectos mais escandalosos da ofensiva contra as liberdades e direitos que constituem elemento essencial da democracia é a limitação efectiva, a proibição e a extinção protegida e estimulada pelo Governo de direitos sindicais dos trabalhadores nas empresas e a repressão brutal contra os trabalhadores quando intentam exercê-los.

Não são situações isoladas. Em numerosas empresas em várias regiões do País, são ilegalmente proibidas actividades sindicais, comissões de trabalhadores, eleição de delegados sindicais, afixação de quaisquer documentos, reuniões para examinar problemas relativos às condições de trabalho, etc.

Exemplos que provocam a indignação e a revolta são as situações existentes nomeadamente nas empresas Preh (multinacional alemã), Lois, Manuel da Conceição Graça, Fábrica Titan, Spal, Ribacal, Fizel, Ormis, Construtora do Douro, Armazéns Nabeiro, Hotel Navegadores, A. Paulo Amorim, Urfic, Miguel Marques, Czarina, Madeiras Cabo, OGFE, Regojo, Copam, FNM, Dan Cake, IPM.

A repressão, as perseguições e os despedimentos de dirigentes e delegados sindicais, membros de CT's e outros trabalhadores que defendem os seus legítimos interesses e os interesses dos seus companheiros tornaram-se prática corrente sem que o Governo tome qualquer decisão ou medida para pôr cobro a situações que representam a imposição por patrões reaccionários nas suas empresas de condições de exploração e de repressão próprias de ditaduras fascistas, mas inconstitucionais, ilegais e intoleráveis num regime democrático.

Limitações às liberdades

Medidas visando a proibição do exercício da liberdade e direito de propaganda, de manifestação e de reunião fazem parte da ofensiva contra a democracia.

Tanto da parte do Governo como da parte das Câmaras Municipais administradas por partidos de direita são feitas repetidas tentativas para impor, de forma ilegal e arbitrária, restrições e proibições nesse sentido.

Assim:

— É significativo que uma das primeiras iniciativas do PSD na Assembleia da República seja a reposição do projecto de «lei Capucho» que comporta drásticas restrições à afixação de cartazes, proibição de inscrições e pinturas murais, constituindo um novo e violento atentado à liberdade e direito de expressão de pensamento e procurando comprometer as autarquias na execução dessa política repressiva.

— Alguns órgãos autárquicos (incluindo também alguns de maioria PS) tentam também impor por meio de regulamentos limitações à liberdade de propaganda e a inscrições murais. A declaração de inconstitucionalidade de tais regulamentos tem dissuadido a sua proliferação.

Algumas das medidas de reforço do aparelho policial (como a criação de serviços de informações sem controlo democrático, a centralização de todas as polícias sob a autoridade de um único ministro, a utilização inconstitucional da informática para fichagem de cidadãos com dados relativos às convicções e actividades políticas e sindicais) inserem-se no objectivo de limitar as liberdades democráticas e instalar uma crescente «policialização» dos cidadãos e das instituições.

A situação antidemocrática na comunicação social

A governamentalização, partidarização e instrumentalização dos meios de comunicação social inscreve-se como um dos mais poderosos instrumentos para limitar e perverter liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos e de degradar a democracia política.

A manipulação da comunicação social pelo Governo PSD antes e direita a campanha para as eleições de 19 de Julho constituiu um exemplo escandaloso de abuso de poder, de desinformação e perversão da opinião pública, de violação da igualdade dos partidos, das organizações sociais e dos cidadãos no exercício das suas liberdades e direitos.

O Governo de Cavaco Silva continua à mesma linha de actuação de que são aspectos esclarecedores:

— A continuação da desenfreada manipulação da informação fornecida pela televisão e a rádio, designadamente propagandeando a política governamental e silenciando as lutas dos trabalhadores e as iniciativas das forças democráticas.

— A proposta de lei da rádio visando a governamentalização da atribuição de frequências e a extinção do Conselho da Rádio; o silenciamento de muitas das actuais rádios livres locais; a redução dos tempos de antena e o seu confinamento a apenas um canal da RDP.

— A governamentalização da emissão de títulos profissionais (Estatuto da Imprensa Regional) transferindo do sindicato para uma Direcção-Geral a competência para passar o cartão de jornalista.

— Nomeações para cargos directivos (agência Lusa) contrariando pareceres vinculativos do Conselho de Imprensa e do Conselho de Redacção.

O Plano de privatização de meios de comunicação social aprovado no Conselho de Ministros de 17.11.87, visa a entrega ao capital privado nacional e estrangeiro dos principais órgãos da imprensa escrita, canais de rádio e televisão, através de um leilão sem regras, significando uma nova e mais global ameaça à liberdade de expressão e de informação de que o sector público é garantia nos termos constitucionais.

A governamentalização das instituições

Ao nível do funcionamento das instituições, a ofensiva contra a democracia política, expressa-se nas múltiplas iniciativas do Governo para reduzir os direitos da oposição democrática na Assembleia da República e diminuir a sua capacidade de intervenção.

São aspectos esclarecedores dessa ofensiva:

- A tentativa de hegemonização pelo PSD da gestão e do debate parlamentar, limitando os direitos dos partidos de Oposição relativamente às marcações de ordens do dia, ao uso da palavra e às perguntas ao Governo.
- A proposta do PSD para acabar com o Agrupamento Parlamentar da Intervenção Democrática, direito consagrado no Regimento da Assembleia em vigor na data das eleições de 19 de Julho.
- A tentativa de monopartidarização de órgãos de gestão da Assembleia da República.
- A diminuição dos apoios aos deputados dos Grupos Parlamentares.

Insere-se na mesma política governamentalizadora, o recurso sistemático à autorização legislativa como forma predominante de feitura de meios, reduzindo o papel e a intervenção da Assembleia da República na sua elaboração, furtando-as ao prévio conhecimento e ao debate público, procurando esconder o verdadeiro sentido e conteúdo de diplomas com consequências graves na vida do povo e do País.

Assume particular gravidade a ofensiva em curso contra a autonomia dos tribunais, e a independência dos magistrados, traduzida expressivamente nas tentativas governamentais de, no quadro da nova Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais em debate na Assembleia da República, tornar precária e arbitrária a nomeação de juízes presidentes de tribunais colectivos, instabilizar a colocação de magistrados e promover divisões elitistas e retrógradas entre as várias categorias de magistrados.

Prossegue escandalosamente a rebelião institucional do Governo que se recusa a cumprir mais de 400 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

Revelando claramente que o seu objectivo é o controlo dos tribunais o PSD chega mesmo a propor, no quadro da revisão constitucional, a participação de delegados governamentais no Conselho Superior da Magistratura.

No mesmo sentido antidemocrático se inserem as tentativas de comando e controlo do poder local democrático, por parte do Governo, designadamente através da acção das Comissões de Coordenação Regional e dos Governo Civis e da utilização de fundos da CEE.

Em defesa da democracia política

O Partido Comunista Português tem afirmado e continua a afirmar: as liberdades e direitos dos cidadãos devem ser intelramente assegurados e a defesa da democracia política é condição indispensável para o progresso social.

São linhas fundamentais de orientação:

- A defesa das liberdades fundamentais, combatendo frontalmente as tentativas da sua limitação ilegítima ou da sua liquidação, tanto pela resistência de massas e acção política geral como através do seu exercício pleno e activo.
- A luta pela garantia dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores na empresa e, em particular, da liberdade de acção sindical e das comissões de trabalhadores.
- A defesa do respeito pelos direitos de participação política, combatendo as tentativas da distorção do sistema de representação proporcional, defendendo e aprofundando a capacidade de actuação dos partidos da oposição nas instituições e fora delas, combatendo a governamentalização, garantindo o pluralismo da comunicação social (e a existência do sector público de comunicação social).

5

A política de direita contra a independência e a soberania nacionais

Valor inalienável da independência nacional

A independência nacional é um valor constante e inalienável do povo e da nação portuguesa que, em nenhuma circunstância, pode admitir-se seja posto em causa.

A revolução de Abril foi uma vigorosa afirmação da independência nacional portuguesa e da soberania do povo português que, pela sua própria vontade e com a sua própria luta, liquidou uma ditadura fascista que recebia poderoso apoio do imperialismo, realizou reformas profundas na vida nacional e instaurou um regime democrático conforme com as suas aspirações.

As ofensivas contra o regime democrático instaurado com a revolução de Abril têm sido acompanhadas de cedências ao estrangeiro altamente lesivas dos interesses nacionais. Em troca do apoio externo à política de direita, têm sido feitas concessões económicas, diplomáticas, políticas e militares que atingem e limitam a independência e a soberania nacionais. O avanço do processo contra-revolucionário tem significado o agravamento progressivo da dependência de Portugal.

A defesa do regime democrático é inseparável da defesa e da garantia da independência nacional assim como a defesa e a garantia da independência nacional são inseparáveis da defesa do regime democrático.

A integração na CEE — graves limitações da soberania

A integração de Portugal na CEE atinge e limita gravemente a independência e a soberania nacionais.

Os termos da integração constantes dos Tratados e Acordos de adesão significam uma verdadeira capitulação do Governo e da maioria parlamentar que as negociaram, subscreveram e apoiaram.

Os interesses nacionais portugueses foram sacrificados aos interesses dos grandes capitalistas, aos projectos de restauração monopolista, aos interesses das transnacionais e dos países mais desenvolvidos da CEE.

Os governos portugueses negociaram e aceitaram:

- Limitações inadmissíveis à produção industrial, agrícola e das pescas. Estas limitações traduzem-se já, na indústria naval e na siderurgia em milhares de postos de trabalho a destruir; na agricultura, através do arranque da vinha e olival e a invasão do mercado interno por produtos agro-alimentares estrangeiros; nas pescas, com a redução de frotas de pesca do bacalhau, a asfixia da pesca artesanal e com a transformação da ZEE em zona de interesses comunitários.
- A renúncia do aproveitamento em Portugal, em benefício dos portugueses, de recursos nacionais indispensáveis ao desenvolvimento económico do País e a sua entrega ao capital estrangeiro (recursos mineiros, terras agrícolas, turismo e a própria força de trabalho abundante e apta que, a baixos salários, se pretende transformar num atractivo para a exploração do capital estrangeiro e transnacional).
- O sacrifício de planos nacionais de desenvolvimento de importância capital.
- O sacrifício da agricultura portuguesa com a aceitação, nomeadamente, de prazos de transição e limitação à produção totalmente incompatíveis com o respectivo nível de desenvolvimento e com o crónico défice agro-alimentar do País, um e outro a exigirem aumentos significativos da produção e da produtividade agrícolas, incompatíveis com a política do desmesurado incentivo à eucaliptização, inclusivamente em prejuízo de espécies florestais autóctones de reconhecido valor.

Os governos portugueses:

- aceitaram e elogiaram a supranacionalidade das instituições da CEE, aceitando limitações efectivas à soberania nacional, o que significa, a manter-se esta política de capitulação, Portugal renunciar cada vez mais à sua soberania na decisão da sua política económica;
- aceitaram, sem reservas nem condições, o Acto Único Europeu que revê o Tratado de Roma e que tem como objectivo fundamental permitir às grandes transnacionais utilizar as vantagens do grande espaço económico correspondente aos 12 Estados membros. A pretendida total liberalização dos movimentos de capitais, mercadorias e serviços, acentuaria o atraso e a dependência de Portugal. O Acto Único procede a maiores transferências de soberania para os órgãos da CEE, limitando a decisão política interna de cada Estado.

O fracasso da «Cimeira de Copenhaga», na qual os chefes de Estado e de governos dos Estados-membros

das Comunidades Europeias procuravam chegar a acordo sobre as reformas decorrentes do Acto Único Europeu, confirma que a CEE atravessa uma grave crise e se acentuam as contradições internas, não só entre as suas maiores potências, mas igualmente entre os países mais e menos desenvolvidos.

O fracasso da «Cimeira de Copenhaga» confirma também o fracasso da estratégia negocial do Governo Cavaco Silva e que o seu apoio sem reservas ao Acto Único Europeu veio agravar as consequências ruinosas para a economia nacional, resultantes da adesão à CEE.

A vertiginosa subida das importações provenientes dos países da CEE, resultantes da integração de Portugal, aumenta a concentração e, conseqüentemente, a dependência económica do País e impede a substituição das importações por produção nacional.

O défice das relações económicas com a CEE subiu de 2,4 milhões de contos em 1985 para 98 milhões em 1986 e atingiu 188 milhões de contos nos primeiros nove meses de 1987, mais de 170% que em igual período de 1986 e quase o dobro do défice de 1986.

Tendo-se oposto à integração de Portugal na CEE e advertido o povo português das suas consequências desastrosas, o PCP, na situação criada, considera indispensável e urgente da parte do povo português:

— reclamar uma informação isenta, atempada e aprofundada sobre todos os aspectos decorrentes da adesão;

— defender o efectivo desenvolvimento independente do país;

— exigir a competência exclusiva de Portugal para definir os seus próprios objectivos económicos, sociais e culturais;

— lutar pelo reforço das posições nacionais nas negociações na CEE; exigir o maior número de regimes específicos (agricultura, siderurgia, indústria naval, mineira e outras); recusar o pagamento do peso do passado, para o qual Portugal nada contribuiu;

— reclamar uma renegociação urgente e profunda dos aspectos mais lesivos decorrentes para Portugal do Tratado de Adesão e do Acto Único Europeu;

— defender os interesses nacionais e, em particular, a democracia, a independência e a soberania nacionais.

Agravamento da dependência económica

A dependência económica de Portugal tem expressão concreta e contínua:

— nos défices da balança comercial;

— na manutenção a níveis de grande risco dos valores da dívida externa;

— na crescente sujeição da nossa economia às políticas definidas no âmbito da CEE;

— na alienação de valores patrimoniais ao capital estrangeiro;

— na inserção e domínio de grupos e empresas estrangeiras em importantes sectores da economia nacional;

— no afunilamento das nossas relações económicas externas;

— na dependência tecnológica;

— e na crescente subordinação das políticas sectoriais internas na divisão capitalista internacional.

Como um dos elementos mais importantes da alienação crescente da independência económica portuguesa regista-se o agravamento do **defícite da Balança Comercial** — cuja estrutura continua a assentar nos défices alimentar, energético e tecnológico — cada vez mais concentrado nos países da CEE.

A penetração acelerada de capital estrangeiro na economia portuguesa — na escala e com as características com que tem ocorrido nos últimos anos (particularmente em 1987 em que o Investimento Directo Estrangeiro cresceu +62,3% nos primeiros nove meses) — constitui um novo factor de hipoteca da independência económica, a interesses estrangeiros e cria graves riscos ao desenvolvimento e modernização efectiva da estrutura produtiva nacional.

Nesse sentido, são de destacar as fortes posições que o capital estrangeiro detém na banca privada; no sector de comércio e serviços (e em particular no turismo); em sectores da indústria fundamentalmente dirigidos à exportação e, mais recentemente, nos investimentos estrangeiros feitos na aquisição de terrenos agrícolas, ao abrigo do direito de estabelecimento. É também ilustrativo o papel que capitais estrangeiros tiveram na subida especulativa da Bolsa como posteriormente na sua queda, com aplicações e vendas da ordem de muitas dezenas de milhões de contos.

Agravamento da dependência política e diplomática

No plano político e diplomático a submissão ao imperialismo, nomeadamente, aos Estados Unidos, revela-se:

— no alinhamento passivo e servil com as posições dos Estados Unidos e países da NATO e no seguimento das decisões em matéria de política interna e externa com graves cedências às imposições da CEE;

— na cumplicidade e colaboração com as actividades subversivas e agressivas do imperialismo, designadamente contra Angola, Moçambique, Namíbia, Nicarágua e Próximo Oriente;

— na definição de um conceito estratégico no âmbito da defesa nacional que aponta ou sugere como «inimigo externo» de Portugal a União Soviética e outros países socialistas e como «inimigo interno» o PCP e o movimento sindical, com flagrante desprezo pela realidade, pela Constituição e as Leis da República.

Agravamento da dependência cultural

Também no campo cultural se mantém e agrava a dependência em relação às grandes potências imperialistas que dominam, com relevo para os EUA, os grandes

meios de comunicação cultural, especialmente a televisão, o cinema e o vídeo, mas também a informação, a rádio e a edição discográfica e livreira. Em contraste com um interesse e actividade crescentes em torno dos problemas da história e da cultura portuguesas, alastra, sob múltiplas formas e iniciativas, a manipulação ideológica e a penetração do cosmopolitismo supranacional, em particular por via dos mecanismos tentaculares da CEE, com secundarização dos nossos valores e abastardamento da identidade nacional.

A colonização cultural, expressa na invasão de materiais estrangeiros com grande peso de subprodutos ditos «culturais» do imperialismo, expressa-se também na falta de incentivo ou insuficiente apoio à difusão da língua portuguesa, à criação e irradiação das obras dos nossos escritores, artistas plásticos, músicos, à actividade teatral e cinematográfica portuguesa, à valorização do nosso património cultural, de que é expressão recente a debilidade das iniciativas de comemorações dos cinco séculos da participação dos portugueses na grande gesta histórico-mundial dos Descobrimentos marítimos.

Agravamento das facilidades militares ao estrangeiro

A existência de bases, instalações e efectivos militares estrangeiros em território português e a sua utilização por mera decisão de comandos dos Estados Unidos e da NATO constituem em si mesmos uma grave limitação à soberania nacional e um perigo para a sua segurança.

O alargamento de facilidades militares ao estrangeiro é contrário aos interesses da segurança, da soberania e independência nacionais.

A evolução presente da situação internacional (em que se verificam importantes passos para o desanuviamento e a contenção da corrida aos armamentos e da política de agressão e de guerra do imperialismo) é favorável à diminuição por parte de Portugal das concessões, obrigações e encargos militares para com os Estados Unidos e a NATO.

O Acordo firmado em Washington por M. Gorbatchov e R. Reagan segundo o qual serão eliminados os mísseis nucleares de alcance médio, não só abre o caminho para novos passos do desarmamento, como favorece a criação de uma situação favorável ao desanuviamento, à coexistência pacífica e à cooperação internacional.

O Comité Central chama também a atenção para a manutenção do projecto de instalação de uma estação de rastreio em Almodôvar, integrado no projecto de «guerra das estrelas» dos Estados Unidos, e para as inquietantes declarações e silêncios do Governo e de

autoridades militares relativamente ao eventual reforço no território português de tropas estrangeiras com armas convencionais, à eventual transferência para Portugal de aviões F-16 (caças bombardeiros com capacidade nuclear) que o governo espanhol pretende que abandonem a base de Torrejon por considerar justamente que constituem uma presença limitativa da soberania espanhola e uma ameaça à segurança de Espanha.

Em defesa da independência nacional

O Partido Comunista Português tem apoiado e continua a apoiar que a independência e soberania nacionais não podem ser sacrificadas a interesses ilegítimos do grande capital e podem e devem ser defendidas e asseguradas sem quaisquer transigências.

São linhas fundamentais de orientação para uma política externa conforme com os interesses nacionais:

— A diversificação das relações externas, desenvolvendo o comércio externo, a cooperação económica e tecnológica e o intercâmbio cultural com todos os países, na salvaguarda da independência e soberania nacionais.

— A renegociação da dívida externa, obtendo condições para a redução de taxas de juro e prazos mais dilatados de pagamento. Firme intervenção para limitar e reduzir as consequências mais gravosas da integração na CEE, exigindo a renegociação das cláusulas do acordo de adesão mais lesivas para o País.

— O desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, pondo fim à utilização do território português para actividades hostis a estes países e o cumprimento do dever constitucional de garantir a autodeterminação e independência de Timor-Leste.

— A definição de uma doutrina militar própria e a execução de uma política de defesa nacional, determinadas por critérios portugueses específicos, com prioridade para a garantia de independência nacional e integridade territorial de Portugal.

— A recusa do agravamento dos encargos militares e financeiros com a NATO e do alargamento de bases estrangeiras no nosso país, da utilização do território, águas territoriais e espaço aéreo de Portugal para instalação ou trânsito de armas nucleares. A revisão dos acordos bilaterais e dos compromissos militares com os EUA e outros países da NATO. A recusa da utilização das bases instaladas no País para acções de hostilidade e agressão a outros povos. Política activa em defesa da paz.

6

A Revisão da Constituição

Salvar e continuar a democracia

Na presente situação aproxima-se uma fase da vida nacional em que está seriamente ameaçado o regime democrático resultante da revolução de Abril.

A reacção, através do Governo PSD/Cavaco Silva, da maioria na Assembleia da República e de outros meios, tenta aproveitar esta situação para destruí-lo. A tarefa de todos os democratas, a tarefa do povo português, é salvá-lo e continuá-lo.

O projecto do PSD: a subversão do regime

A revisão da Constituição aparece como uma arma que a reacção, o Governo, o PSD procuram utilizar para, alterando inteiramente a Lei Fundamental e aprovando de facto uma nova Constituição, institucionalizar a subversão e a liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático de que estas são componentês.

O projecto do PSD de revisão da Constituição, violando os limites materiais de qualquer revisão, pretende:

— a eliminação das normas que consagram a irreversibilidade das nacionalizações e a consequente liberalização sem quaisquer limites ou regras constitucionais da privatização das empresas públicas;

— a eliminação das normas que consagram a reforma agrária e visam a eliminação do latifúndio, bem como das que interditam a sua restauração;

— a redução dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações, com destaque para a eliminação da garantia constitucional de que compete aos trabalhadores definir o âmbito e os interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito;

— a viciação do princípio da representação proporcional, conduzindo na prática à sua eliminação e outras graves adulterações dos princípios democráticos do actual sistema eleitoral.

O projecto do PSD adianta muitas outras propostas que conduziriam à completa desfiguração do regime democrático, ao desequilíbrio a favor do Governo das relações de competência entre os órgãos de soberania e à hegemonização pelo PSD da vida política nacional, como:

— a redução dos prazos relativos à promulgação pelo PR dos decretos-lei do Governo e, na proposta de

introdução do referendo, a possibilidade de ultrapassar a oposição do Presidente da República;

— a redução da competência fiscalizadora da Assembleia da República em relação à legislação produzida pelo Governo;

— a introdução do referendo (sem quaisquer limites ou regras que previnam a sua preversão plebiscitária, incluindo o referendo sobre a Constituição), que nas condições actuais poderia ser imposto pelo PSD sozinho sobre qualquer matéria à sua escolha.

O projecto do PSD procura também impôr em termos constitucionais graves limitações aos direitos sociais designadamente no acesso ao ensino, à habitação e à saúde e a eliminação do Serviço Nacional de Saúde.

Não se trata de uma simples revisão. Trata-se de ruptura e subversão.

A posição e o papel do PS

O PSD não pode entretanto realizar sozinho o seu plano de subversão do regime democrático através da revisão da Constituição, uma vez que qualquer alteração do texto constitucional exige a votação de dois terços dos deputados da Assembleia da República e do PSD não dispõe de tal número de deputados.

Só com a cumplicidade do PS o PSD pode realizar a revisão subversiva que pretende. Seria pois fácil evitar um tão perigoso golpe na democracia, se o PS assumisse, não apenas em palavras, mas em actos, uma atitude de oposição à direita, uma atitude de defesa do regime democrático.

Tanto o projecto de revisão do PS como declarações dos seus dirigentes causam legítimas preocupações de que o PS venha a colaborar com muitas das propostas mais graves do PSD.

De facto, o projecto de revisão da Constituição apresentado pelo PS propõe:

— a alteração dos limites materiais de revisão designadamente com a supressão do princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção, solos e recursos naturais e do princípio da proibição da restauração dos monopólios e latifúndios;

— a eliminação do princípio da irreversibilidade das nacionalizações e a autorização das privatizações a efectuar pelo Governo nos termos de lei a aprovar por maioria de dois terços dos deputados;

- a substituição do conceito constitucional de reforma agrária pelo princípio da eliminação do latifúndio e de reordenamento do minifúndio;
- a introdução da moção de censura construtiva, tornando extremamente rígido o processo de formação dos governos, conferindo artificialmente ao PS um papel privilegiado no funcionamento do sistema político, afectando o estatuto constitucional do Presidente da República;
- a transferência da Constituição para leis ordinárias a aprovar por maioria de dois terços de matérias de grande importância, reduzindo o enfraquecimento em alguns casos garantias e dispositivos de defesa do regime democrático.

O Comité Central do PCP chama a atenção para o facto de que, embora em grau diferente do do PSD, o **projecto do PS contém também propostas em si mesmas inconstitucionais** pois pretendem alterar disposições que nos próprios termos da Constituição (art.º 290) nenhuma lei de revisão da Constituição pode alterar.

O desenvolvimento de um forte movimento de opinião em defesa da Constituição representa um factor essencial para que o PS não venha a dar ao PSD a maioria de dois terços para a realização de uma revisão inconstitucional e subversiva da Constituição.

Projectos de outros partidos

Outros partidos apresentaram também projectos de revisão. Têm as seguintes características essenciais:

- **PRD:** substitui o princípio da irreversibilidade das nacionalizações feitas depois do 25 de Abril, pelo princípio de que não podem ser privatizadas as empresas públicas que prestem serviços públicos, ou dispondam de monopólio ou domínio de mercado, ou exerçam actividades em sector que a lei (a aprovar por 2/3) defina como estratégico e, mantendo embora o conceito de reforma agrária, remete para a lei a aprovar a definição do seu conteúdo;
- **CDS:** projecto de completa ruptura e subversão de todos os princípios fundamentais da organização económica, dos direitos económicos e sociais, dos próprios direitos fundamentais, ignorando, pura e simplesmente, os limites materiais da revisão; quanto à organização do poder político restringe as competências da Assembleia da República tanto no plano legislativo como de fiscalização;
- **Os Verdes:** apresenta várias propostas no sentido de melhor assegurar a defesa do ambiente e cria a figura do Promotor Ecológico;
- **ID:** cria o Provedor do Consumidor e reforça as competências políticas e legislativas da Assembleia da República.

Projecto de revisão e objectivos do PCP

O projecto de revisão do PCP é um projecto que defende as normas consagradas das conquistas democráticas essenciais, melhora a protecção de di-

reitos, reforça garantias, introduz alguns aperfeiçoamentos no funcionamento do sistema político, visa em suma defender e fortalecer o regime democrático nascido do 25 de Abril.

No seu preâmbulo declara que «a revisão constitucional tem (...) de respeitar os requisitos formais e os limites materiais aplicáveis e deve reger-se por uma regra de economia, introduzindo apenas alterações necessárias». Neste quadro, o projecto do PCP tem entre os seus objectivos o de contribuir para que a revisão seja conduzida no respeito pela Constituição e se faça de acordo com as suas regras.

O PCP opõe-se às propostas (apresentadas pelos partidos que visem a ruptura constitucional) tendentes a desfigurar os princípios fundamentais da República e do Estado, reduzir as garantias e os direitos dos trabalhadores, eliminar as normas que consagram as nacionalizações e a reforma agrária e asseguram a subordinação do poder económico ao poder político democrático, distorcer o sistema eleitoral proporcional afectando a representatividade dos titulares de cargos políticos, descaracterizar as autonomias regionais e a autonomia do poder local, adulterar as regras e limites aplicáveis à própria revisão constitucional.

As propostas de alteração do PCP têm como objectivos:

- acentuar a **garantia constitucional dos direitos fundamentais**, reforçando as garantias e direitos dos trabalhadores e das suas organizações, clarificando e ampliando os direitos económicos e sociais;
- introduzir **aperfeiçoamentos no funcionamento do sistema político**, definindo-se melhor as fronteiras de actuação entre a Assembleia e o Governo e reforçando as garantias do pluralismo político, bem como os dispositivos que asseguram a livre escolha popular dos titulares dos órgãos de poder;
- **aperfeiçoar a garantia da Constituição** em particular através da clarificação de aspectos do regime de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade.

Em matéria de **direitos fundamentais**, são de destacar garantias que assegurem a celeridade da justiça em relação aos direitos, liberdades e garantias, o reforço do direito de petição e dos poderes do Provedor de Justiça, o reforço da protecção dos direitos dos cidadãos contra a utilização abusiva de informática e a proibição da retroactividade dos impostos.

Em relação aos **direitos dos trabalhadores** e aos direitos económicos e sociais são de destacar: maiores garantias à segurança no emprego, a proibição da discriminação dos trabalhadores com base na diferença do vínculo e duração do trabalho; garantia do pleno exercício das liberdades na empresa; combate aos salários em atraso e ao trabalho infantil; a diminuição progressiva da duração de trabalho; a garantia do salário mínimo nacional; o reforço dos direitos das associações sindicais e das comissões de trabalhadores; garantia da actualização regular das pensões e reformas; a consagração do direito de participação dos trabalhadores da saúde e populações na gestão do Serviço Nacional de Saúde, a definição dos direitos básicos dos inquilinos com especial protecção dos menores, pessoas idosas e deficientes.

No que toca à **organização do poder político** merecem destaque: melhor definição e alargamento das ma-

térias sobre as quais é obrigatória a consulta aos partidos da oposição; fixação de um princípio geral do controlo público dos rendimentos e do património dos titulares de cargos políticos; constitucionalização da Comissão Nacional de Eleições; explicitação dos poderes do Presidente da República quanto às relações internacionais; alargamento da esfera de competência legislativa absoluta e relativa da Assembleia da República; alargamento dos seus poderes de intervenção no domínio das relações internacionais; clarificação dos vários aspectos das relações entre a Assembleia e os membros do Governo; consagração do direito de iniciativa legislativa dos cidadãos; defesa e clarificação das competências das Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira; novas garantias de defesa da autonomia do poder local e flexibilização do estatuto e das regras de criação das regiões administrativas.

São ainda de salientar as propostas de alteração que visam dignificar a utilização da bandeira nacional, a defesa e a expansão da língua portuguesa.

O Grupo Parlamentar do PCP desenvolverá a sua acção tendo em vista a defesa activa da Constituição e fará todos os esforços para chegar a entendimentos e

convergências com outras forças democráticas que impeçam a concretização dos planos de ruptura constitucional.

O povo português tem uma palavra a dizer

A revisão da Constituição não é uma questão que diga apenas respeito aos partidos e à Assembleia da República. A revisão da Constituição diz directamente respeito ao povo português, diz respeito a Portugal.

O PCP tudo fará para impedir que uma revisão subversiva da Constituição seja combinada e negociada no segredo dos gabinetes e através de ocultas cumplicidades.

Ao mesmo tempo que procurará o mais amplo consenso de democratas para a defesa do regime, o PCP levará ao povo português o problema da revisão da Constituição. O povo português tem uma palavra a dizer directamente sobre uma questão que envolve os seus direitos e o seu bem-estar, o futuro da democracia e o futuro de Portugal.

7

A força da democracia

Correlação de forças

Os resultados das eleições de 19 de Julho não traduzem a real correlação de forças na sociedade portuguesa.

O apoio eleitoral que Cavaco Silva e o PSD obtiveram em 19 de Julho — determinado em larga medida por circunstâncias económicas, políticas e psicológicas de carácter conjuntural — excede largamente o real apoio social e político ao seu Programa e à sua actuação no Governo.

Inversamente, os resultados eleitorais obtidos pelos partidos democráticos, designadamente pelo PCP, são muito inferiores à base social e política de apoio a uma política democrática.

Com as eleições de 19 de Julho, as forças de direita, mantendo o Governo e alcançando maioria absoluta na Assembleia da República, obtiveram ao nível do poder político e das instituições uma correlação de forças que lhes é altamente favorável. Mas as condições objectivas possibilitam às forças democráticas não só conseguirem um apoio maioritário do povo para a sua oposição à política da direita, como conseguirem em futuras eleições colocar novamente a direita em minoria e alcançar assim uma maioria que pode dar o suporte institucional necessário à formação de um governo democrático.

A derrota dos planos da direita depende em larga medida da actuação dos partidos e outras forças democráticas. Por seu lado, o PCP, com os trabalhadores e o povo, não poupará esforços para que uma tal perspectiva se confirme.

Governo e Oposição

O impacto psicológico dos resultados das eleições de 19 de Julho provocou no momento ideias e sentimentos muito generalizados de que já nada podia ser feito em defesa da democracia, que a força da direita era irresistível e que a democracia não teria forças para sobreviver.

A situação real é entretanto diferente. O Governo e o PSD, embora reforçados no poder com o resultado das eleições de 19 de Julho, estão confrontados com muitas contradições e debilidades e a democracia continua a contar para sua defesa com poderosas forças e potencialidades.

Cavaco Silva e o PSD estão condicionados, na aplicação dos seus planos, não só pela oposição e luta popular e democrática, mas também por uma série de outros factores:

- pela inconstitucionalidade e ilegalidade de muitas das medidas que pretendem executar;
- pela incapacidade de resolverem os problemas nacionais com uma política que necessariamente os agrava;
- pelo agravamento da situação económica e social que desmente as suas promessas;
- pelo possível desaparecimento de factores económicos externos que foram favoráveis às trocas externas de Portugal;
- pelo conflito inevitável entre a sua política e os interesses de grande parte dos que nele votaram;
- pelas contradições e interesses antagónicos de classe existentes na sua própria base de apoio;
- pela inevitabilidade de descontentamento dos seus apoiantes seja à direita seja à esquerda consoante a posição que tome em relação aos interesses de uns e de outros;
- pelo regresso ao CDS de uma extrema direita que o apoiou mas exige um ritmo mais apressado e violento do processo contra-revolucionário e pela deslocação para a esquerda daqueles que são atingidos por esse processo;
- pelas contradições, conflitos e divisões no próprio PSD, de que são expressão dificuldades e choques em torno da autonomia regional dos Açores e Madeira (apresentação de projectos separados de revisão da Constituição), da autonomia do poder local e da regionalização.

A democracia conta para a sua defesa com forças e factores favoráveis que no momento actual não é menos perigoso subestimar que sobrestimar:

- a constitucionalidade e legalidade dos objectivos de uma política democrática;
- a base social de apoio, objectivamente considerada, a uma política democrática;
- a força do movimento operário e popular, com destaque para o movimento sindical unitário (CGTP-IN), as comissões de trabalhadores, o movimento camponês e outras organizações e movimentos sociais de massas;
- a força do poder local democrático e do vasto movimento que se desenvolve na defesa das suas principais características, contra as ingerências e a política centralizadora do Governo PSD/Cavaco Silva.

Os partidos e as forças democráticas que até às últimas eleições sempre tiveram o apoio da maioria do eleitorado, dispõem em conjunto, apesar das dificulda-

des actuais, de uma larga implantação e de uma grande capacidade de esclarecimento e de organização que podem transformar-se em intransponíveis factores de defesa da democracia desde que enérgica e correctamente utilizadas com esse objectivo.

O imperativo da unidade

A situação é complexa e perigosa. **Mas as forças da democracia, se unidas, mobilizadas, actuanes e determinadas, estão em condições de derrotar os planos da direita e provocar uma viragem democrática na política portuguesa.**

A **unidade dos trabalhadores** é essencial ao êxito da sua luta, à salvaguarda das suas conquistas, para que o movimento operário e sindical continue a desempenhar um papel determinante na defesa do regime democrático.

Os perigos que pesam sobre o regime democrático, a política revanchista do Governo, o projecto de «liberalização» dos despedimentos individuais e a revisão antidemocrática da legislação laboral visando concentrar nas mãos do patronato um poder discricionário, tornam imperioso que se intensifique o diálogo, a cooperação, a acção comum de todos os trabalhadores, independentemente das suas opções políticas ou ideológicas.

A unidade consolida-se, esclarecendo a natureza da política e dos projectos do Governo, reforçando as organizações de classe (CT's, sindicatos), combatendo e desmascarando os conluios do divisionismo, unificando as reivindicações comuns e diferentes sectores.

De igual modo, reveste-se de importância decisiva o fortalecimento da unidade das outras classes e ca-

mas sociais na luta em defesa das suas aspirações e interesses, igualmente ameaçados pela política do Governo.

A **unidade dos democratas**, construída através do reforço do diálogo e da procura do entendimento e da convergência, é um imperativo tanto para a defesa do regime democrático, das suas principais conquistas e da Constituição que o consagra como para garantir os próprios direitos de participação e intervenção dos partidos e forças da oposição democrática na vida nacional.

A dinamização e o alargamento da CDU coloca-se como uma tarefa fundamental do movimento presente. Espaço de acção e intervenção dos comunistas, do Partido «Os Verdes», da Intervenção Democrática, de milhares e milhares de democratas sem filiação partidária e de largos sectores da juventude; herdeira das melhores tradições de unidade, do trabalho, honestidade e competência, a CDU constitui uma importante realidade do campo democrático e tem condições para vir a alargar a sua influência e reforçar o seu papel na vida nacional.

Assumem graves responsabilidades todos aqueles que, reclamando-se embora da defesa da democracia, colaboram e pactuam com os planos e objectivos da direita contra o regime democrático.

É necessário que as forças da oposição se compenetrem que cada avanço do PSD e do Governo Cavaco Silva na limitação de direitos de partidos democráticos ou em consequência de dificuldades e desentendimentos no campo democrático os incentivam a novos avanços.

Uma Oposição democrática unida estará em condições de forçar o PSD e o Governo Cavaco a recuar nos seus planos de destruição da democracia e de perpetuação do PSD no Governo.

8

O PCP Força essencial da democracia

Acção insubstituível

Na conjuntura actual, o **Partido Comunista Português** é uma vez mais chamado a desempenhar um papel determinante na luta contra a política de direita e na defesa do regime democrático.

É uma realidade da vida política nacional que o PCP é o único grande partido que defende firme e consequentemente os interesses e direitos dos trabalhadores e das massas populares, as conquistas de Abril, o regime democrático e a independência e a soberania nacionais atingidas pela política de direita dos últimos 11 anos e nomeadamente pelo actual governo e a sua maioria.

A actividade, a luta, a força e a influência do PCP são do interesse do povo português e de Portugal.

Cinco direcções da actividade

O Comité Central debruçou-se sobre a actividade do Partido nas cinco principais direcções apontadas na reunião plenária de 22 e 23 de Julho.

No que respeita à acção institucional:

— Na Assembleia da República, o **Grupo Parlamentar** do Partido, em estreita cooperação com os deputados das outras forças componentes da CDU («Os Verdes» e a Intervenção Democrática), tomou a iniciativa em todos os aspectos da acção parlamentar, destacando-se a apresentação do Projecto do PCP de revisão da Constituição, os projectos de lei nas áreas da educação (medidas de apoio social aos estudantes e famílias), do trabalho e segurança social (contra o trabalho infantil, alargamento dos direitos dos trabalhadores na protecção da doença), da saúde (gestão hospitalar), da agricultura (condicionamento da plantação de eucaliptos e restrições no acesso à propriedade da terra por parte de estrangeiros), dos direitos dos cidadãos (acesso ao direito e aos tribunais e administração aberta), da comunicação social (Projecto de Lei da Rádio), do Poder Local (tutela administrativa, direitos dos membros das Juntas de Freguesia, empresas públicas municipais, intermunicipais e regionais e regionalização), dos direitos das mulheres (subsídio aos filhos de mães sós, tal como aos pais), iniciativas tendentes a defesa do sector público e das empresas públicas e a luta contra a tentativa do Governo e da sua maioria de impor a «lei da rolha» à Oposição democrática.

Salientando a extraordinária importância que, na conjuntura presente, assume a acção parlamentar, o Comité

Central considera necessário contrariar tendências para fazer da Assembleia da República o campo quase exclusivo ou o centro da luta e da intervenção políticas.

— Nas Assembleias Regionais dos Açores e Madeira, os deputados do PCP têm-se batido pela defesa da autonomia regional, contra a governamentalização e pela democratização do funcionamento desses órgãos regionais, tomando ao mesmo tempo as mais diversas iniciativas com vista à defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações e com vista à resolução democrática de muitas questões e situações específicas das Regiões Autónomas.

— Na frente de trabalho das **autarquias** desenvolve-se uma intensa actividade de dinamização. Os comunistas em maioria ou em minoria realizam um importante trabalho. Neste período efectuaram-se numerosas reuniões e encontros de quadros que têm como direcções essenciais a luta em torno dos recursos financeiros das autarquias e em defesa do Poder Local democrático e a contribuição para reforçar a ligação do trabalho nas autarquias com o trabalho nas organizações populares, o combate à burocracia e à rotina onde se manifestam e a melhoria na qualidade e rapidez da resposta aos problemas das populações.

— No quadro do funcionamento das instituições, realizaram-se encontros com o Presidente da República e com o Primeiro-Ministro e Governo, ao abrigo do Estatuto da Oposição.

— A realização, em Outubro de 1988, de eleições para as Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira obrigam a um esforço para que tais actos eleitorais contribuam para a democratização do sistema autonómico e para a criação de maiores possibilidades de serem encontradas soluções adequadas para as questões e problemas específicos das regiões insulares, objectivos para os quais é indispensável o reforço da implantação eleitoral do PCP e dos seus aliados.

— Realizando-se em meados de 1989 eleições para o Parlamento Europeu, há que considerar a sua importância e significado políticos e preparar desde já a intervenção do Partido.

Os deputados do PCP continuarão a ter por objectivo fundamental da sua acção a defesa dos interesses e da independência nacionais.

É indispensável valorizar o trabalho dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, melhorar a sua ligação à actividade geral do Partido e das organizações de massas e a informação à opinião pública.

A intervenção nas eleições para o Parlamento Europeu deverá culminar uma actividade, que é de todo o Partido, de estudo dos problemas suscitados pela integração na CEE, e de intervenção junto de todos os ór-

gãos de poder, nacionais ou da própria CEE, onde tais questões se decidem.

No que respeita ao reforço e dinamização das organizações, movimentos e organismos unitários, o Comité Central registou importantes êxitos e iniciativas.

— A **CGTP-IN**, prossequindo uma orientação que a credencia como a grande central sindical dos trabalhadores portugueses, reforçou a sua unidade interna, assumiu com coragem a luta no Conselho de Concertação Social e desenvolveu firmemente a luta sindical de massas.

— As **Comissões de Trabalhadores** mantêm em numerosas empresas um papel essencial na defesa dos interesses e na dinamização da luta dos trabalhadores. As listas unitárias continuam a alcançar apoios significativos, traduzidos de uma maneira geral na manutenção ou mesmo reforço de mandatos, particularmente nas grandes empresas.

— O movimento dos **pequenos e médios agricultores** demonstra a capacidade de acção designadamente nas lutas desenvolvidas pelos produtores de tomate do Ribatejo, dos agricultores contra a plantação de eucaliptos, pelos encontros dos produtores de arroz do Baixo Mondego e pelas importantes lutas e iniciativas de Conselhos Directivos de Baldios ameaçados pelos projectos de lei do PSD, PS e CDS, cujo exemplo mais recente foi a III Conferência dos Baldios do Distrito de Viseu.

— A **juventude**, com o Encontro da Juventude CDU, reforça a vontade de luta e de participação própria, criativa e autónoma da juventude democrática em áreas muito diversificadas da vida nacional. Reunindo mais de 2 mil jovens de todo o País, praticando desporto, convivendo, participando, debatendo os problemas, o Encontro exprimiu as potencialidades da influência democrática na jovem geração e traduz os avanços dessa influência durante o último ano a nível dos jovens trabalhadores, dos desempregados, dos estudantes do ensino superior e do secundário, do movimento associativo local, da solidariedade e da paz, da confraternização e da luta.

— O movimento das **mulheres** desenvolve a sua intervenção através da luta reivindicativa, com destaque, pela combatividade demonstrada, para a luta na empresa A. Paulo Amorim; o reforço das estruturas orgânicas (criação da Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN), a realização de diversas iniciativas de grande impacto, com destaque para as do MDM (homenagem a Maria Lamas, entrega da medalha de honra a Maria Alda Nogueira) e ainda os seminários sobre a Mulher e o Poder Local, as acções pela paz e o desarmamento, confirmam que as mulheres continuam a ter uma participação activa na luta política, económica e social.

— Os **intelectuais** mantêm uma activa intervenção na vida nacional através do seu trabalho e da luta em defesa dos interesses próprios, pelo desenvolvimento e defesa da cultura, pela participação na luta geral do povo português em defesa da democracia, dos direitos sociais, da paz e da independência nacional.

— Depois de uma fase de expectativa gerada pelas promessas do Governo, são em número cada vez maior os sectores de empresários onde predominam as **PME's**, que tomam posições contra as restrições ao crédito e ao consumo, contra a carga fiscal, as taxas de juro, as

consequências dos acordos com a CEE no comércio externo, tal como aconteceu com a Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Norte, Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção, os industriais do sector têxtil.

— Às estruturas associativas unitárias e de empresários, designadamente pequenos e médios, apresenta-se, pois, um vasto campo de actuação e de valorização das suas actividades em defesa dos interesses dos seus associados e dos respectivos sectores económicos.

— O movimento dos **reformados**, dispendo de estruturas nacionais, criando novas estruturas locais, designadamente associações, continua a desempenhar um importante papel na luta popular de massas, defendendo os interesses dos pensionistas e idosos, apresentando as suas reivindicações, nomeadamente o aumento das pensões, junto dos órgãos de poder.

— Os **emigrantes** reforçam a unidade e a acção em defesa dos seus interesses, apresentam cadernos reivindicativos, defendem a democratização do Conselho Mundial das Comunidades e exigem o cumprimento das recomendações apresentadas no âmbito deste.

— O movimento unitário dos **deficientes** continua a desenvolver-se em torno das suas reivindicações específicas e alcançou algumas vitórias, obrigando o Governo a recuar na publicação de legislação que lhe era adversa e conseguindo a aprovação do documento «Contributo para uma política nacional de reabilitação».

— As **associações e colectividades populares** continuam a desempenhar um importante papel na resolução de muitos problemas das populações, no fomento do desporto, da cultura e do convívio e constituem importantes formas de organização popular e de intervenção democrática das populações.

O Comité Central insiste em que os comunistas têm o estrito dever, por um lado, de contribuir para assegurar a inteira democracia interna e a unidade nas organizações, movimentos e organismos unitários em que actuam, por outro lado, de uniformizarem a sua actuação de forma a poderem aplicar e defender com sucesso a orientação traçada pelo Partido.

No que respeita à **luta de massas**:

— Os **trabalhadores** multiplicam as suas lutas, com o recurso à greve e manifestações de rua (como é o caso das empresas Triunfo, Tabopan, Efi, Feruni, Explosivos da Trafaria, Proconstoi, M.N. Tiago, Mármoreos do Condado, Indep, Petrogal, Cel-Cat, Facar, SAAL, Têxtil Pedrógão Grande, Cerâmica de Valadares, Entrepasto, IVIMA, Bis, Hotel Vasco da Gama, Jaime da Costa e muitas outras, e sectores profissionais, com destaque para os trabalhadores da Frente Comum da Função Pública e trabalhadores judiciais).

— Os trabalhadores do Sector Empresarial do Estado desenvolvem variadas acções em defesa das nacionalizações, contra os projectos da sua privatização e entrega ao grande capital. Esclarecendo a opinião pública sobre a política de sabotagem e mistificadora do Governo acerca do SEE, reclamando uma política e a nomeação de gestores capazes de colocar essas empresas ao serviço da economia nacional, lutando pela salvaguarda dos seus postos de trabalho e conquistas sociais, desmascarando a demagogia da «democratização» do capital, os trabalhadores opõem-se à reconstituição dos monopólios.

- Desmentindo a demagogia do Governo, desenvolvem-se várias lutas pelo pagamento de salários em atraso, contra as arbitrariedades patronais, os despedimentos colectivos, por melhores salários e contra as tentativas de impor tectos salariais na base das taxas de inflação propagandeadas pelo Governo.
- Os trabalhadores da Reforma Agrária opõem firme resistência às ofensivas de direita, continuam a lutar e a produzir com a elevada consciência e a determinação, de que a XI Conferência da Reforma Agrária deu elevado testemunho.
- As múltiplas lutas em curso, e várias outras já em perspectiva, de variados sectores, as lutas das populações em torno dos problemas da habitação, dos transportes, do ensino, contra o encerramento de serviços, mostram que se diluem muitas das ilusões criadas pela demagogia cavaquista, que se alarga a compreensão das massas quanto à natureza da política do Governo, e que aumenta a disposição de fazer frente à situação, abrindo-se possibilidades reais de se desenvolver a luta de massas contra os aspectos mais gravosos da política do Governo.

No que respeita à **convergência e à unidade dos democratas**, continuam a verificar-se sérias dificuldades.

- A par do estreitamento da cooperação do PCP com os aliados mais próximos e de um relacionamento mais largo e dialogante com renovadores democráticos, socialistas, UDP e democratas de vários outros quadrantes políticos, persiste a insistência da Direcção do PS nos acordos antidemocráticos com a direita.
- O Comité Central regista entretanto que é cada vez mais vasta a compreensão da necessidade de convergência e entendimento de todos os democratas e designadamente de comunistas e socialistas para fazer frente à direita, derrotá-la e assegurar finalmente uma alternativa democrática ao Governo actual e à política actual.
- A recente eleição para o Conselho de Estado foi uma significativa expressão dessa tomada de consciência.
- O Comité Central sublinha que a **batalha da revisão da Constituição e as futuras eleições autárquicas** não só inteiramente justificam, como exigem, que todos os democratas considerem a sua unidade ou convergência para derrotar a direita e defender a democracia.

No que respeita ao **reforço do Partido**, o Comité Central consagrou a sua atenção a alguns aspectos essenciais no futuro próximo imediato.

Reforço do Partido

O Comité Central examinou a situação e a vida interna do Partido e tomou **medidas a curto prazo relativas ao reforço do Partido em todos os aspectos da sua actividade**.

O Comité Central rejeita frontalmente uma campanha que se desenvolve no sentido de afirmar que o PCP «está em crise». O PCP é o único grande Partido que tem debatido abertamente as suas dificuldades, atrasos

e insuficiências resultantes tanto de factores objectivos como subjectivos. Os portugueses têm acesso a essas discussões e correspondentes deliberações em documentos diversos. Os anticomunistas utilizam estas insuficiências para «criar» uma suposta «crise» no PCP. Mas, o Partido continua forte, unido, influente e decidido a vencer e ultrapassar tais dificuldades.

No que respeita à **Direcção**, o Comité Central sublinhando o alto sentido da responsabilidade e a dinâmica intervenção dos organismos de Direcção a todos os níveis, considera ser necessário no imediato melhorar o trabalho, aprofundar a análise das situações, dar respostas mais prontas aos problemas e intervir na vida partidária com orientações claras de forma a mobilizar, unir e dinamizar mais e melhor a actividade de todas as organizações e militantes.

No que respeita ao **estilo de trabalho**, sublinhando os traços positivos que o caracterizam, o Comité Central salienta a necessidade de actuar de forma operativa e dinâmica, de garantir o trabalho colectivo em todos os organismos e organizações, de contrariar tendências auto-suficientes, autoritárias ou burocráticas, ligando cada vez mais o Partido aos problemas e às lutas concretas dos trabalhadores e das populações, de assegurar a democracia interna no respeito pelas opiniões e críticas dos militantes expressas nos organismos e organizações respectivos, combatendo ao mesmo tempo quaisquer eventuais tentativas de formação de grupos de opinião ou de tendências.

No que respeita à **política de quadros**, o Comité Central salienta a necessidade de uma maior ajuda aos quadros, à sua formação política e ideológica e à solução dos problemas concretos do seu trabalho, e de uma mais operativa selecção e promoção de quadros, designadamente quadros operários, mulheres e jovens.

No que respeita aos **funcionários do Partido**, o Comité Central salienta e considera o seu papel decisivo na direcção, organização e dinamização do trabalho partidário e considerou a necessidade de examinar as condições que melhorem as possibilidades do seu recrutamento e assegurem o desenvolvimento da sua formação.

No que respeita à **organização**, o Comité Central salienta deficiências sérias que se verificam, com um enfraquecimento da estruturação, designadamente de organismos de base, um irregular funcionamento de organismos intermédios, a desligação de numerosos camaradas e um ritmo lento de recrutamento. Importa reforçar a estruturação, melhorar o funcionamento de muitas células de empresa e comissões concelhias, o regular pagamento das cotizações, criar condições para um maior enquadramento dos membros do Partido.

No que respeita à **informação e propaganda**, o Comité Central considera que, numa situação marcada por uma acentuada utilização dos mais importantes órgãos de comunicação social e de outros importantes meios de propaganda pela direita, se torna indispensável proceder a uma reflexão crítica sobre esta área de actividade, tomando medidas adequadas para reforçar estruturas e quadros e melhorar a eficácia dos instrumentos essenciais de intervenção: o «Avante!»; «O Militante»; a informação e propaganda escrita, gráfica e audiovisual; a actividade editorial; a «Festa do Avante», e a organiza-

ção regular de acções específicas de esclarecimento junto das populações.

No que respeita à **batalha ideológica**, o Comité Central salienta a necessidade urgente de uma resposta mais pronta, fundamentada e esclarecedora à intensa ofensiva ideológica do imperialismo e das forças de direita, bem como uma maior preparação dos militantes para enfrentá-la.

No quadro do **desenvolvimento e dinamização da actuação partidária**, o Comité Central encarregou a Comissão Política e o Secretariado de examinar a realização no primeiro semestre de 1988, de Encontros e Reuniões de Quadros de âmbito a definir, e datas a calendarizar, com ampla participação e debate sobre questões fulcrais da situação portuguesa, designadamente a revisão da Constituição, a independência nacional, a CEE, o movimento sindical e operário, as empresas públicas, a agricultura e os direitos dos agricultores, as autarquias, o desenvolvimento regional, a saúde, a função pública, o sector económico cooperativo, o ensino, a cultura, a segurança social, o meio ambiente e a defesa do património.

A realização destas iniciativas deverá dar lugar não só à dinamização da actividade correspondente às problemáticas abordadas como ao aprofundamento das análises e das conclusões políticas respectivas.

Preparação do XII Congresso

O Comité Central procedeu a uma primeira abordagem do trabalho preparatório para a realização do XII Congresso do Partido. O Comité Central e os seus

organismos executivos assumem a responsabilidade que lhes cabe de orientar superiormente a preparação e a realização do XII Congresso.

O Comité Central considera que a situação política que actualmente se atravessa, designadamente o processo da revisão da Constituição, cria factores de grande instabilidade e incerteza que dificultam a definição rigorosa de uma perspectiva política e de acção a médio prazo. Estes factores poderão influir na escolha de data precisa para a realização do XII Congresso.

Entretanto torna-se indispensável, desde já, desenvolver os trabalhos preparatórios, designadamente a sistematização do estudo de dados objectivos e de definição de linhas essenciais do processo de preparação.

Conformemente com experiência anterior que é necessário aprofundar, **o Congresso do Partido pode dividir-se em quatro fases:**

- 1.ª — **a elaboração de documentos preparatórios** (estudos, propostas e sugestões) como base de trabalho do Comité Central;
- 2.ª — **a elaboração pelo Comité Central das teses ou projecto de resolução política do XII Congresso** procurando para tal a contribuição o mais larga possível de organizações, militantes e especialistas;
- 3.ª — **a apresentação pelo Comité Central das teses ou projecto de resolução política** às organizações do Partido para debate e propostas de alterações e emendas (de que resultará a redacção final do projecto de documento ou documentos a levar ao Congresso) e a eleição dos delegados ao Congresso;
- 4.ª — **o Congresso propriamente dito**, que culmina e faz o apuramento desse debate e desse processo

nas sessões plenárias dos delegados eleitos pelas organizações.

O Comité Central trocou largamente opiniões e tomou conhecimento de ideias de outros camaradas relativas à preparação do Congresso (designadamente à elaboração de documentos a submeter ao Congresso e aos processos do debate a realizar e da eleição de delegados), assim como relativos ao funcionamento do próprio Congresso e ao processo da eleição do Comité Central. O Comité Central decidirá e adoptará os critérios e orientações nessas matérias quando da aprovação ulterior do **Regulamento do Congresso**. Sublinha entretanto desde já que o fundamental do debate de que resultarem as propostas e linhas de orientação deverá realizar-se com a intervenção colectiva, democrática de todo o Partido, de que o Congresso propriamente dito será a conclusão.

Em conformidade, todos os problemas e linhas de orientação serão debatidas no momento próprio no Partido, com tempo suficiente e direito assegurado a todos os militantes de apresentarem e defenderem as suas opiniões, de fazerem críticas e de apresentarem propostas nos organismos e organizações a que pertençam.

Torna-se assim necessário que o exame pelo Partido das teses ou projecto de resolução política elaboradas pelo Comité Central seja calendarizado e iniciado com suficiente antecedência de forma a que todo o Partido possa intervir e contribuir para a sua redacção final que, em conformidade com o debate realizado, o Comité Central levará finalmente ao Congresso.

Para o andamento dos trabalhos preparatórios, o Comité Central mandata o **Secretariado Político Permanente** para, no plano político e no imediato, tomar as medidas necessárias para prosseguir o trabalho político preparatório, mandata a **Comissão Política do Comité Central** para preparar uma proposta de regulamento do XII Congresso a ser ulteriormente aprovada pelo Comité Central e mandata o **Secretariado do Comité Central**

para tomar as medidas organizativas e técnicas necessárias à realização do Congresso.

O Comité Central considera que o exame dos problemas e da definição de linhas de orientação a realizar no Partido não devem ser conduzidos de forma abstracta, mas sempre que possível ligados à actividade prática, ao trabalho e tarefas concorrentes, à dinamização da actividade. Assim, os estudos e análises a realizar no quadro das grandes iniciativas com objectivos específicos (Encontros, Reuniões de Quadros, etc.) a realizar nos meses próximos, devem também ser consideradas como uma contribuição preciosa para a preparação política do Congresso.

Com vista a decisões a tomar pelo XII Congresso, o Comité Central abordou **problemas relativos à renovação da Direcção e dos Quadros**. O Comité Central considera que se impõe o melhoramento do nível e da eficácia do trabalho de Direcção em geral e da Direcção central em particular.

É necessário, por um lado, proceder-se a um estudo aprofundado da organização do trabalho de Direcção, do funcionamento, tarefas e estilo de trabalho dos organismos, e por outro lado, proceder-se a uma mais profunda renovação, considerando as condições reais de trabalho dos camaradas em conformidade com as suas responsabilidades, a chamada de novos quadros a mais elevadas responsabilidades e a necessidade de considerar numa larga perspectiva o futuro da Direcção do Partido.

A este respeito, o Comité Central considerou como uma exigência fundamental nos organismos de Direcção a coexistência e espírito de classe e a dedicação revolucionária dos seus componentes.

11 de Dezembro de 1987

O Comité Central
do Partido Comunista Português



Declaração do CC do PCP sobre o acordo URSS-EUA relativo à liquidação dos mísseis nucleares de alcance médio

1. O Acordo que acaba de ser assinado na Cimeira URSS-Estados Unidos, por Mikhail Gorbatchov e Ronald Reagan, constitui um importante acontecimento cujo alcance e significado histórico é legítimo esperar que venha a ser confirmado por uma real viragem no sentido do desarmamento, do desanuviamento, da cooperação internacional, da construção de um mundo livre da ameaça de holocausto nuclear.

2. O Acordo estabelece a liquidação dos mísseis nucleares de alcance médio e intermédio (entre 500 a 5500 km) dos EUA e da URSS, fixando os prazos, os meios de verificação e os procedimentos que assegurarão a destruição de cerca de 3800 ogivas nucleares.

3. É certo que este acordo envolve apenas uma pequena percentagem (3-4%) do enorme potencial nuclear hoje existente. Mesmo em relação à Europa, ficam ainda de fora, designadamente, as forças nucleares da Grã-Bretanha e da França, mísseis nucleares estacionados em submarinos e bombardeiros, armas nucleares tácticas com raio de alcance inferior a 500 km.. Mas constituiria um erro grave minimizar a extraordinária importância e significado de um acordo que, pela primeira vez na história, estipula, não a simples limitação, mas uma real redução de armamentos nucleares. Com o desmantelamento de toda uma classe de armas extraordinariamente perigosas e destruidoras, abrem-se possibilidades de novos e importantes acordos de desarmamento e, em primeiro lugar, de desarmamento nuclear. A perspectiva, já em negociação entre os EUA e a URSS, de uma redução radical dos mísseis nucleares estratégicos em ligação com o fortalecimento do Tratado de 1972 sobre os Sistemas de Defesa Antimíssil enche de esperança todas as forças amantes da paz.

4. O Acordo é, antes do mais, resultado da consequente política de paz da URSS, traduzida em numerosas propostas e iniciativas de desarmamento, assim como da luta dos trabalhadores e dos povos do mundo inteiro contra a ameaça nuclear e em defesa da paz. Ele constitui simultaneamente um grande incentivo ao prosseguimento desta luta, absolutamente necessária não apenas para que seja possível alcançar novos acordos de desarmamento, mas também para

assegurar a concretização do próprio Acordo agora assinado.

5. As forças que se opõem ao desarmamento e ao desanuviamento do clima internacional e, em primeiro lugar, os círculos mais reaccionários do imperialismo norte-americano e da NATO, não se conformam com o revés que a assinatura do Acordo representa e procuram retomar a iniciativa.

Com este objectivo deturpam o significado do Acordo e preconizam a sua não ratificação pelo Senado dos EUA; insistem em que a paz é assegurada pela «dissuasão nuclear» e não pelo desarmamento nuclear; insistem na Iniciativa de Defesa Estratégica («Guerra das Estrelas»), apresentando-a como um projecto defensivo quando na verdade se trata de um passo qualitativamente novo e extremamente perigoso da corrida aos armamentos; preconizam o não cumprimento de numerosos tratados internacionais (ABM, SALT II e outros) com o pretexto de que não são cumpridos pela URSS, em lugar de assegurar o seu respeito e fortalecimento; procuram obter um desequilíbrio em favor dos EUA e da NATO com a produção de novos submarinos e bombardeiros equipados com armas nucleares; elaboram e põem em prática planos visando um aumento drástico de armas convencionais, pretextando a superioridade do Tratado de Varsóvia neste domínio; fazem campanha pelo fortalecimento do «pilar europeu» da NATO e pela reactivação da «união da Europa Ocidental» contra uma suposta «ameaça soviética» na Europa. Tudo isto constitui sério obstáculo no caminho de novas e radicais medidas de desarmamento, que se impõe desmascarar e combater com firmeza.

O PCP não pode deixar passar sem uma firme denúncia e protesto o modo anti-soviético, faccioso e provocatório como a RTP e outros órgãos da Comunicação Social têm tratado a Cimeira de Washington.

6. O povo português está vitalmente interessado numa política externa e numa política de Defesa Nacional que, assegurando a independência, a soberania e a segurança de Portugal contribua simultaneamente para o reforço do processo de desarmamento e de desanuviamento da situação internacional para que aponte a assinatura do

Acordo, no respeito aliás pelo preceituado na Constituição da República.

É necessário pôr urgentemente termo à política de seguidismo e sujeição de Portugal aos interesses estratégicos do imperialismo norte-americano e dos círculos mais agressivos da NATO; diversificar as relações externas de Portugal; estabelecer com todos os países e povos do mundo relações de paz, amizade e cooperação; assumir na ONU e em todas as instâncias internacionais em que Portugal esteja representado posições pautadas pela defesa firme do interesse nacional, da paz e coóperação internacional, do direito aos povos à autodeterminação e independência.

A política externa do Governo PSD vai em sentido oposto. Numerosas declarações e actos de membros do Governo e de dirigentes do PSD, que eram contrárias à assinatura do Acordo, estimulam agora a corrida aos armamentos convencionais na Europa e apontam para um ainda maior envolvimento de Portugal nessa corrida sob o pretexto do «aumento de importância estratégica» do território nacional na «defesa do Ocidente».

O PCP alerta todos os portugueses para a necessidade de combater esta política perigosa para a independência, a soberania e a própria segurança de Portugal.

O PCP sublinha que todo e qualquer reforço de participação de Portugal na NATO e o alarga-

mento de facilidades militares em território português à NATO, EUA ou outros países são profundamente lesivos dos interesses de Portugal e da defesa da paz.

O PCP exige do Governo uma declaração de recusa inequívoca de transferência para Portugal dos aviões F-16 e quaisquer outras forças que os EUA sejam eventualmente forçados a retirar de Espanha. Exige igualmente o cabal esclarecimento sobre os planos de instalação em Almodôvar de uma estação de rastreio inserida no projecto norte-americano da «Guerra das Estrelas» e sobre o plano de alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, em relação aos quais o PCP reafirma a sua firme oposição.

O PCP, que sempre se bateu firmemente em defesa da paz, considera que a assinatura do Acordo relativo à liquidação dos mísseis norte-americanos e soviéticos de alcance médio e intermédio, constitui uma nova razão para que prossiga e se intensifique a luta dos patriotas e democratas portugueses por uma política externa ao serviço da paz, do povo português e de Portugal.

11 de Dezembro de 1987

**O Comité Central
do Partido Comunista Português**



Álvaro Cunhal integrou-se perfeitamente no ambiente, proferindo um discurso de improviso



O salão onde decorreu o comício foi pequeno para tanta gente

Com a presença de Álvaro Cunhal Festejando o novo Centro Alpiarça diz «presente!»

Alpiarça, a bela vila ribatejana, esteve em festa no passado sábado, ao comemorar o 2.º aniversário da inauguração do seu novo Centro de Trabalho do PCP. E dizemos que foi a própria vila que esteve em festa porque, apesar de não terem estado presentes todos os seus habitantes, a maioria esmagadora teve a ver com a iniciativa. Na verdade o novo edifício, que entra agora em terceiro ano de plena actividade, foi fruto da militância comunista e do empe-

nho democrático dos alpiarcenses, que juntaram esforços e donativos, trabalho e iniciativas para construir e pôr a funcionar o novo (e belo) Centro de Trabalho do PCP.

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, não pôde estar presente no dia da inauguração, há dois anos, o que foi, naturalmente, compreendido e aceite pelos camaradas de Alpiarça. Mas não foi esquecido! Daí novo convite e festa a condizer, o que transformou a jornada num

concorridíssimo convívio, pois se não estavam lá todos os habitantes da vila, quase parecia, ao olhar-se para os mais de 500 convivas que fizeram questão em participar no almoço que antecedeu o comício e continuaram depois a festa, noite dentro, com um baile.

Não é de estranhar tão forte adesão a uma iniciativa deste género, quando se trata, no fim de contas, do corolário lógico de uma campanha que ergueu a pulso um património que, além de

belo, útil e funcional, foi também oneroso.

É que estamos a falar de Alpiarça, «um nome sobejamente conhecido por todos os portugueses», como referiu Álvaro Cunhal no seu improviso proferido, após o almoço-convívio, no amplo salão do Centro de Trabalho. E conhecido «pelo passado de luta dos trabalhadores de Alpiarça contra o fascismo e a opressão, pela liberdade», um passado que é legítimo orgulho dos seus habitantes e «se confirmou

nas lutas dos seus trabalhadores e do seu povo após o 25 de Abril», para conquistar as liberdades e fazer avançar a Revolução portuguesa.

A nossa reportagem esteve presente na iniciativa, acompanhando, nomeadamente, o almoço-convívio e o comício que se seguiu. Disso daremos conta nas páginas seguintes, com relevo para a apresentação de algumas passagens do discurso que Álvaro Cunhal proferiu, de improviso, perante uma com-

pacta assistência. Fica, entretanto, como primeira nota de reportagem, o testemunho do ambiente verdadeiramente fraterno, entusiasmado e, aqui e além, comovido e comovente que caracterizou toda a jornada, o que conduziu, até, a actuações espontâneas e «extraprograma» de vários presentes, que após a intervenção de Álvaro Cunhal, não resistiram: saltaram para o palco, agarraram os microfones e cantaram, recitaram e disseram, de sua justiça. ■ **H.C.** ➔



O pavilhão da feira estava a abarrotar de convivas; o bom apetite e a boa disposição, esses circulavam livremente



Uma cozinha de campanha, com cozinheiros a preceito, produziu uma refeição de se lhe tirar o chapéu. E cozinhada à vista!

Ventos, casamentos — isso era dantes

Era, salvo erro, Filipe II que, no poético entender de António Gedeão, tinha montanhas de coisas, exércitos, esquadras, jóias e pedrarias, bombardas e mosquetes, súbditos e lacaios — mas não tinha... um fecho «éclair»... Conforme se sabe, o sr. Filipe II teve a possibilidade de se transformar em Filipe I de Portugal, enquanto o seu neto Filipe IV deixou de ser — por obra e graça do 1.º de Dezembro e subsequentes operações militares — Filipe III de Portugal.

Recuando um pouco mais na História, recorde-se que o monarca João I de Castela pretendeu tornar-se igualmente rei português, objectivo que se frustrou em Aljubarrota.

Todos estes Filipes e Joões não tinham, é claro, fechos «éclair».

Mas, à luz da realidade contemporânea no Portugal da CEE e do professor Cavaco, meditando-se sobre o passado e o presente histórico de nacional independência, somos levados a concluir que não era apenas de fechos «éclaires» que aqueles ambiciosos monarcas se encontravam desprovidos.

Nomeadamente no que à conquista das lusas terras diz respeito, o que eles igualmente não tinha era... **helados!**

Aliás, não tinham **helados**, não tinham **postres** e — calcule-se! — eram mesmo capazes de se encontrarem desprovidos de **melocotón**.

Se a qualquer daqueles reis tivesse sido dado substituir alguns arcabuzes por umas caixas de **tarte helada al chocolate**, trocar uma dúzia de bombardas por outras tantas cascas de côco com **helado de vainilla**, bombardear Portugal com caixas frigoríficas em vez de metralha — pois possivelmente outra teria sido a História.

Porque, como se sabe, nos lusos restaurantes deixou de haver **sobremesas**: passou a haver **postres**. O queijo da serra e o flamengo, as farólias e o pudim flan, o arroz doce e a instituição nacional em que se transformou o pudim Molotof (que por acaso é Malakof, mas deixemos esses pormenores para outras vidas), enfim, essas virtualhas finais passaram a constar num exíguo papelinho dactilografado afixado à luxuosa, quadricrómica, lustrosa, envernizada... **carta de postres**.

Ao lado da **tarte a l'whisky**, do **helado crocante** desdobradas em cromos saborosos, a farófia dactilografada assume uma dimensão dramaticamente ocupada, conquistada, subalternizada.

Já tínhamos os **inputs** e os **outputs**, o **timing**, os **managements**, o **cash flow**, — e etc. Era tudo electrónica, novas tecnologias, computadores e informática.

Aqui dos vizinhos, a coisa tem sido mais doce. Segundo parece, liberalizaram por lá a importação dos nossos têxteis. Em contrapartida, Portugal terá liberalizado a entrada de produtos agrícolas transformados, chocolates, caramelos, e etc. Preparemo-nos pois para as novas refeições.

Guisantes con huevos por ervilhas com ovos; **pollo** substituindo o frango e **bifetcks de pavo** pelos invasores bifes de peru; a vazia (a que já ninguém chega) será substituída pelo **solomillo** de idêntica inacessibilidade. E etc.

Para reclamações, **puede dirigir-se al camarero**.

■ RC



Os mais novos de todos estavam na primeira fila do comício, sentados no chão com um sossego que só visto!

Novo Centro de Trabalho Alpiarça encerra contas e festeja aniversário

Atraíndo mais de 500 pessoas ao almoço-convívio — multidão que cresceu até transbordar do amplo salão do Centro de Trabalho onde decorreu o comício com Álvaro Cunhal — a festa que comemorou o 2.º aniversário do novo CT do PCP em Alpiarça e o encerramento das contas da campanha foi o que se chama um sucesso. Muita gente, grande entusiasmo, uma alegria que contagiava, eis as tónicas da iniciativa. Subjacente a isto, um evidente orgulho pela obra conseguida: o magnífico edifício construído para albergar o novo Centro de Trabalho do PCP na vila. Antes de lá «entrarmos», visitemos o almoço que deu o pontapé de saída para a festa.

O pavilhão da feira de Alpiarça só não estava a abarrotar porque uma das suas extremidades fora reservada para os serviços da festa — cozinha e bar. O resto eram mesas e mesas cheias de gente, onde o apetite pedia meças à chalaça e vice-versa, que nestas coisas vai dar tudo ao mesmo: a grande alegria de se estar junto.

Falámos em cozinha e bar. Se acham esquisito um pavilhão de feira estar equipado com tais serviços, fazem muito bem em estranhar. Um pavilhão de feira não tem tais serviços, limita-se a ser o que geralmente é: uma espécie de campo de futebol pelado debaixo de um imenso barracão. Mas nada impede que se ponha lá dentro o que se quiser, até uma surpreendente cozinha de campanha suficiente para alimentar um regimento, e um bar capaz de satisfazer (como o fez) o hábito do cafezinho de centenas de marmanjos. Café-café, nada de mistelas coadas de sacos e outras cordoarias.

Não se julgue, entretanto, que lá por se falar em «cozinha de campanha» a alimentar regimentos se esteve para ali a dieta da tropa. Aquela «jardineira» queria a malta dos quartéis apanhar! Quanto ao vinho, da região, nem vale a pena comentar. «Julgue-o quem não puder experimentá-lo», e o resto é conversa.

E à conversa nos metemos com o camarada que, impecavelmente vestido de branco da cabeça aos pés, dirigia com superior eficácia as operações culinárias. «Cozinheiro profissional, eu?!», arregalava-se ele para nós. «Sim, senhor, podes dizê-lo! Um profissional formado nas festas do «Avante!»».

Ora toma!

Um clima de festa

O salão do Centro de Trabalho fica no primeiro andar

do edifício. Quando lá chegámos, ou melhor, para lá chegarmos tivemos de «furar» diversas multidões — à porta, no corripio do «hall», no bar, nas escadas, nos corredores e, finalmente, no próprio salão. Neste, os mais novos e os mais velhos faziam um autêntico «muro» frente ao palco, ao fundo da sala — os primeiros sentados em fila, no chão, os segundos em cadeiras. O resto da sala era um apinhado de gente em pé, que ia transbordando de mansinho, no sentido inverso do percurso que atrás referimos, até à rua onde altifalantes com boa garganta permitiam que se acompanhasse o que se passava lá dentro.

E o que se passou teve o seu começo com uma intervenção do camarada António Arralolos, membro da Comissão Concelhia de Alpiarça do PCP e responsável pela comissão de iniciativas, que abriu a sessão e foi apresentando os oradores seguintes: **Concelção Carlos**, membro do executivo da Direcção Regional e respon-

sável pelo concelho, que chamou, nomeadamente, a atenção para a necessidade de se reforçar sempre mais a organização do Partido e o empenho militante, **Armando Pinhão**, presidente da Câmara Municipal de Alpiarça e membro da Comissão Concelhia e da DORSA, que fez uma intervenção essencialmente virada para as questões do Poder Local e das dificuldades que o Governo está a acrescentar ao sector, e, finalmente, **Álvaro Cunhal**, de que damos, na página ao lado, alguns excertos da sua intervenção proferida de improviso.

A sessão terminou com a entrega de flores ao secretário-geral do PCP pelos Pioneiros de Portugal, que lhe dedicaram também uma canção, o que inspirou diversos camaradas a subir à tribuna e, frente aos microfones, a dar vazão aos seus talentos, cantando, recitando e contando histórias.

Um clima de grande festa para uma iniciativa dominada pela alegria e a criatividade.

PCP
TEMPO DE ANTENA

RTP-1

2.ª FEIRA, 21
a seguir ao Telejornal

PCP

Álvaro Cunhal em Alpiarça

Há condições para desenvolver a luta modificar as coisas e resistir a este Governo

Álvaro Cunhal, no discurso de improvisado que proferiu no comício realizado no belo salão do Centro de Trabalho de Alpiarça, não deixou de referir a reunião do CC do PCP terminada horas antes e cujo documento final publicamos na íntegra, em separata. Foi em ambiente de festa e vigor militante que as largas centenas de pessoas presentes escutaram a intervenção do secretário-geral do PCP. Respigamos, aqui, algumas passagens desse discurso. Depois de agradecer o convite para participar no convívio, o secretário-geral do PCP lembrou o passado e o presente de Alpiarça, da luta dos seus filhos e filhas mesmo antes do 25 de Abril. Mais adiante, referindo-se aos trabalhos da reunião do Comité Central e da análise feita por este da situação do país, disse:

Que situação é esta, em que nos encontramos? Que perigos são aqueles que pesam sobre Portugal, sobre a democracia que conquistámos com o 25 de Abril? Sim ou não este Governo de Cavaco Silva/PSD, que tem uma maioria de deputados na Assembleia, pode levar por diante todo o seu plano da destruição das conquistas da Revolução? Sim ou não os trabalhadores portugueses, o movimento operário e popular, os democratas, as suas organizações e os seus movimentos, o nosso Partido, sim ou não estamos em condições de fazer frente a essa ofensiva reaccionária e a defender as conquistas democráticas? E mais ainda: conseguirá o Governo levar por diante toda uma política ao serviço dos grandes capitalistas, dos grandes agrários, dos grandes especuladores, e que não serve nem o nosso povo nem o nosso País, ou pelo contrário, estamos em condições, nós todos, os trabalhadores, as suas organizações, os agricultores, os jovens, as mulheres, todos aqueles que têm interesses a defender, contra a política de direita, de defender os nossos interesses vitais?

(...) Mas ao desenvolver esta ofensiva o Governo tem por diante os trabalhadores, o nosso povo, e por isso sabe que, sendo respeitadas as liberdades e direitos dos cidadãos, podendo nós, os que defendemos os interesses do nosso povo e do nosso País falar, organizarmos, manifestarmos-nos, fazer greve quando necessário, ele sabe que terá muita dificuldade em avançar com os seus planos e a sua política. Por isso procurou limitar e liquidar as liberdades, por isso começa já, e em que escala!, a reprimir as actividades sindicais, as comissões de trabalhadores, os direitos destes nas empresas.

Condições para resistir

(...) Na reunião do Comité Central que acabámos de realizar já esta madrugada consideraram-se todos estes aspectos e fizemos também uma avaliação daquilo que se chama a correlação de forças. Ou seja: tem o Governo força para levar por diante este plano? Tem a democracia força para o impedir que leve por diante este

plano? Temos nós, os comunistas, outros democratas, as organizações dos trabalhadores, os agricultores, a juventude, as mulheres, todos em conjunto temos força para impedir que eles realizem os seus planos?

Para fazer frente à política de direita, nós partimos da ideia que temos condições para resistir e impedir que eles levem por diante os seus planos.

E vejamos, camaradas e amigos: eles tiveram mais de metade dos votos, mas todos aqueles que votaram no PSD estarão de acordo com esta política que o Governo está agora a aplicar e a querer prosseguir? Por exemplo em relação à liberalização dos despedimentos. Não, não estão de acordo e já nestes últimos dias, em numerosos movimentos que se desenvolvem em muitas fábricas e empresas do País estão ao nosso lado, a lutar contra esse projecto de lei do Governo, trabalhadores que votaram no PSD, no CDS, no PS. Aqui, quando os interesses são tocados, já não estão com o PSD — votaram nele mas não são a base da política que ele está a aplicar. Outro exemplo: em Viseu, também há poucos dias, os compartimentos dos baldios, que são as terras serranas do norte administradas pelos agricultores de uma forma colectiva, reuniram-se em número de 700 nesta cidade, e podemos dizer que o nosso partido esteve lá e em força. E quem são esses agricultores dos baldios? São, na sua maioria, votantes do PSD; no entanto estão hoje na luta, connosco, para defenderem as suas terras e os seus direitos, que o Governo lhes quer roubar.

E quem diz isto diz todas

as outras áreas da vida social e económica em que este Governo, com a sua política, está a atingir interesses fundamentais dos trabalhadores, dos agricultores, dos pequenos e médios industriais e comerciantes, etc. Sem dúvida alguma que a política do Governo atinge uma grande parte daqueles que votaram nele, daqueles que votaram no PSD. Isso significa que não se pode dizer que a democracia está muito fraca e o Governo está muito forte por ter tido a maioria dos votos e dos deputados em 19 de Julho: teve a maioria dos votos em 19 de Julho mas não tem a maioria dos portugueses para a política que está a fazer contra os interesses fundamentais do nosso povo e do nosso País. Trata-se de uma condição importante para ganharmos as pessoas para a luta efectiva contra uma política que não serve para o nosso povo e o nosso País e para lutarmos depois pelo desenvolvimento, de forma a impedirmos que o Governo leve por diante os seus planos.

Vaga de lutas

(...) O movimento popular tem força, e para a nossa acção certamente que o apoio social que já hoje estamos a ter e a sentir, por todo o País, é bastante mais largo que o apoio eleitoral que tiveram o nosso Partido e os nossos aliados nas últimas eleições. Assiste-se, efectivamente, a uma grande vaga de lutas de operários, camponeses, de pequenos e médios comerciantes e industriais, de sectores sociais diferenciados, professores,



médicos e outros e pensamos que há condições para desenvolver a luta, modificar as coisas e resistir a este Governo. E nisto intervêm, naturalmente, as grandes organizações operárias, nomeadamente a CGTP-IN, que é uma grande e necessária organização e nós congratulamo-nos com o facto de terem sido ultrapassadas algumas dificuldades que surgiram recentemente em relação à entrada no Conselho de Concertação Social e estamos bastante satisfeitos por vermos de novo a CGTP-IN unida, em força, no Conselho e fora dele, a lutar pelos interesses dos trabalhadores.

E há também o nosso Partido, não por que seja a força maior, mas por que é uma força determinante na vida nacional, de que depende, em larga medida, a possibili-

dade de derrotarmos o Governo e de conseguirmos resolver muitos dos problemas que temos pela frente. O Partido está a carburar, estamos de novo a desenvolver a nossa actividade e com muita confiança.

Na reunião do CC nós considerámos, também, a realização do nosso Congresso e tomámos as primeiras medidas que constarão do documento que hoje divulgámos à imprensa e onde procurámos abordar todos os aspectos da vida nacional. Uma das indicações que o Comité Central tomou nesta reunião é que é necessário que todos os militantes dêem as suas opiniões e a sua contribuição para que o nosso Congresso não seja apenas um debate entre alguns, mas que seja o resultado da apreciação de todo o nosso colectivo partidário.



À esquerda, Conceição Carlos, durante a sua intervenção; à direita, aspectos do comício

Trabalhadores

Privatizar... os lucros (2)

A Cimpor

A campanha propagandística das privatizações prossegue a todo o vapor. Cavaco deu uma entrevista mais a um jornal estrangeiro, desta feita o «Wall Street Journal» (2/12/87). Na Televisão, nos jornais, na boca de dirigentes da política ou/e de grupos económicos, avançam-se ideias muito pragmáticas para desmembrar a Quimigal, para «reestruturar» a Siderurgia e «dispensar» dois mil dos seus trabalhadores, vêm a público notícias sobre sete grupos petroquímicos estrangeiros interessados na compra da Petroquímica e Gás de Portugal.

No «Avante!» continuamos hoje a dar voz aos trabalhadores do sector empresarial do Estado no combate à campanha privatizadora, falando da Cimpor.

Em 1986 a Cimpor realizou um volume de vendas no valor de **30,5 milhões de contos** e o valor previsto para 1987 é de **33 milhões e 400 mil contos**. Tem 6 centros de produção (Souzela, Alhandra, Maceira, Loulé, Pataias e Cabo Monde-

go), 8 entrepostos, sede e dois serviços comerciais; a sua capacidade de produção anual é de **4,5 milhões de toneladas de cimento, 200 mil toneladas de cal hidráulica e 100 milhões de sacos de papel.**

Conversa fiada

«Privatizar os lucros? Mas as empresas públicas não dão todas muitos prejuízos? Dão, sim senhor, prejuízos do tamanho de casas muito grandes. E tudo isso porque são empresas do Estado. Pois, que se fossem nossas, privatizadas, davam uma data de lucros. Isto é tudo uma questão, sabe, de propriedade: para dar lucros, têm que ser privadas; se são nacionalizadas, arranjam-se as coisas para que dêem prejuízos e arranjam-se um governo, ou dois, ou três, para as privatizar. Bem, isto tem algumas chatices: há um papelucho qualquer chamado Constituição que diz que não pode ser assim, se calhar vamos ter que mudar isso; há o interesse nacional, mas como ganhamos nós, ele também não deve ficar muito prejudicado, coitadinho, já anda tão por baixo; há ainda os trabalhadores, uns chatos, sempre a emitir opiniões a propósito de tudo e de nada, a desdizer o que a gente diz... Isto, com umas leis bem feitas, eles iam mas era para o olho da rua, para aprenderem que o que têm a fazer é trabalhar, para mandar estamos cá nós e de interesse nacional sabe o Aníbal e os bóns políticos como ele. Os factos? A verdade? Oh! Homem, cada cabeça sua sentença. Eu até nem gosto de me meter em política.»

Entende-se a gula

Nos 12 anos que se seguiram à nacionalização a Cimpor duplicou a sua capacidade de produção, fez investimentos no valor de **55 milhões de contos** e encontra-se hoje na vanguarda da tecnologia europeia do cimento de qualidade.

De 1982 a 1986 os lucros líquidos da Cimpor passaram os **3 milhões de contos**, a que se somam **26 milhões de contos** transferidos para o Orçamento de Estado desde 1976 — segundo dados do Encontro de ORT's do SEE realizado a 15 de Outubro.

Indo ao encontro das necessidades do País, a Cimpor contribuiu decisivamente para a completa eliminação das importações de cimento, suprimiu a via húmida, assegurou preços inferiores aos do mercado interno da maioria dos países europeus, estabeleceu uma rede de entrepostos em todo o País e melhorou as condições de aprovisionamento das regiões autónomas.

«Entende-se o apetite dos novos-velhos Champalimauds» — comenta a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro, que divulgou estes dados durante os «Dez dias de esclarecimento» sobre a verdade da situação e a importância do sector empresarial do Estado, em Novembro.

E pergunta, a propósito: «Por que é que quando, em 1982, o governo de então abriu o sector à iniciativa privada, esses senhores não se decidiram por construir novas unidades? A resposta é — afirma a Federação — transparente. O que esses senhores querem é as unidades existentes e beneficiar dos grandes investimentos nelas efectuados.»

O que não se entende — protesta a Federação — é que o Governo, «virando as costas aos interesses nacionais, já tenha anunciado que o sector cimenteiro será dos primeiros a ser privatizado», sublinhando que os trabalhadores «não querem voltar a tempos que tão bem recordam» e «vão lutar para defender os seus interesses, que são também os interesses do País».

Hotel Vasco da Gama despediu 20 trabalhadoras

A administração do Hotel Vasco da Gama, de Monte Gordo, despediu 20 trabalhadoras dos quartos por não terem obedecido a uma «ordem ilegítima» que visava o alargamento polivalente das funções que são próprias desta categoria profissional. O Conselho Nacional da FESHOT (Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo) denunciou oportunamente a ameaça de tal procedimento num comunicado em que reclama do Governo Civil e do Ministério do Emprego que ponham termo a uma «situação inaceitável» e adverte que promoverá «manifestações de solidariedade activa» entre os trabalhadores da hotelaria. As trabalhadoras agora despedidas trabalham no Vasco da Gama há mais de 20 anos e duas delas eram delegadas sindicais. A administração pretendeu alargar o serviço dos andares aos salões do hotel, tarefa que nunca lhes coube e que consideraram exceder as funções para que estavam contratadas. Seguiu-se um processo disciplinar, em Outubro, que levou o Sindicato da Hotelaria de Faro a avançar um pré-aviso de greve, em Novembro. Numa reunião de representantes do sindicato, da associação patronal e do Ministério do Emprego com o governador civil chegou-se a um compromisso e a greve foi desconvocada: as trabalhadoras concordaram em fazer a limpeza das salas de leitura, jogos e televisão; a administração do Vasco da Gama comprometeu-se a não efectuar qualquer despedimento. Para anteaquem estava marcado um plenário de trabalhadores para analisar a situação criada com a quebra do compromisso pela administração do hotel e discutir formas de luta a adoptar.

Aníbal H. Abrantes assume postura fascizante

«Desorientada com a denúncia pública do seu comportamento antidemocrático, a administração da Aníbal H. Abrantes passou a assumir uma postura fascizante» — acusa a União dos Sindicatos de Leiria. Como o «Avante!» noticiou na semana passada, os administradores daquela empresa decidiram, no mesmo dia em que faltaram ao pagamento do 13.º mês aos trabalhadores, suspender o pagamento do salário ao dirigente e delegado sindical Manuel Martins da Cruz e proibir a sua entrada nas instalações da A. H. Abrantes. Posteriormente, de acordo com um comunicado da União, ameaçou verbalmente e por escrito processar e despedir dois delegados sindicais caso se concretizasse um plenário marcado para dia 10 de Dezembro.

Salários em atraso na construção civil

Os trabalhadores da empresa Mármore do Condado (Vale do Covão, Sesimbra) decidiram fazer duas horas de greve por período de trabalho nos dias 9 e 14 de Dezembro por não terem ainda recebido os salários de Outubro e Novembro deste ano; além disso, não recebem subsídios de férias e de Natal desde 1984. Várias tentati-

vas foram feitas para discutir a resolução do problema com a administração pelos representantes dos trabalhadores, nomeadamente pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Ofícios Correlativos do Distrito de Setúbal, mas esta tem respondido «com total desprezo» — segundo uma nota de imprensa daquele sindicato. Além do recurso à greve, foi solicitada ao Ministério do Trabalho a realização de uma reunião com a administração. O sindicato lembra que este caso de desrespeito dos direitos mais elementares dos trabalhadores se soma a outros no sector da construção civil, em particular os das empresas Proconstról e José Silvestre Rodrigues.

Movimento sindical unitário: uma agenda bem recheada

A condizer com o aumento das lutas laborais, intensifica-se a actividade do movimento sindical unitário. Depois das inúmeras iniciativas que se têm realizado neste Outono, a agenda para os próximos tempos já se apresenta bem recheada.

Para o dia 19 de Dezembro, sábado, está marcado um seminário sobre trabalho infantil. Tem por tema «Crianças de hoje, homens de amanhã, que futuro?», é promovido pela CGTP-IN e realiza-se em Braga. Uma delegação da Central foi recebida pelo arcebispo de Braga na semana passada, a quem convidou para estar presente na iniciativa.

Neste sábado a União dos Sindicatos de Viseu/CGTP-IN realiza o seu primeiro congresso, que tem por lema «Com os trabalhadores, desenvolver o distrito, pelo emprego, por uma vida melhor».

Também no dia 19, a União dos Sindicatos de Coimbra realiza uma conferência regional sobre o emprego, no auditório da Reitoria da Universidade; os trabalhos iniciam-se às 9 horas e está prevista, no encerramento, às 18 horas, uma intervenção de um dirigente da CGTP-IN. São objectivos da conferência analisar a situação do desemprego na região e direcções da sua evolução, debater as condicionantes do desenvolvimento e procurar soluções que ajudem à diminuição crescente das assimetrias e encontrar as linhas de acção a privilegiar no campo da política económica susceptíveis de constituírem alternativas para combater o desemprego e promover o emprego.

A Federação Nacional dos Professores, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, a Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações, a Coordenadora Nacional dos Sindicatos dos Médicos, o Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, o Sindicato dos Capitães, Oficiais, Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante, o Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte e o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público anunciaram a realização de um encontro nacional de quadros no próximo dia 9 de Janeiro, na Aula Magna da Universidade de Lisboa. Aquelas organizações constituem a comissão promotora do encontro (a funcionar na sede da FENPROF) e definiram como tema da iniciativa «Os quadros, o desenvolvimento e a modernização da sociedade», analisando particularmente o papel da ciência e da técnica e a situação social e profissional dos quadros.

A 22 e 23 de Janeiro a CGTP-IN realiza em Braga uma conferência sobre os direitos dos trabalhadores.

O Ano do Deficiente foi em 1981 mas «estamos na estaca zero»

Uma delegação da UCNOD (União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes) deslocou-se no dia 9 de Dezembro (Dia Nacional do Deficiente) à Assembleia da República e expôs na Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social a sua preocupação por os problemas que mais afligem os deficientes portugueses ainda não terem «qualquer espécie de resposta a nível nacional».

Particular destaque mereceram as questões relaciona-

das com a integração no mundo do trabalho, onde, segundo declarações dos dirigentes da UCNOD à saída de S. Bento, «sete anos passados sobre o Ano Internacional do Deficiente, estamos praticamente na estaca zero».

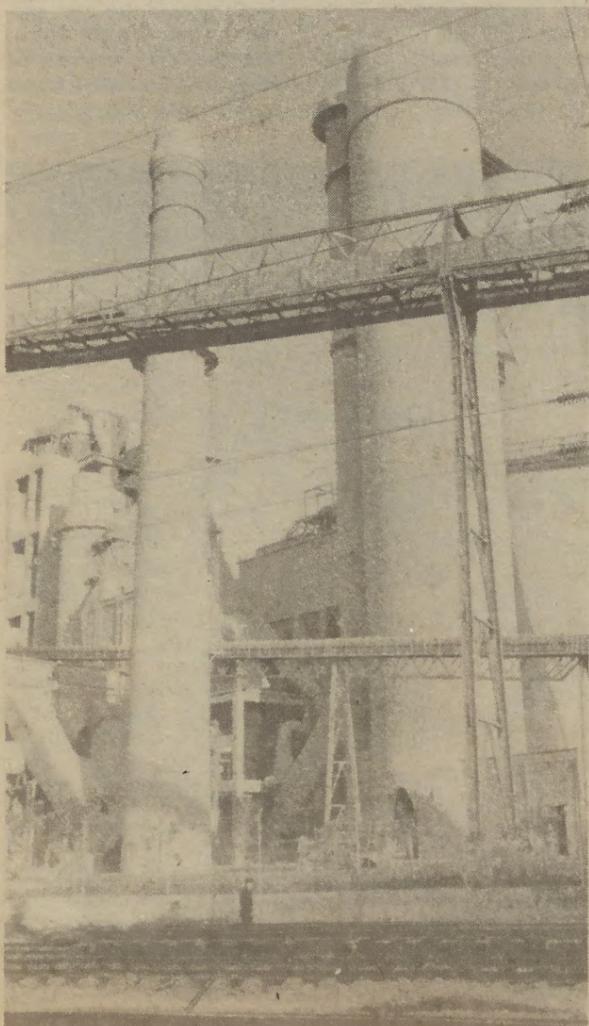
Manifestando «regozijo» pelo facto de o secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional ter anunciado nesse dia que as verbas do IIEFP para a reabilitação de deficientes vão aumentar em 80 por cento, o

presidente da UCNOD, José Subtil, lembrou, no entanto, que «se não houver colocação, a formação torna-se uma frustração»; por outro lado — acrescentou, depois de referir a importância das propostas para uma política nacional de reabilitação aprovadas em Outubro pelo Conselho Nacional de Reabilitação —, «não vimos verbas na proposta de Orçamento de Estado para implementar as medidas previstas, nomeadamente nas áreas do mercado de trabalho, da

saúde, da reintegração e dos transportes».

A delegação da UCNOD foi ainda recebida pela mulher do Presidente da República e no gabinete do Primeiro-Ministro.

Integradas nas comemorações do Dia do Deficiente, a UCNOD e as associações que a constituem realizaram outras iniciativas, nomeadamente um almoço de confraternização, uma reunião de dirigentes associativos e uma exposição de artesanato.



Um pormenor das instalações da Cimpor em Alhandra

Trabalhadores

Função pública repudia acordo Governo/divisionistas

«Já em anos anteriores a UGT se prestou a subscrever acordos que não serviram os interesses dos trabalhadores» — recorda o Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP), numa nota divulgada no final da sua reunião de 11 de Dezembro em que saúda os milhares de trabalhadores que participaram na grande manifestação de quinta-feira e dela fizeram «uma vigorosa demonstração de descontentamento e repúdio pela proposta de aumentos salariais do Governo».

Comentando o acordo estabelecido (nas vésperas da manifestação) entre o Governo e a UGT, a FNSFP afirma que ele «não corresponde às reivindicações nem serve os interesses dos trabalhadores da Função Pública»: a ser aplicado, levará à redução dos salários reais, deixará por revalorizar importantes carreiras profissionais (como a administrativa, a operária, a técnica e a técnico-profissional) e não esclarecerá a forma de compensação dos impostos complementar e profissional — que «poderão vir a afectar seriamente os trabalhadores em 1988 e, especialmente, em 1989».

O organismo dirigente da FNSFP responsabilizou a UGT por, «uma vez mais, se prestar a ser utilizada pelo Governo para este mais facilmente impor a redução dos salários reais e a não reclassificação das carreiras da maioria dos trabalhadores da Função Pública».

O CN da Federação anunciou a possibilidade de processar judicialmente a UGT, já que, «perante o repúdio manifestado pelos trabalhadores contra este injustificado e inqualificável acordo, a UGT sentiu a necessidade de se desculpar, utilizando de uma forma vergonhosa, a mentira e a difamação» — afirma-se na nota de imprensa da FNSFP, referindo concretamente afirmações de dirigentes ugetistas numa conferência de imprensa no dia 9 de Dezembro.

«Já em anos anteriores — recorda-se na nota — a UGT se prestou a subscrever acordos que não serviram os interesses dos trabalhadores, a pretexto de contrapartidas nas carreiras que não se concretizaram e sempre em vésperas da realização de acções de luta convocadas pela Frente Comum».

A RTP — registou-se — também deu desta vez o seu contributo: nos mais importantes serviços noticiosos dos dias anteriores à manifestação dos trabalhadores da função pública fez questão de publicar o acordo Governo/UGT, escamoteando meticulosamente qualquer reacção dos sindicatos da frente comum.

As negociações devem prosseguir

Todas estas manobras não conseguiram, no entanto, desmobilizar os trabalhadores: de todos distritos do continente e das regiões autónomas deslocaram-se a Lisboa milhares de pessoas, numa viva demonstração de protesto que se junta às 50 mil assinaturas recolhidas pelos sindicatos e entregues

no dia 9 ao Primeiro-Ministro e no dia 10 ao Presidente da Assembleia da República.

A delegação da Frente Comum de Sindicatos da Função Pública que se avisou com Cavaco Silva manifestou-lhe o seu protesto por o Governo, através do secretário de Estado do Orçamento, ter suspenso unilateralmente as negociações com os sindicatos e solicitou a intervenção do Primeiro-Ministro visando o prosseguimento do processo negocial.

Esta posição foi reafirmada na reunião do Conselho Nacional da FNSFP, que exigiu a marcação de uma nova reunião para discussão da última proposta sindical de 9,5 por cento de aumento dos salários e das pensões (com aumen-

tos superiores dos subsídios de refeição e diuturnidades) e de reclassificação de todas as carreiras profissionais.

«Existem disponibilidades orçamentais para aumentos superiores aos anunciados» — recorda o organismo de direcção da FNSFP, desafiando o Governo para um debate público sobre a matéria. Por outro lado, o secretariado da Frente Comum afirma que «a melhoria do funcionamento dos diferentes serviços da administração pública passa decididamente pelo respeito e revalorização das diferentes carreiras».

Criticando a decisão do Governo no tocante aos aumentos salariais, Francisco Moreira, dirigente do STAL (Sindicato da Administração Local) que interveio na concentração de dia 10 dos trabalhadores da Função Pública, denunciou ainda a institucionalização do trabalho precário, a asfixia das verbas para o Poder Local na proposta de Orçamento para 1988 e o cancelamento pelo Governo da lei que consagra a possibilidade de apo-



Na manifestação nacional de quinta-feira passada participaram trabalhadores da função pública de todos os distritos do continente, dos Açores e da Madeira, que se concentraram em S. Bento e desfilaram até ao Ministério das Finanças, na Praça do Comércio, passando pelo Largo do Rato, Avenida da Liberdade e Rossio.

sentação antecipada com bonificação.

Trabalhadores judiciais: 97% pararam

A greve nacional de dia 10 de Dezembro dos trabalhadores judiciais teve uma adesão de mais de 97 por cento, segundo um porta-voz sindical. Para ontem e hoje estava marcada nova paralisação, caso os responsáveis do Ministério da Justiça não se decidissem a dialogar

com os representantes da classe e atender as suas reivindicações; estas dizem respeito à eliminação da entrada directa de licenciados em Direito para o topo da carreira, ao estatuto de aposentação e à tabela de vencimentos (por percentagem do vencimento base dos magistrados).

A Federação dos Sindicatos da Função Pública manifestou a sua solidariedade para com os cerca de 7 mil trabalhadores dos tribunais e saudou a grande adesão à

greve. «A dignidade profissional e melhores condições de trabalho para melhor servir a comunidade, por que lutam os trabalhadores judiciais são objectivos partilhados por todos os trabalhadores da Função Pública» — afirma a Federação.

Código Penal: não há condições

Para amanhã está convocada uma greve geral dos magistrados do Ministério Público, por decisão da assembleia geral da classe, reunida sábado passado em Coimbra. A razão principal da paralisação prende-se com a insistência do Governo em manter a data de entrada em vigor do novo Código Penal sem estarem asseguradas as condições materiais e humanas para a sua implementação.

Os magistrados do Ministério Público não aceitam ser responsabilizados pelo funcionamento deficiente do novo ordenamento processual penal e denunciam o funcionamento da administração judicial em condições que ultrapassaram há muito a indignidade.

Foi marcada nova assembleia geral para dia 9 de Janeiro com o fim de, consoante o evoluir da situação, decidir eventuais formas de luta no futuro.

INDEP em vigília na residência do Primeiro-Ministro

Membros da comissão de trabalhadores e activistas sindicais das Indústrias Nacionais de Defesa, EP, concluem hoje três dias de vigília à entrada para a residência oficial do Primeiro-Ministro, depois de terem visto frustrada a sua intenção de serem recebidos pelo gabinete de Cavaco Silva.

Esta acção integra-se na luta dos 2100 trabalhadores da INDEP pelo pagamento dos salários atrasados de Novembro e dos subsídios de Natal e pela viabilização da empresa.

Este mês já teve lugar uma greve de 3 horas, cumprida a 90 por cento e seguida de desfile até ao Ministério da Defesa; posteriormente os trabalhadores viram-se



obrigados a cortar o trânsito na Avenida Infante D. Henrique durante 20 minutos (na foto); após várias reuniões com a administração e ple-

nários de trabalhadores, iniciaram-se na sexta-feira os pagamentos dos salários de Novembro.

Os trabalhadores da IN-

DEP exigem o pagamento do subsídio de Natal até amanhã, dia para que está já marcado um plenário na fábrica de Braço de Prata.

Patronato, UGT, Governo

CGTP alerta para manobra de diversão

Um comunicado da CGTP-IN alerta os trabalhadores para a «manobra de manipulação e diversão da opinião pública» que tem envolvido o Governo e a UGT desde a passada quinta-feira, a propósito dos projectos governamentais sobre a revisão da legislação laboral e a política de rendimentos para 1988, e que tem tido a cobertura de alguma comunicação social, em geral, e da RTP em particular.

A Intersindical Nacional afirma que «a manobra encetada visa promover a UGT a intérprete de descontentamento e protesto dos trabalhadores e ainda evitar a discussão da matéria legislativa com a CGTP-IN».

«Sem surpresa», a Central constata que antes da sua entrada para o Conselho da Concertação «este foi erigido pelo Governo, patronato e UGT como a única sede de discussão dos problemas laborais». Em contrapartida, sublinha-se no comunicado,

«hoje todas as sedes lhes servem, desde que nelas não esteja a CGTP-IN».

O folhetim

«O folhetim começou na passada quinta-feira — lembra a Inter —, quando o sr. Torres Couto convocou a RTP para fazer uma declaração. Solicita e obrigada, a RTP foi a correr» e os telespectadores ficaram a saber que a UGT não iria à reunião do CPCS no dia seguinte a

pretexto do conflito laboral da Petrolgal.

No fim-de-semana, «sem que tivesse havido qualquer reunião pública com o Governo, a UGT muda de posição e, através de um conjunto de manobras que meteram entrevistas, cartas e notícias», fazia saber que aceitava o tecto salarial do Governo de 6,5 por cento para os aumentos no primeiro trimestre de 1988 e aceitava a essência do pacote laboral; exigia compromissos do Primeiro-Ministro que lhe permitissem viabilizar os negócios que tem em carteira e que Cavaco Silva pusesse em ordem os ugestistas do PSD que contestam Torres Couto.

Segunda feita o Primeiro-Ministro recebeu uma delegação da UGT, a quem terá garantido que ia retirar todas as questões não substanciais

dos projectos que, de resto, a opinião pública — incluindo sectores do PSD — havia já condenado. «Sobre os compromissos do Governo acerca dos negócios da UGT e os seus problemas internos nada transpirou da reunião» — nota a CGTP-IN. Mas, mais uma vez, «a RTP, com destaque para o Jornal das Nove, exaltou a actuação da UGT, permitindo-se questionar a actuação da CGTP-IN sem sequer a ter ouvido».

De toda esta encenação — afirma-se no comunicado da Intersindical Nacional — «é lícito concluir que os interesses dos trabalhadores mais uma vez terão servido de moeda de troca para resolver os problemas internos da UGT».

Além disso, «confirma-se o que a CGTP-IN sempre afirmou: a UGT revela-se

mais uma vez, objectiva e subjectivamente, cúmplice dos projectos do Governo e do patronato».

No comunicado a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses reafirma que «continuará, através da sua acção e intervenção a todos os níveis e instâncias, incluindo o CPCS, a adoptar uma atitude responsável e dialogante, mas com a coerência e firmeza que lhe são reconhecidas na defesa dos interesses dos trabalhadores».

A CGTP exorta os trabalhadores a não desmobilizarem na sua luta contra os projectos de pacote laboral e de tecto salarial, pois «é com ela que poderão fazer recuar tais projectos».

Trabalhadores

Segurança social é um direito de todos

• defende debate nacional

«A segurança social, particularmente na doença, no apoio à família, na invalidez e na velhice, no desemprego e em acidentes de trabalho é um direito fundamental que deve ser garantido a todos os portugueses, com carácter de universalidade e o acesso a este direito não poderá, em nenhuma circunstância, estar dependente da capacidade económica de cada um». Não seria necessário afirmá-lo se este fosse o princípio orientador da política governamental para o sector. É, no entanto, necessário afirmá-lo — e isso aconteceu no debate nacional promovido pela CGTP-IN nos dias 11 e 12 de Dezembro em Lisboa, e integrado na discussão em curso no movimento sindical unitário.

No debate foi seriamente criticado o decreto-lei 36/87, que altera o regime de acesso a baixas e subsídios de doença e já condenado noutras iniciativas sindicais.

Na reunião de sexta-feira e sábado passados, realizada no teatro Villaret, participaram quinhentos activistas e dirigentes sindicais (entre os quais o coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva) e vários técnicos e especialistas ligados a esta problemática, nomeadamente o padre Melícias, Manuela

Silva, Medina Carreira, João Albino.

O documento «Contribuições para a acção futura» — a que pertence a citação feita no início desta peça — contém um conjunto de propostas que mereceram o consenso generalizado dos participantes no debate e sublinha a importância e o «papel insubstituível» do Estado: «só ele é que poderá garantir a universalização deste direito fundamental, não tendo qualquer aceitação neste campo o slogan

«menos Estado, melhor Estado», pois ele tem também como objectivo desresponsabilizar o Estado desta obrigação fundamental e sujeitar à lógica do lucro privado actividades que, no essencial, deviam estar dela protegidas».

Severas críticas mereceu também a transferência pelo Governo PSD/Cavaco Silva de lares e creches que integravam a segurança social para o sector privado, bem como a concessão de 13 milhões de contos às IPSS (instituições privadas), «valor este que foi pago com descontos dos trabalhadores do regime geral».

Os participantes no debate exigiram ainda a alteração da base de cálculo das pensões de reforma, já que a que vigora tem em conta «salários claramente desvalorizados pela erosão dos preços».

Também as prestações da segurança social estão aquém das necessidades: «exceptuando a pensão

dos rurais, todas as restantes têm um valor, em termos reais, claramente inferior ao valor de 1974»; por outro lado, «o abono de família representa apenas entre cinco e oito por cento dos gastos com a criança».

O documento já referido considera o actual sistema de financiamento da segurança social «inadequado e gerador de injustiças» e defende ser «possível, necessário e urgente» alterá-lo «de forma a que o princípio da solidariedade em que assenta a actual segurança social tenha expressão colectiva, a fim de que as empresas que maior riqueza produzem sejam aquelas que mais contribuem».

Entre 1974 e 1987 a fuga ao pagamento das contribuições para a segurança social atingiu um valor superior a 500 milhões de contos, segundo foi revelado no debate nacional organizado pela CGTP-IN e em que



O decreto-lei 36/87 prejudica seriamente as mulheres. O debate criticou duramente esse diploma

se fizeram representar a CGT francesa e as Comissões Obreras.

Serviços locais

«Não pode esgotar-se nas sedes dos concelhos» — afirma a Federação da Função Pública comentando a decisão de, finalmente, avançar com a criação dos serviços locais dos centros regionais de segurança social, anunciada no princípio deste mês em Leiria pelo secretário de Estado da Segurança Social.

A Federação lembra que «as organizações representativas dos trabalhadores da

segurança social já no V Encontro Nacional, realizado em 1985, tinham criticado a concentração dos serviços nas capitais de distrito e salientado a necessidade de cumprir o princípio constitucional da descentralização» e considera a medida anunciada pelo Governo «tardia e de reduzido alcance».

Para os representantes dos trabalhadores da função pública há que ir mais longe e ter em conta a «grande e valiosa experiência» — enquanto elo de ligação às populações, sobretudo rurais — de 1200 casas do povo e das 4500 pessoas que nelas trabalham.

Professores conseguem 26 mil vagas para efectivos

A Federação Nacional dos Professores anunciou que na semana passada, após uma reunião com o Ministério da Educação, conseguiu a abertura de 14 mil vagas para professores efectivos dos ensinos preparatório e secundário e de 12 mil para o primário e a educação pré-escolar. A FENPROF, no entanto, não considera encerrado o processo negocial, insistindo particularmente na necessidade de eliminar os contratos a prazo.

No que respeita aos ensinos preparatório e secundário, a Federação regista — como resultado da reunião de 7 de Dezembro e para além da abertura de 14 mil vagas do quadro, com a entrega prévia à FENPROF da portaria que as criará e do aviso de abertura do concurso — a criação do quadro efectivo do ensino secundário em todas as escolas preparatórias com turmas do curso unificado; o compromisso do ME de resolver até ao final deste ano lectivo a situação profissional dos professores vinculados com habilitação suficiente; a garan-

tia de consignar no futuro estatuto da carreira docente incentivos à fixação em zonas isoladas; a decisão de negociar durante o mês de Janeiro o novo modelo de formação em serviço; a possibilidade de não ser aplicado aos concursos o decreto-lei 90/72 (sobre a contagem do tempo de serviço para a antiguidade).

A FENPROF, de acordo com um comunicado do seu Secretariado Nacional, «discorda e protesta pelo facto da equipa ministerial presente às negociações se ter declarado sem capacidade política para alterar anteriores

posições sobre questões de vital importância», referindo concretamente o vínculo («a nova versão do Ministério agrava a possibilidade de se perpetuarem os contratos a prazo para os professores com habilitação própria»), a possibilidade de um professor concorrer a um grupo diferente daquele em que exerce funções, a progressão no escalão de habilitação própria pelo tempo de serviço e a letra de vencimentos.

Uma vez que considera «não ter havido negociação efectiva destas questões» e face à incapacidade de decisão da equipa do ME, a Federação não dá o processo negocial por encerrado e solicitou ao Ministro a «urgente retomada das questões não solucionadas».

Quanto ao ensino primário, a FENPROF reafirma serem positivos o alargamento do quadro geral, a garantia de vínculo definitivo à administração central de todos os professores não efectivos

vinculados até 30 de Setembro deste ano e a criação de um mini-concurso destinado a professores titulares de lugares suspensos ou excedentários. Na reunião foram ainda acordadas outras questões relativas aos direitos de protecção do agregado familiar, à relação professor/aluno para criação de lugares, ao direito à mobilidade.

A Federação dos Professores «lamentam» que, no entanto, continuem ainda a existir contratados a prazo no ensino — situação que considera «inaceitável» — e que não estejam incluídos nos quadros distritais de vinculação para 1988/89 os docentes que obtêm vínculo ao ME durante o corrente ano lectivo, entre outros pontos. Também para o primário a FENPROF solicitou o prosseguimento das negociações «na base de uma nova proposta fundamentada e no sentido de melhorar o diploma em questão (quadros e

concursos), certa que está da justa das suas soluções».

Estabilidade e criação de emprego

O Secretariado Nacional da FENPROF afirma num comunicado de imprensa que «nunca deixará de se empenhar na salvaguarda das justas condições de ingresso e estabilidade na carreira para os futuros professores», sublinhando que o fará, «no futuro, como agora e desde há vários anos, opondo-se a todas as formas de contratação precária».

Imputando à «incapacidade e à falta de vontade política das sucessivas equipas ministeriais» a responsabilidade pelo facto de ser de ainda cerca de 45% a percentagem de professores sem a profissionalização adquirida, a FENPROF reafirma

ser positivo que o projecto de lei sobre quadros e concursos divulgado pelo ME vá «finalmente no sentido de proporcionar essa estabilidade de grande maioria dos professores provisórios».

Aquele organismo de direcção da FENPROF reitera o seu apoio a todas as medidas que visem expandir o sistema educativo e possibilitar a absorção de novos candidatos ao ensino e declara o seu empenhamento em todas as soluções que, no âmbito da implementação da lei de bases do sistema educativo, permitam alargar o campo de intervenção da escola e melhorar as condições de trabalho nas escolas.

Revalorização do estatuto docente

A direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa entende que «a definição da carreira docente do ensino não superior terá que incluir uma significativa revalorização material do estatuto dos professores, a par das alterações remuneratórias que se perspectivam para os técnicos superiores e para as chefias da função pública». Num comunicado sobre a sua última reunião, realizada a 30 de Novembro, a direcção do SPGL recorda que o processo negocial da carreira docente do ensino não superior decorre há dois anos e, «segundo compromisso assumido pelo actual titular do ME com a FENPROF, 1987/88 será o ano-limite para a definição dessa carreira», onde «não poderá deixar de estar presente a inevitável revalorização material da profissão».

2.º Encontro dos Trabalhadores da Apanha da Azeitona

Uma centena de trabalhadores agrícolas dos concelhos de Aflândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor e Torre de Moncorvo, reunidos no 2.º encontro da apanha da azeitona, no passado dia 29, decidiram exigir a imediata publicação da portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho da agricultura de Vila Real a todos os distritos do Norte e Centro.

Naquele encontro, que decorreu na escola secundária de Mirandela, foi ainda apro-

vada uma moção de repúdio do ante-projecto de lei do Governo sobre despedimentos, contratos a prazo e redução e suspensão dos contratos de trabalho, que «atenta contra os direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores portugueses».

Culminando o trabalho desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Bragança em toda a «zona quente» transmontana, o 2.º Encontro dos Trabalhadores da Apanha da Azeitona aprovou uma carta reivindicativa em que se define, nomeadamente, que

«nenhum trabalhador agrícola deve aceitar uma jeira abaixo de 2500 escúdos», que «ninguém deve aceitar trabalhar sem saber quanto vai ganhar e sem estar combinada a data em que vai receber», que as horas extraordinárias devem ser pagas com mais 50 por cento e que no acto de pagamento da jeira deve ser exigida ao patrão uma cópia do recibo.

O encontro apelou à intensificação da luta contra o desemprego, que os trabalhadores agrícolas sentem de forma particularmente

grave: «quando não temos trabalho, quando só arranjam jeiras alguns dias por semana ou mês».

Foi exigido que todos os trabalhadores agrícolas tenham acesso ao subsídio de desemprego e que sejam implementadas «medidas que conduzam a uma verdadeira integração no regime geral da segurança social». Os participantes no encontro exigiram a actualização da Inspeção do Trabalho, particularmente no que se refere à aplicação das leis sobre acidentes de trabalho.

O Sindicato da Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Distrito de Beja anunciou recentemente a conclusão das negociações do contrato colectivo de trabalho após algumas reuniões com a associação patronal. Os novos salários mínimos acordados abrangem os trabalhadores efectivos e sazonais de todos os graus e estão em vigor desde o dia 1 de Outubro. As tabelas podem ser consultadas no sindicato, que alerta: «devemos desde já reclamar junto das entidades patronais os vencimentos agora acordados».

edições Avante! NOVIDADES

VIAJE CONNOSCO ATÉ 1917...

edições
Avante!

EDIÇÕES
PROGRESSO



440 pp
Preço: 1900\$00
Cód.: 99.62

E conheça a revolução que transformou o mundo, através de fotografias e fotogramas autênticos dos arquivos, dos documentos, resoluções e memórias que nos legaram os seus autores e das amargas confissões de derrota deixadas pelos seus inimigos

...COM OS OLHOS POSTOS NO FUTURO

Sobrecapa em papel Printover, 1 face de 130 g, impressa a 4 cores e plasticizado. Miolo com 400 páginas, impresso a 4/4 cores, em papel Printomate de 120 g. Encadernação com capa armada em cartão de 2 mm, revestida a tela Guaflex, com gravação a ouro e miolo cosido a linha e reforçado a talagarça e com transfil.

Mais de 435 fotos e ilustrações — 105 a cores, 330 a preto e branco.

Iuri Popov e Jean Ziegler

Ano 2000: Fim da Raça Humana?

Colecção/Problemas
do Mundo Contemporâneo

Ouve-se, por vezes, citar um estúpido provérbio segundo o qual «se queres paz, prepara-te para a guerra». É difícil imaginar sabedoria mais perversa ou idiotice mais devastadora! Iuri Popov rejeita-o. Por mim, desprezo-o. E não estamos sós.

200 pp
Preço:
500\$00
Cód.:
63.09

Jean Ziegler



Trabalho colectivo sob a orientação de Rogério de Carvalho e com redacção final de Álvaro Mateus.

A Face Bélica do Tio Sam

Colecção Dossier

Com este livro as Edições «Avante!» prosseguem a edição de uma série de estudos, orientados por Rogério de Carvalho e com redacção final de Álvaro Mateus, iniciada com **Malhas que o Capital Tece**, volume anterior desta colecção. Depois de neste último livro se ter falado dos clubes do capital e das indicações que dão aos governos, interessava ver como tais indicações se traduzem na política militar dos EUA, a maior das potências imperialistas.

272 pp
Preço:
800\$00
Cód.:
07.12

Gilberto de Oliveira
Memória Viva do Tarrafal

Colecção «Resistência»

«Nesta contribuição de denúncia dos crimes do fascismo português, procurei levantar alguns aspectos que me parece merecerem um aprofundamento maior do que aquele com que os deixo aqui tratados. E não apenas no que se refere ao Tarrafal e às outras prisões fascistas, mas muito particularmente no que se reporta à história da resistência antifascista.»

248 pp.
Preço:
1000\$00
Cód.
02.41.19



Vários
Sector Mineiro Estratégico em Portugal
Colecção/Série Especial

O presente livro reúne os materiais apresentados no **Encontro sobre o Sector Mineiro** promovido pelo Partido Comunista Português em 15 de Março de 1987, na Faculdade de Economia de Coimbra.

Documento-Base :
— Questões estratégicas
— A situação económica e social nas principais empresas e minas
— A situação ao nível das principais substâncias minerais estratégicas

272 pp.
Preço:
600\$00
Cód.
02.24

A DIFERENÇA DE UMA VISÃO CIENTÍFICA DO MUNDO

PCP

Organizações do PCP tomam a palavra

COIMBRA

• Lutas dos trabalhadores

O executivo da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP congratula-se com a disposição de luta manifestada pelos trabalhadores dos mais variados sectores. No conceito assumiram destaque:

• Os trabalhadores da Higiene da Câmara Municipal de Coimbra a quem um decreto regulamentar do Governo de Cavaco Silva havia retirado 25 por cento do subsídio de trabalho nocturno. Após decidirem em plenário realizar uma greve de 4 dias, viram reposto o subsídio, decidido em reunião do executivo municipal.

• Os trabalhadores do sector da produção da «Triunfo» que paralisaram praticamente a 100 por cento nos dias 24/11, 3, 9, 10 e 11/12, exigindo a negociação do acordo de empresa. Os trabalhadores conseguiram já uma primeira vitória: a administração da empresa senta-se à mesa das negociações e aceita, no mínimo, repor o poder de compra;

• As diversas acções dos trabalhadores da administração central, regional e local contra a imposição do «tecto» salarial de 6 por cento e que teve o seu ponto alto na manifestação do dia 10 em Lisboa;

• A luta dos trabalhadores judiciais por melhores condições de trabalho e cuja greve de zelo teve uma adesão de cerca de 80 por cento.

■ Executivo da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP

ALMADA

• Tarefas da organização

(...) Com vista ao reforço da organização concelhia, o Encontro de Quadros (28 de Novembro) aprovou um plano de objectivos até à realização da 5.ª Assembleia (1.º trimestre de 1988) que contempla aspectos de direcção, estruturação, frentes de trabalho, quadros, fundos, dos quais destacamos:

• No que respeita aos aspectos de direcção, aprofundar o conhecimento da situação real da organização, anotando todas as opiniões, críticas e sugestões para o trabalho futuro, tomando as medidas adequadas relativamente às várias deficiências para as debelar ou reduzir;

• O recrutamento de 120 novos militantes até 6 de Março de 1988, data do 67.º aniversário do Partido;

• Realizar, no mínimo, as seguintes Assembleias: Almada, Cacilhas, Charneca, Pragal, Sobreda, Rodoviária Nacional, sector do Ensino;

• Fazer um levantamento aprofundado da situação actual das células de empresa e var acções neste âmbito;

• Em relação à estrutura orgânica, criar o secretariado dos quadros técnicos e intelectuais; criar o organismo intermédio que acompanha os sectores do Comércio e Cooperativas; colocar em funcionamento regular a comissão da Cultura e o secretariado das Colectividades; criar a juventude para o trabalho com a Juventude;

• Sobre frentes de trabalho, definir-se como prioridades melhorar o trabalho na frente sindical, nas autarquias, na Informação e Propaganda, no movimento associativo e na juventude;

• Lançar uma campanha para aumentar a difusão da imprensa do Partido a partir de Janeiro de 1988;

• Relativamente aos quadros, coloca-se como prioridade responsabilizar novos camaradas, promovendo jovens e mulheres a tarefas de direcção.

Quanto à formação de quadros, procurar que todos, sem excepção, frequentem cursos de âmbito local ou central.

Elaborar um plano de cursos locais, adaptado à nova situação (calendário e temas);

• Em relação a fundos, dar particular atenção ao recebimento das quotizações e à campanha para o CT da DORS;

(...)

■ Encontro de quadros da organização concelhia de Almada do PCP (28Nov.87)

ABRANTES

• Energia, Central do Pego e EDP

Portugal é um país dependente em termos de energia e a única forma de combater essa dependência em relação ao estrangeiro é a construção, até ao ano 2000, de mais duas centrais termoeléctricas a carvão (além da de Sines) e manter anualmente cinco estaleiros da construção de barragens hidroeléctricas.

Sendo assim, tornava-se necessário arrancar o mais cedo possível com a construção da central do Pego, já se demons-

trou a urgência de um rápido início desse empreendimento a fim de tornar possível a entrada em funcionamento do 1.º grupo entre os anos de 1991 e 1992.

Outro, porém, parece ser o entendimento do Governo de Cavaco/PSD face ao desenvolvimento energético do País e à necessidade de uma política de independência neste domínio. Depois de ter dado luz verde para o arranque do projecto, numa manobra de propaganda política bem encenada mas também bem conhecida, acabou, na prática, por inviabilizar o projecto com sucessivos cortes às verbas para investimento da EDP: em 1986 foram 20 milhões de contos, no ano de 1987 outro tanto e ninguém está optimista para 1988.

Face a este corte de verbas para investimentos nas empresas nacionalizadas, de que a EDP é apenas mais um exemplo, é óbvio que o plano de construção para a produção de energia eléctrica teria de sofrer recuos substanciais: apenas se encontram em laboração dois estaleiros de empreendimentos hidroeléctrico e a Central do Pego irá sofrer um irremediável atraso no início da produção de energia, atraso que se cifrará (se entretanto não houver outros) em dois anos.

(...)

As consequências deste atraso de, pelo menos, dois anos traduzir-se-ão na necessidade de importação de energia dos países da CEE. Nos anos de 1992 e 1993 a quantidade de energia a importar (se os anos forem secos) será igual à que a Central do Pego poderia produzir se tivesse três grupos, ou seja ¼, em funcionamento.

A Comissão Concelhia do PCP, está preocupada com o atraso do investimento. O Governo não investe na Central do Pego (ao que parece mal amada por Cavaco Silva), para depois ir pagar avultadas importâncias não recuperáveis aos monopólios da CEE. Trata-se de uma clara opção: entregar lucros ao estrangeiro em vez de investir internamente, criando riqueza, emprego e desenvolvimento na região de Abrantes.

Ou será que o Governo está a repensar a alternativa nuclear, como já transpareceu nas declarações de um dos seus responsáveis. As terraplanagens estarão destinadas a produzir um pequeno monstro nuclear às portas do Tejo e de Abrantes?

■ Comissão Concelhia de Abrantes do PCP

MEALHADA

• Menos desenvolvimento

O Governo apresentou à Assembleia da República a proposta de Orçamento Geral do Estado para 1988, que defrauda as autarquias de todo o País em dezenas de milhões de contos, não cumprindo, de facto, a lei das Finanças Locais, aprovada por unanimidade pelos partidos com assento na AR na última legislatura.

A proposta do Governo prevê a transferência para os municípios (FEF) de uma verba total de 91,2 milhões de contos para 1988 quando, para o presente ano, foram orçamentados 89,5 milhões de contos, verificando-se assim um aumento insignificante de 1,9% em relação a 1987.

O crescimento nominal do FEF de 1,9% para 1988 representa uma quebra real de cerca de 7%, tendo em conta os indicadores oficiais para a inflação.

Dos 19 concelhos do distrito de Aveiro, 8 (sendo um deles o da Mealhada) não vão receber nem mais um tostão que receberam este ano, e os restantes receberão aumentos insignificantes pelo que, no global, o distrito de Aveiro terá um aumento de verbas que não atinge sequer 1%... Isto é mais que um escândalo, e reflecte uma profunda falta de respeito pelas populações.

Como é do conhecimento geral, o concelho da Mealhada é altamente carençado em todos os aspectos: saneamento, rede viária, educação, habitação, abastecimento de água, etc. Esta atitude do Governo é uma forma clara de entrave ao desenvolvimento do nosso concelho, desenvolvendo esse que é uma necessidade local e nacional.

Não podemos deixar de repudiar esta acção uma vez que, vindo o Governo a atribuir novas competências às autarquias, em vez de lhes atribuir os correspondentes suportes financeiros ainda as defrauda.

Nenhum eleito autárquico do nosso concelho pode ficar indiferente a esta situação, devendo manifestar o seu repúdio por esta proposta do Governo.

(...)

■ Comissão Concelhia da Mealhada do PCP

PORTO: reunião plenária da DORP De Janeiro a Setembro deste ano encerraram 46 empresas no distrito

Apesar de toda a demagogia e promessas do Governo PSD/Cavaco, a realidade nua e crua mantém-se. Há 14 000 trabalhadores com salários em atraso. Mais de 5000 trabalhadores foram despedidos no período de Janeiro a Setembro deste ano e encerraram 46 empresas no distrito, lançando no desemprego 2400 trabalhadores. Continua a haver cerca de 100 000 desempregados (incluindo os jovens à procura do primeiro emprego). A precarização do trabalho acentua-se. Os contratos a prazo estão generalizados. Há milhares de postos de trabalho ameaçados e se o Governo conseguir levar por diante o seu projecto de liberalização dos despedimentos, dezenas de milhares de trabalhadores perderão os seus empregos.

ao distrito apresentadas pelos deputados do PCP na Assembleia da República.

«A DORP», lê-se noutra passagem do comunicado, «procedeu ao balanço da actividade partidária nos últimos meses, salientou os progressos verificados na dina-

mização da actividade e na organização do Partido no distrito, e considerou a necessidade de reforçar ainda mais a atenção à luta e à organização da classe operária e dos trabalhadores, ao desenvolvimento do trabalho e da luta pela resolução dos

problemas das populações, ao fortalecimento da actividade e acção nas autarquias e nas organizações populares, aos problemas e à movimentação da juventude, bem como à dinamização da organização partidária e da sua vida política.»



Cresce a compreensão de que só pela luta os trabalhadores conseguirão fazer frente à ofensiva contra a estabilidade dos postos de trabalho e os direitos adquiridos, sublinha a DORP do PCP

Esta é uma das passagens do comunicado divulgado pela Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP, na sequência da sua recente reunião plenária, que analisou a actual situação política à luz das conclusões da reunião do Comité Central do Partido de 10 e 11 deste mês.

Temas como a batalha da revisão constitucional, as lutas dos trabalhadores, vida autárquica e local, a dinamização da CDU, a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 88 em debate na AR e a actividade do PCP na região foram abordados por aquela Direc-

Reflexos do OE no distrito

Comentando as grandes incidências do OE proposto pelo Governo Cavaco para o distrito do Porto, a DORP chama a atenção para «o reduzidíssimo número de projectos novos no OE, os atrasos e protelamentos relativamente a importantes projectos em curso e a não inclusão de projectos que correspondem a importantes carências do distrito. A DORP do PCP debate igualmente as propostas concretas relativas

Defesa do património histórico-cultural: PCP dá o exemplo Obras no Centro de Trabalho de Seia

Ja ultrapassou 600 contos a campanha lançada em Seia para as obras de recuperação do belo imóvel onde funciona o Centro de Trabalho do PCP naquela vila serrana. Em breve depoimento que a organização concelhia nos concedeu, relatam-se os principais aspectos desta iniciativa que continua a suscitar profundo interesse e admiração por parte das populações:

O actual Centro de Trabalho do PCP em Seia era uma casa em ruínas, situada na

zona histórica da cidade, junto à Igreja Matriz. Casa branzoneada, construída na primei-

ra metade do século XVII, antiga residência do Capitão Mor de Seia, com vestígios que mostram estar assente sobre às antigas muralhas do Castelo, constitui parte integrante do património histórico-cultural de Seia.

Pelo seu estado avançado de degradação, havia que tomar uma urgente resolução, tendo a Comissão Concelhia e a Direcção Regional ponderado sobre todo o tipo de soluções possíveis. Embora havendo empreiteiros interessados na sua compra, com o objectivo de a demolir e construir naquele espaço as habituais torres de cimento armado com a adulteração natural daquela zona histórica, oferecendo-nos boas contrapartidas em termos monetários, foi decidido dirigir mãos à obra e proceder à recuperação do edifício, mantendo as suas características essenciais tanto na traça exterior como na interior.

O PCP não podia consentir na destruição de uma

casa que é pertença da memória colectiva do povo senense.

Em Maio começaram as obras. O entusiasmo dos militantes foi notório logo nos primeiros momentos. Lançou-se a campanha de fundos e a ela aderiram todos os democratas senenses. A alegria, o carinho e a generosidade que o povo tem demonstrado confirmam a justiça da solução encontrada. Podemos dizer que temos recebido apoio material e moral vindos de todos os quadrantes políticos, com excepção da Câmara Municipal, da qual esperamos ainda que reconsidere...

A actividade no CT, embora com a casa ainda em obras, já começou. Fizemos no dia 8 de Dezembro a Festa de Natal dedicada às crianças da nossa terra. Foi uma festa em que nada faltou: os fantoches, as belas canções, as histórias tradicionais, e o Pai Natal, que distribuiu brinquedos a mais de 60 crianças. As nossas camaradas tiveram um papel determinante para o êxito desta bela festa. Encontrámos no nosso salão gente de todas as opiniões políticas que se associaram à festa. O CT começou assim a sua nova vida com uma iniciativa virada para o futuro: as nossas crianças.

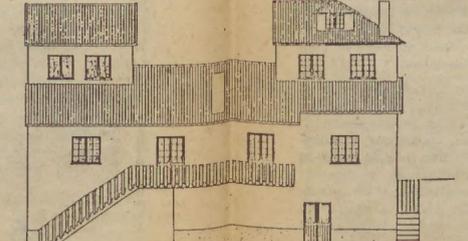
Muito está feito, mais ainda muito falta fazer. Apelamos por isso a todos os militantes e democratas senenses, onde quer que residam para que venham ver uma obra que é o orgulho de todos nós. Só com a ajuda de todos poderemos finalizá-la. A Comissão Concelhia de Seia apela por isso a todos os camaradas do nosso concelho para que nos façam chegar um envelope de Boas Festas, recheado, se possível, com um contributo especial.

Elogios na imprensa regional

A campanha já ultrapassou as expectativas dos camaradas mais optimistas. Já foram recolhidos mais de 600 contos. O empenho, a dedicação e o espírito de sacrifício de muitos camaradas



Uma imagem captada no início das obras no CT de Seia



Francisco Miguel, figura destacada da resistência antifascista: uma justa homenagem no seu 80.º aniversário

Homenagem no sábado Parabéns, Francisco Miguel!

O 80.º aniversário de Francisco Miguel vai ser assinalado da melhor maneira: em clima de festa, de muita amizade e de convívio.

Figura destacada da resistência antifascista, lutador incansável, membro do Comité Central do PCP, antigo deputado, Francisco Miguel vai estar rodeado de amigos e camaradas, de muitos democratas, já no próximo sábado na «Voz do Operário», em Lisboa, num almoço de confraternização marcado para as 13 horas.

Durante esta festa de homenagem haverá uma intervenção do camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

As inscrições para a participação na iniciativa funcionam no Centro Vitória, na Avenida da Liberdade.

Parabéns Francisco Miguel!

DORS marcou para Abril de 1988 seminário sobre o desenvolvimento do distrito de Setúbal

No passado dia 12 teve lugar no Centro de Trabalho concelhio de Almada, uma reunião da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, onde foi aprovada a realização de um seminário sobre o desenvolvimento do distrito de Setúbal, previsto para Abril de 1988.

Com a realização deste seminário, o PCP reafirma que o distrito tem potencialidades para o seu desenvolvimento, que os despedimentos, os salários em atraso, a miséria e a crise não são um mal intrínseco da região mas antes o resultado de medidas políticas, encetadas pelos diferentes governos de direita, que nada têm a ver com os interesses do País e das populações da região.

Setúbal é um distrito rico e como tal tem capacidade para um desenvolvimento efectivo desde que politicamente não se atrofie as forças vivas que nele existem e que pretendem contribuir decisivamente para a construção de um futuro mais harmonioso.

Nesta reunião foi também analisada a actual situação política bem como as conclusões da última reunião do Comité Central do Partido, de que se salienta:

• A ofensiva desenfreada do Governo Cavaco Silva contra Abril;

• As actuais medidas económicas (os aumentos) que mais uma vez agravam a vida dos mais desfavorecidos;

• O processo de revisão constitucional e a tentativa de subversão do regime por parte dos projectos do PSD e CDS, e a necessidade de uma maior unidade dos democratas;

• A realização do próximo Congresso do PCP e o início da sua preparação;

• O reforço do Partido. Neste sentido, a DORS iniciou desde já o seu trabalho de esclarecimento e acção.

Assembleias na Moita e em Alhos Vedros

Realizou-se no último domingo na sala da Junta de

Freguesia da Moita a Assembleia da organização dos comunistas desta freguesia.

Com a presença de 50 delegados, foi eleita a Comissão de Freguesia composta por 13 camaradas, tendo sido aprovado o relatório da actividade da organização desde a 2.ª Assembleia em 1984. Foram aprovados os objectivos da organização para os próximos 3 anos. Todas as propostas foram aprovadas por unanimidade.

Também a assembleia de Alhos Vedros estava inserida no plano de objectivos do reforço da organização tendo em conta a campanha organizativa.

Estiveram presentes 85 delegados e foram aprovados o relatório e o plano de objectivos.

A Comissão de Freguesia eleita é constituída por 10 camaradas (70 por cento operários e duas mulheres).

Esteve presente o camarada Teodósio, membro do CC, que falou sobre a situação política.

A assembleia realizou-se também no último domingo no anfiteatro no CT de Alhos Vedros.

Plenário em Setúbal sobre revisão constitucional

Várias dezenas de militantes comunistas de Setúbal encontraram-se no início da semana num plenário para debater o processo de revisão constitucional e a actual situação política. Esteve presente o camarada Luis Sá, membro do Comité Central do PCP.

O plenário, realizado na «Capricho Setubalense», reafirmou a necessidade de que todo o processo de revisão seja do conhecimento do povo e que este participe

nele através da defesa das conquistas consagradas na actual Constituição e que não podem ser revistas, conforme é estabelecido pelo artigo 290.º (limites materiais da revisão constitucional).

Abordou-se igualmente o carácter subversivo dos projectos do PSD e CDS, que têm como linha de força a adulteração do regime democrático.

Salientou-se, por isso, que a unidade dos democratas em torno da defesa da democracia e do seu aprofundamento, «conforme está registado no projecto de revisão do PCP», é essencial para quebrar o impeto da direita contra as essenciais normas da vida política, social e económica.

Defender o regime democrático é defender uma revisão constitucional que aprofunde a democracia, a defesa dos interesses dos trabalhadores, a independência nacional e tudo aquilo que foi conquistado arduamente pelo povo português desde Abril, concluiu o plenário.

Na segunda parte da reunião analisou-se a actual situação política e referiram-se as conclusões da última reunião do Comité Central do PCP. O reforço do Partido e o trabalho preparatório do décimo segundo Congresso irá ser uma frente importante do trabalho dos comunistas para 1988, sublinharam os camaradas presentes.

Convívio no Lumiar

A organização do PCP da 6.ª Zona de Lisboa continua a promover no seu novo Centro de Trabalho, no Lumiar (Rua Comandante Fountoura da Costa, lote 39, loja H, junto ao antigo cinema do Lumiar), encontros com jornalistas e escritores.

Acolhidas com interesse, as iniciativas já realizadas com conhecidas e consagradas figuras do romance contemporâneo, constituíram um assinalável êxito, tendo proporcionado simultaneamente agradáveis momentos de convívio com os autores.

Depois de Manuel da Fonseca e de José Saramago, entre outros, será a vez amanhã, sexta-feira, pelas 21 e 30, de marcar encontro com mais um escritor. Uma oportunidade, a não perder, para conviver, conhecer melhor a obra do escritor convidado e adquirir os seus livros autografados.

■ Camaradas Fallecidos

Eduardo Oliveira
Com 50 anos, faleceu recentemente o nosso camarada Eduardo Oliveira. Integrava a organização do Partido na CP, zona Lisboa/Cascais.

Jaime Torres
Destacado quadro da célula da construção civil do concelho de Almada, faleceu no passado dia 11 o nosso camarada Jaime Narciso Torres. O funeral realizou-se anteontem. O militante comunista foi vítima de doença prolongada.

Manuel Loureiro
Membro do Partido desde 1975, faleceu o camarada Manuel Marques Loureiro, vítima de acidente na via férrea, informa a Comissão de Freguesia da Falagueira/Venda Nova, concelho da Amadora. Pessoa estimada e prestigiada, Manuel Loureiro desempenhou um papel importante na dinamização das comissões de moradores da freguesia. Contava 60 anos.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» e as organizações onde estes camaradas militavam, apresentam sentidas condolências.

Assembleia da República

Duras críticas ao Governo assinalam 10 anos de Poder Local

A Assembleia da República assinalou sexta-feira última, em sessão solene, a passagem do 10.º aniversário das primeiras eleições autárquicas. Elogios, muitos, provenientes de todas as bancadas, deram o tom ao acto. Milhares de palavras enalteceram a obra e os homens. Mas não foi isto que distinguiu esta sessão comemorativa. Para lá das manifestações de apreço e das saudações (acaso todas elas sinceras?), aquilo que verdadeiramente a marcou foram sem dúvida as críticas mais ou menos contundentes com que as bancadas da oposição agradeceram as propostas do Orçamento do Estado respeitantes às autarquias.

Boicote das autarquias

Uma afronta ao Poder Local democrático, susceptível de pôr em causa o esforço e o trabalho dos municípios em benefício das populações e das comunidades locais, foi como alguns deputados entenderam a proposta governamental, opinião esta partilhada por uma larguíssima maioria de eleitos autárquicos que de múltiplas maneiras manifestaram já o seu desagrado pela verba prevista no Orçamento.

A escassíssima presença de autarcas nas galerias da Assembleia (rondariam a meia centena) no decorrer da sessão comemorativa dos dez anos de Poder Local — a esmagadora maioria das autarquias, correspondendo ao apelo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), não se fez representar — constitui de resto o mais significativo e eloquente testemunho do des-

contentamento que grassa nos municípios, justamente insatisfeitos pelo reduzido aumento de 1,9 por cento previsto para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF).

Este Fundo, recorde-se, é praticamente a única fonte de receita para a quase totalidade das Câmaras de todo o país (cerca de 90 por cento), pelo que constitui uma evidência ser claramente insuficiente para o cabal cumprimento das suas responsabilidades e de estar manifestamente distante dos seis por cento de inflação anunciados pelo Governo para o próximo ano.

Farisaísmo da direita

Mas a sessão realizada faz amanhã oito dias acabaria por colocar também em relevo a distância que quantas vezes separa as palavras dos actos, deixando simultaneamente a descoberto o farisaísmo que caracteriza em tantas ocasiões a actuação dos partidos de direita. É dis-

so exemplo a intervenção do deputado Manuel Moreira, do PSD, em cuja oratória se reconhece o papel e a importância do Poder Local como «uma das maiores conquistas do 25 de Abril», se fala na necessidade fundamental de «descentralização do desenvolvimento» e se garante empenho partidário no seu «reforço e prestígio», mas onde não se encontra uma única palavra ou referência às justas reclamações e posições actuais da generalidade das autarquias, incluindo naturalmente aquelas que são geridas por militantes do partido do Governo.

Ou seja, por um lado, em palavras, o Governo e o partido que o sustenta tecem loas às virtudes do Poder Local, mas, por outro, na prática, implementa medidas que, entre outras coisas, apontam para o seu enfraquecimento, reduzem a sua capacidade de intervenção, acabam por se dirigir contra os interesses das populações.

Para este mesmo facto chamaria a atenção o deputado comunista João Amaral ao salientar que o Governo, com esta proposta de orçamento, «depaupera os níveis de financiamento das autarquias locais», quer pela estagnação do valor do FEF, quer pela diminuição de outras receitas municipais, quer ainda pela entrega de novas competências sem a garantia dos correspondentes meios financeiros.

Propósitos centralizadores

Maria Santos, de «Os Verdes», salientaria na sua intervenção que o mínimo que se exige ao Poder Local pelo trabalho do Poder Local em prol das comunidades é «respeito e apoio», atitude que deve ser aferida não por «belos discursos» e elogios que «muitas vezes escondem propósitos centralizadores e burocráticos», mas, antes pelo contrário, pela «tomada de medidas concretas que rectifiquem as medidas anti-autárquicas tomadas nos últimos anos, prossigam a obra de descentralização».

Para o PRD, de acordo com as palavras de Carlos Lilaia, assiste-se a uma «falta de incentivos» que chega mesmo a co-habitar «com o desincentivo», pelo que, frisou, «o tempo futuro terá de ser obrigatoriamente tempo de mudança na relação Poder Central/Poder Local» sob pena deste último «ver diminuídas as suas capacidades de renovação e crescimento».

Pela voz de António Guiterres, os socialistas deram a conhecer também a sua posição sobre esta matéria, considerando a proposta de Orçamento como «uma afronta gratuita e desnecessária aos municípios portugueses», razão pela qual, afirmou, o «PS é contra o conteúdo da proposta orça-



João Amaral

mental no que toca às finanças locais».

Até o próprio CDS veio no fundo engrossar a onda de opiniões discordantes quanto à presente proposta ao sublinhar por intermédio de Basílio Horta que «a melhor homenagem que a Assembleia da República poderia prestar ao Poder Local seria a de o dotar dos meios indispensáveis à correcta prossecução das suas competências».

Propostas do PCP

Mas voltando à intervenção do deputado comunista João Amaral importa referir que foi a única que, muito para além das críticas devidamente fundamentadas ao Governo e do apoio explícito à luta em curso das autarquias, adiantou propostas concretas do PCP que comprovam o seu efectivo empenhamento na defesa e consolidação do Poder Local.

Inseridas na acção parlamentar da bancada comunista, as iniciativas anunciadas abrangem três frentes, a saber: o **orçamento**, através de propostas concretas de alteração que «dêem expressão às legítimas e fundadas queixas dos eleitos e que

atendam à situação e interesses do poder local»; a **produção legislativa**, designadamente com iniciativas que «preenchem graves lacunas ou insuficiências do edifício do Poder Local e Regional»; a **revisão constitucional**, dando forma a propostas que reforcem as garantias de autonomia do Poder Local.

Explicitando melhor o conteúdo das iniciativas do PCP, João Amaral adiantou no que respeita ao Orçamento para 1988, a necessidade de elevar para 9 por cento o valor do FEF — «o mínimo aceitável», segundo disse, para fazer corresponder o Orçamento à Lei das Finanças Locais —, compensar devidamente os municípios pelas novas isenções, dar cumprimento à Lei de Finanças Locais e transferir para os municípios os dois por cento de pesca do cobrado em todas as lotas.

Quanto às iniciativas legislativas, o deputado comunista informou da entrada no próprio dia de cinco projectos de lei do PCP (ver nesta página a secção «Semana a Semana») incidindo sobre matérias que se prendem com a tutela administrativa, com a regulamentação das empresas públicas municipais, intermunicipais e regionais, com a dignificação da autarquia freguesia e com a regionalização.

No que diz respeito à revisão constitucional, ainda segundo João Amaral, o PCP apresenta no seu projecto várias propostas tendentes a «reforçar a garantia da autonomia financeira das autarquias, a aperfeiçoar as garantias contra os abusos governamentais no exercício da tutela administrativa, a estabelecer a favor das assembleias municipais determinação da reserva de competência».

Aprovado acordo sobre Macau

Apesar do largo consenso que gerou e que acabou por se traduzir na sua aprovação por unanimidade, o acordo luso-chinês sobre a restituição de Macau à soberania da República Popular da China não deixou de merecer variadíssimas críticas por parte dos diversos grupos parlamentares quando se tratou de cada um dos partidos se pronunciar sobretudo sobre as soluções encontradas e os métodos utilizados nas negociações.

Definindo a posição do PCP, o líder parlamentar comunista Carlos Brito salientou a sua aprovação pela «solução global» encontrada, manifestando simultaneamente o regozijo do Partido «pelas perspectivas que ela abre ao desenvolvimento das relações de amizade e cooperação» entre os dois países.

Esta avaliação positiva do PCP decorre de anteriores tomadas de posição dos comunistas sobre esta matéria, tendo Carlos Brito lembrado a propósito do programa do VI Congresso realizado clandestinamente em 1965 onde se defendiam «negociações e acordos com o Governo da República Popular da China para a integração nesta de Macau», bem como o VII Congresso (extraordinário), altura em que para além da confirmação da posição anterior se acrescentava a ideia de «um acordo relativo à salvaguarda da presença histó-

rica e cultural portuguesa» no território.

Mas se o acordo acolheu uma posição favorável da generalidade das bancadas, aspectos houve que não passaram sem reparo, designadamente os que disseram respeito à condução das negociações por parte do Governo português e à forma algo secreta que as rodeou.

Com efeito, o Governo remeteu-se para um completo silêncio sobre as suas opções relativamente a este importante assunto, não informando o País nem a Assembleia, sendo portanto da

sua inteira responsabilidade, como salientou o dirigente comunista, qualquer eventual atraso que se tenha verificado na aprovação para ratificação do acordo.

Acresce ainda que o Parlamento só conheceu na véspera o conteúdo de dois memorandos que definem o regime de actualização de passaportes portugueses pelos habitantes de Macau, ou seja, menos de vinte e quatro horas antes do início do debate.

Este facto foi realçado por Carlos Brito na sua intervenção ao considerar a questão de «grande melindre» e ao lembrar que ela justificaria que o Governo prestasse em devido tempo os «esclarecimentos necessários à Assembleia e com ela tivesse debatido a questão».

Para o PCP, como foi dito, importava encontrar uma «solução justa para as dezenas de milhares de habitantes de Macau que não fazem parte da população chinesa nem dos poucos milhares de portugueses ligados à administração», solução esta que deveria levar em conta o «que sentem e pensam os próprios».

Mas ao insistir na necessidade de criar um «estatuto próprio» que salvaguardasse os direitos desses cidadãos, o PCP não deixou também de se opor e de alertar, como recordou ainda Carlos Brito, para a manipulação que as forças de direita pro-



Carlos Brito

curariam desenvolver em torno da questão da aquisição da nacionalidade, através de passaportes concedidos a cidadãos chineses «para criarem artificialmente em Macau uma força estranha à Nação portuguesa» que poderia vir a pesar na vida política interna do País.

Depois de destacar a «posição singular» de Macau na história e cultura portuguesa, o líder parlamentar do PCP sublinhou a importância das disposições do acordo respeitantes à salvaguarda destes valores, manifestando por último a necessidade de que no próximo período transitório até ao ano de 1999 a administração portuguesa «dê as melhores provas de isenção, rigor, transparência, justiça nas decisões e grande firmeza para comportamentos oportunistas e favoritistas».

Linhares de Castro visita Penacova

O deputado comunista Linhares de Castro, eleito pelo círculo de Coimbra, visitou recentemente o concelho de Penacova, tendo na oportunidade contactado com responsáveis e trabalhadores do Hospital do Lórvão e com as populações da Rebordosa.

Acolhido com simpatia e interesse, o deputado comunista tomou conhecimento de alguns dos problemas existentes, designadamente a

falta de um pontão agrícola sobre o Mondego que assegure a passagem e cultivo das terras da sua margem esquerda.

No Hospital psiquiátrico do Lórvão, o deputado comunista teve ensejo de conhecer através de uma exposição dos seus responsáveis algumas das preocupações actuais, a maior das quais se prende com o futuro da própria instituição na medida em que, segundo foi dito, está em risco a sua continuação, com as características actuais, para além da previsível existência de um défice de 20 mil contos no fecho de contas deste ano.

No contacto com cerca de quatro dezenas de funcionários desta unidade hospitalar, foram igualmente confirmados estes receios, tendo os trabalhadores na ocasião manifestado também preocupação quanto a alguns dos seus direitos, particularmente quanto ao cumprimento dos preceitos legais aplicáveis ao quadro de pessoal.



Linhares de Castro

O Militante
tem formato diferente • mais 16 páginas
novo aspecto gráfico • artigos em maior número
e mais variados

O alargamento da sua difusão e da sua leitura ajudará a elevar o espírito revolucionário dos militantes e permitirá uma acção mais esclarecida e esclarecedora na luta ideológica

Preço de um exemplar — 50\$00 • Assinatura de 6 números — 275\$00 • Assinatura de 12 números — 550\$00

Assembleia da República

Orçamento de travagem do crescimento e de regresso ao ciclo dos défices

Iniciado terça-feira última, conclui-se hoje o debate na generalidade do Orçamento do Estado para 1988, sendo naturalmente previsível que a folgada maioritária que o PSD dispõe na Assembleia aprove a proposta de lei do seu Governo, após o que esta baixará à Comissão de Economia para análise na especialidade. Fortes e generalizadas críticas dos partidos da oposição relativamente às mais diversas áreas do Orçamento têm marcado entretanto estes dois primeiros dias de trabalhos, no decorrer dos quais tem sido visível, por outro lado, a posição fechada do Governo, irredutível nas suas opções, não aceitando propostas oriundas das bancadas da oposição que um mínimo de bom senso e abertura ditaria em relação a algumas delas que fossem aceites.

Esta postura foi de resto desde logo evidenciada no início do debate com o discurso do ministro das Finanças Miguel Cadilhe, uma intervenção cheia de certezas e onde não faltaram com grande profusão as referências e manifestações de auto-satisfação, do tipo este

ram obviamente os partidos da oposição. É o caso do PCP, para quem o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano constituem documentos francamente negativos quer por representarem uma travagem do crescimento quer por imporem um regresso ao ciclo dos défices

• Em 1988 mais impostos e menos justiça social

ra do início do debate, tendo na ocasião Carlos Carvalhas demonstrado a grande disparidade existente entre os objectivos do Governo e os resultados efectivamente alcançados no ano em curso.

No entender do PCP, o aumento da procura global sem qualquer alteração no processo produtivo — determinado exclusivamente por razões eleitoralistas — explica a desregulação da economia este ano, como bem demonstram os défices externos (alimentar, energético e em bens de equipamento), indicadores das fragilidades

mente, o capital continua a usufruir de enormes benefícios fiscais. Isto é: um Orçamento das «escolhas dolorosas para o povo e de benesses para clientelas mais chegadas ao Governo».

Com efeito, importa recordar que o acréscimo das receitas provém fundamentalmente das receitas fiscais e sobretudo do agravamento da taxa geral do IVA (mais um por cento) e da taxa de imposto de selo (aumento de 50 por cento que todos os consumidores vão pagar nos mais variados produtos), assim como pelo agravamento da tributação dos rendimentos de trabalho, tanto no imposto profissional como no imposto complementar.

Uma análise da política fiscal do Executivo de Cavaco Silva permite concluir, por outro lado, que as receitas dos impostos directos (profissional e complementar) excederam no ano prestes a terminar as inicialmente orçadas (mais 17 milhões no conjunto) enquanto que, inversamente, as receitas efectivas na contribuição industrial ficarão 8,7 milhões de contos aquém do orçamento. O mesmo se passa com o imposto de capitais cujas receitas serão menos 8,5 milhões do que o previsto.

Isto significa naturalmente que os portugueses pagaram mais impostos e tiveram menos justiça social, tendência que se agrava no próximo ano e que torna esta política ainda mais chocante se se atender, como foi sublinhado, que «continuam isentas de tributação directa as mais-valias da especulação bolsista», as quais, refira-se, só nas OPVs, permitiram a um reduzido número de capitalistas arrecadar mais de 80 milhões de contos.

Cortes nas despesas

Quanto às despesas previstas no Orçamento não deixa de ser igualmente significativo as reduções reais de verbas para investimentos em escolas, hospitais, habitações, obras de irrigação, etc., enquanto que, pelo contrário, são aumentadas as dotações a fundo perdido a sectores do capital privado através do chamado «PID-DAC — apoio ao sector produtivo». Em relação ao sistema rodoviário o Governo produz um corte de seis milhões de contos relativamente ao que havia anunciado antes das eleições.

No que diz respeito ao Sector Empresarial do Estado o Governo prepara-se para manter a sua atitude de «bloqueamento e estrangulamento» quer em relação às transferências de capitais quer em relação ao crédito. Simultaneamente, o Governo prevê que o Orçamento arrecade das empresas públicas qualquer coisa como 46,5 milhões de contos.

-orçamentais e de «outros expedientes escriturais em total violação dos princípios de rigor, transparência e verdade orçamentais».

A dependência de verbas e das decisões da CEE de uma boa parte das políticas económicas constitui ainda para os deputados comunistas uma afirmação inequívoca de que o Governo abdica de uma política nacional de desenvolvimento, nomeadamente em áreas como a agricultura, o ensino e formação profissional e o desenvolvimento regional.



Trabalho e Segurança Social, Função Pública, Agricultura, questões sociais (ensino, saúde, mulheres), habitação, autarquias, constituem algumas das áreas abordadas nas diversas intervenções dos deputados comunistas. A hora do fecho da nossa edição, eram dados como certos para intervirem os camaradas Carlos Carvalhas, Octávio Teixeira, Ilda Figueiredo, Rogério de Brito, Cláudio Percheiro, Apolónia Teixeira, Luísa Amorim e Luís Roque. Do conteúdo dos seus discursos daremos conta na próxima semana.

«é um dos melhores orçamentos até agora feitos na jovem democracia portuguesa».

Apreciação negativa

Opinião diversa, e nalguns casos mesmo oposta, tive-

com a persistência das fragilidades da economia portuguesa.

Esta posição da bancada comunista seria, aliás, devidamente explicitada no decorrer de uma conferência de imprensa realizada na véspe-

ra e dependências crescentes da nossa economia. Também a excessiva adjectivação dos objectivos inscritos nas Grandes Opções, não esconde o seu carácter fortemente restritivo, de que resultará o agravamento das injustiças sociais e o desequilíbrio da distribuição do rendimento.

Benefícios para o capital

A aproximação da economia portuguesa ao nível das economias europeias — um dos objectivos propalados pelo Governo — redundará também na opinião do PCP num rotundo fracasso na medida em que, quer a taxa de expansão do produto prevista para o ano que vem, quer o investimento, quer o consumo, «representam já uma significativa desaceleração em relação aos dois últimos anos», facto este que tem acompanhado um défice significativo na balança de transacções correntes.

Para o PCP, o presente orçamento penaliza ainda fortemente as pessoas cuja fonte de rendimento deriva exclusivamente do seu trabalho, enquanto que, simultanea-



Iniciativas do PCP

Poder Local

- Lei Quadro das Empresas Públicas Municipais, Inter-Municipais e Regionais

O Projecto de Lei do PCP cria as condições legais para que as autarquias locais (aos diferentes níveis, incluindo as Associações de Municípios) possam realizar autonomamente a gestão de algumas das suas atribuições através da criação de empresas.

A criação destas empresas permitirá dotar as autarquias de maior eficácia e operacionalidade e contribuirá para a melhoria do apoio e serviços prestados à população.

- Garante aos membros das Juntas de Freguesia em certos casos e condições, o exercício do mandato em regime de permanência

O Projecto de Lei do PCP tem em consideração o importante papel que as freguesias assumem no quadro de repartição de competências nos diferentes níveis de autarquias.

A iniciativa do PCP permite uma maior dedicação e disponibilidade dos autarcas da Junta de Freguesia no exercício do mandato. Prevê-se designadamente que as freguesias com mais de 5000 eleitores possam ter 2 membros a tempo inteiro, as de 1000 a 5000 eleitores 1 membro a tempo completo e as de 500 a 1000 eleitores 1 membro em regime de meio tempo.

- Regulamentação da tutela Administrativa sobre as autarquias locais, garantindo a tipicidade e a legalidade das formas do seu exercício e a jurisdicionalização de eventuais sanções.

Garantindo-se a autonomia do Poder Local e limitando o exercício do poder de tutela a casos tipificados, o Projecto de Lei consagra, em síntese, os princípios que conformam a Constituição da República nesta matéria de acordo com as soluções apresentadas. A tutela será sempre inspectiva e consiste na mera verificação da legalidade.

Comunicação Social

- Genuinidade das edições de publicações periódicas

A publicação recente de edições de jornais em momento posterior à data da publicação, com introdução de alterações no conteúdo original (com o fim fraudulento de ocultar a convocação de assembleias de sociedades) veio alertar para a necessidade de assegurar a necessária transparência nas edições. É esse o objectivo essencial desta iniciativa que prevê o envio de um exemplar das publicações periódicas ao Conselho de Imprensa, na data da sua publicação.

Gestão hospitalar

O Projecto de Lei do PCP visa o reforço de autonomia na gestão hospitalar permitindo que a resolução dos problemas com que se debatem os hospitais seja feita de forma célere, com o objectivo de melhorar os cuidados de saúde às populações.

Tendo como um dos objectivos centrais a humanização dos hospitais, a iniciativa do PCP prevê uma nova articulação e composição dos órgãos de gestão, atribuindo competências que possibilitem uma gestão mais eficaz e participada pelos trabalhadores de saúde e utentes.

Corrigir injustiças

No decorrer do debate que hoje termina muitas foram as propostas apresentadas pelos deputados comunistas tendentes a preencher, rectificar ou a minorar muitas das lacunas e aspectos mais gravosos contidos no Orçamento do Governo para 1988.

Cobrando variadíssimas matérias que vão das autarquias locais ao sistema fiscal ou à Função Pública, as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP foram elaboradas com o intuito de «eliminar os sacos azuis e os malabarismos escriturais de ocultação da verdade orçamental».

A sua redacção corresponde ainda a uma preocupação de corrigir a injustiça social, existindo também propostas de despesa que, sem agravamento do défice, procuram dar resposta aos sectores mais prioritários, nomeadamente na saúde, e satisfazer carências mais gravosas e urgentes.

Considerando que estamos em presença de um Orçamento de «agressão centralista ao Poder Local e às Regiões», a bancada comunista apresentou igualmente várias propostas de correcção de verbas referentes ao Poder Local, a mais importante das quais constitui sem dúvida a elevação em mais de 9 por cento das verbas a atribuir às autarquias através do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Nacional

Concessões ilegais e injustas na área do Gabinete de Sines

«O Governo prepara-se para entregar áreas agrícolas e florestais do Gabinete da Área de Sines de uma forma ilegal e injusta», acusa o Organismo de Direcção dos Quatro Concelhos do Sul do Distrito de Setúbal. Em comunicado difundido antontem, este organismo do PCP denuncia as ilegalidades jurídico-constitucionais do processo e põe em causa a própria racionalidade técnica da concessão.

Publicamos na íntegra o comunicado:

Decidiu o Conselho de Gestão do Gabinete da Área de Sines — GAS — e o Governo, procederem à abertura dum concurso em regime de concessão de exploração de três lotes agrícolas situados nas herdades do Borriño e Morgavel, concelho de Sines, e totalizando em conjunto 970 ha, e de dois lotes florestais, totalizando 5500 ha, (abrangendo 2000 ha de montado de sobreiro, 1900 ha de pinhal e 3500 ha de eucalipto e pinheiro, distribuídos pelos concelhos de Santiago e Sines.

Terminando o prazo para apresentação das candidaturas em 14 de Dezembro, o Organismo de Direcção dos Quatro Concelhos do Sul do Distrito de Setúbal do PCP, alerta desde já para a completa ilegalidade que reveste o conteúdo dos 2 cadernos de encargos e o alto grau de exigências e selectividade em matéria de disponibilidades financeiras que impõe aos candidatos, o que supõe antecipadamente poderem já

estar encontrados os beneficiários.

Desde já duas observações se colocam à forma como o GAS e o Governo estão a proceder à entrega daquelas importantes áreas.

1 — As ilegalidades jurídico-constitucionais que a concessão reveste porque, tal como prevêem os cadernos de encargos numa forma muito explícita, a uma só sociedade — nacional ou estrangeira — pode-lhe ser entregue, quer os três lotes agrícolas, quer os dois lotes florestais, ultrapassando em muito os limites que a lei («Barreto») estipula para a concessão de terras expropriadas, que é, recordamos, 700 ha ou 70 000 pontos (salvo para entidades públicas).

2. Do ponto de vista da racionalidade técnica a concessão é uma aberração e beneficia as grandes sociedades que disponham de avultado capital ou acesso

ao crédito, pois à partida é particularmente impossível a qualquer empresário apresentar-se a concurso, tais são as exigências. Para cada lote é necessário 30 pontos (30 contos) só para ter acesso aos documentos; são necessários entre 3500 ou 5000 contos para caução provisória, quer se trate só de um lote agrícola ou de um lote florestal respectivamente; entre 8750 e os 37 500 contos para caução definitiva por lote; exigência do pagamento dum renda antecipada, bem como a exigência dum capital social que varia entre os 17 500 e os 75 000 contos por lote (agrícola ou florestal) das sociedades concorrentes.

Para nós, não está em causa o necessário desenvolvimento daquelas áreas agrícolas, que têm óptimas condições para culturas forçadas, hortofrutícolas, bem como para pastagens e a exploração das citadas áreas florestais. O que está em causa e que merece o nosso alerta é a forma escandalosa e extremamente selectiva como o GAS e o Governo procedem para afastar os agricultores locais.

O Organismo de Direcção dos Conselhos do Sul do Distrito de Setúbal do PCP defende na atribuição da exploração dos terrenos do GAS:

— que as concessões se enquadrem dentro dos princípios jurídico-constitucionais designadamente em matéria do respeito dos limites que a lei impõe nas áreas agrícolas expropriadas, bem como a supressão de determinadas exigências (entre outras o caso da renda antecipada).

— Que se estabeleçam ordens de preferência nas atribuições, tendo designadamente em conta as empresas e os agricultores da região, bem como de entidades públicas.

— Que sejam atendidas questões de racionalidade técnica.

— Aceitação da possibilidade de algumas entidades públicas se candidatarem aos lotes de modo a pô-los à disposição de pequenos agricultores.

— Propor ao grupo parlamentar do PCP actuação em conformidade no âmbito da Assembleia da República.

Num processo de expropriação forçada e compulsiva que levou no início dos anos 70 à revolta e miséria de muitos pequenos agricultores, é dever do GAS uma actuação transparente e não selectiva que atenda a pequena agricultura e os interesses económicos da nossa região.



Praça da Liberdade

A luta continua Lutar vale a pena

Acompanhando as intenções do Governo em alterar a legislação laboral, assiste-se ao agravamento da repressão dentro das empresas, nomeadamente das multinacionais, a que é preciso dar combate.

Não lhes basta pagarem tabelas cinco, seis e sete vezes mais baixas que as praticadas nos países de origem.

Agora, é preciso (para essas empresas) despedir, enquanto aumentam os ritmos de produção para fazerem o mesmo trabalho com menos trabalhadores.

Vem a propósito referir a PREH-Trofa, já vezes sem conta apontada como exemplo repressivo, com a utilização de processos que não ficam atrás dos dos nazis de triste memória.

A administração (leia-se o sr. Franz Herman Goetz, cidadão da República Federal Alemã), na sua acção mais recente, suspendeu todos os membros das organizações representativas dos trabalhadores levantando-lhes mais um processo disciplinar, a acrescentar aos anteriores, com intenção de despedimento. O objectivo é claro: calar a voz dos que trabalham, desarticulando a sua estrutura organizada.

A repressão tem sido e continua a ser feroz, mas tem-se confrontado com a resistência dos trabalhadores. O plenário do passado dia 2 de Dezembro, realizado à porta da fábrica, é exemplo de que a luta continua.

O sr. Goetz já chegou ao ponto de afirmar que «o 25 de Abril acabou». Fala dos parceiros sociais, tecendo rasgados elogios ao instrumento do Governo e do patronato (a UGT). Fala da necessidade de ser «modernizada a legislação laboral» e de serem «flexibilizados os horários de trabalho» e diz que é para que o país avance.

Mas o sr. Goetz está equivocado e desconhece a realidade e o que pode a luta dos trabalhadores.

Como se sabe, o Governo PSD/Cavaco Silva procura satisfazer todos os srs. Goetz que há por esse país fora e anunciou o propósito de proceder à alteração da legislação laboral, nomeadamente com a liberalização dos despedimentos, alterações à lei sindical, à contratação colectiva, à lei das férias e feriados, ao regime dos subsídios de doença e ao horário de trabalho.

Governo e grande patronato estão de mãos dadas para explorar mais. Os trabalhadores no distrito do Porto já têm uma situação social difícil, não têm necessidade de mais dificuldades. São 14 mil trabalhadores com salários em atraso, 5 mil despedimentos no período de Janeiro a Setembro de 1987, encerramento de 46 empresas e mais 2400 trabalhadores para o desemprego. O total de desempregados (incluindo os jovens à procura do primeiro emprego) é de cerca de cem mil. Em 64 das maiores empresas do distrito, 90 por cento dos trabalhadores foram admitidos a prazo.

Na PREH-Trofa e no distrito cresce a luta e a disposição de luta dos trabalhadores para que os Goetz(s) existentes e os que se pretendem candidatar a tal, não levem os seus planos por diante.

A repressão existe, mas resiste-se e luta-se. O Sector Empresarial do Estado, embora ameaçado, vive e luta. Prepara-se o combate contra o pacote laboral, pela defesa da Constituição, contra os tectos salariais, por uma segurança social ao serviço dos trabalhadores, contra as falências, pelo emprego e por melhores condições de vida.

Hoje, como ontem, a luta é o caminho que os trabalhadores, os explorados, têm de trilhar para defender os seus interesses e conquistar novas e melhores condições de vida e um dia acabarem com a exploração do homem pelo homem.

Ter confiança na luta é meio caminho andado para a vitória.

■ AA

Comunistas de Viseu acusam Governo

«Mais um rude golpe nas já depauperadas e precárias finanças da generalidade dos nossos municípios e freguesias», é assim que o Executivo da Comissão Distrital de Viseu do Partido Comunista Português classifica a proposta do Governo — a ser aprovada na Assembleia da República — contida no Orçamento do Estado. O Executivo da CD de Viseu apreciou a proposta governamental de um aumento nacional médio das receitas das autarquias provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro — de apenas 1,9 por cento — e as suas consequências para os órgãos do Poder Local no distrito.

Em documento distribuído à imprensa, o Executivo da Comissão Distrital de Viseu do PCP afirma:

Com efeito, as transferências para os municípios provenientes do Orçamento do Estado, por intermédio do FEF, constituem a principal fonte de receita das autarquias das regiões predominantemente agrícolas e pouco industrializadas, como é o caso do distrito de Viseu.

Por outro lado, com esta proposta, o Governo não respeita as suas próprias previsões oficiais de crescimento da taxa de consumo (9%) e da inflação (6%), ao mesmo tempo que faz tábua rasa do acordo celebrado entre todos os partidos (incluindo o PSD) na Assembleia da República

em 1986, aquando da aprovação por unanimidade da Lei das Finanças Locais, pelo qual ficou assente que as futuras verbas do FEF seriam calculadas com base no valor fixado em 1986 e no valor do crescimento da cobrança do IVA.

As Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do distrito de Viseu, como tantas outras do Norte e Centro do País, têm sido objectivamente desfavorecidas pelos critérios legais em vigor nos últimos anos para a atribuição de verbas centrais. As suas receitas, como é sabido, têm sido visivelmente insuficientes para o total cumprimento das suas competências, responsabilidades e compromissos. Esta proposta governamental, se for por diante, agravará ainda mais o actual

estado de coisas e contribuirá para aprofundar o fosso que existe entre o desenvolvimento do nosso distrito e o de outras regiões do País. Haverá até casos escandalosos, como acontece com o município de Nelas, que, de acordo com o Orçamento do Estado, não receberão em 1988 nem mais um centavo do que receberam em 1987.

Se se considerar que as verbas propostas no PIDDAC para o distrito de Viseu apresentam substanciais reduções nalgumas áreas fundamentais e que não contemplam algumas das mais graves e antigas carências locais, bem como promessas repetidamente feitas, concluir-se-á que a subalternização dos interesses do distrito de Viseu está na linha de actuação do Governo e do PSD.

MURPI apela aos deputados da oposição democrática

A Coordenadora Nacional do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) aprovou, no passado dia dois de Dezembro, um documento-apelo que foi entregue aos deputados da oposição democrática com assento na Assembleia da República. Com este apelo o MURPI pretende apresentar os anseios, problemas e dificuldades que afectam as condições de vida da grande maioria desta camada social.

De entre as preocupações que referem destaca-se o Orçamento de Estado (OE) e as suas implicações nas condições socioeconómicas dos reformados e a revisão da Constituição da República e o futuro da democracia.

O MURPI sublinha que o Orçamento de Estado e, consequentemente, o Orçamento da Segurança Social para

1988, continua a não satisfazer no fundamental, as justas reivindicações que o movimento, desde 1978, vem exigindo e apresentando aos órgãos de soberania e, concretamente, à Assembleia da República e aos grupos parlamentares. O presente Orçamento é contaminado pelo «vírus da reprivatização», é restritivo, elitista, discrimina-

tório e impõe o «aperto do cinto» às classes mais desprotegidas.

O MURPI considera as verbas atribuídas aos aumentos das pensões, na ordem dos 34 milhões de contos, manifestamente insuficientes e inferiores às do ano passado e mesmo às de 1985/86, e classifica de magras e anti-sociais as percentagens atribuídas ao aumento das reformas — 10,13 e 14,7 por cento —, que, ao contrário do que afirma o Governo, origina que as pensões mais baixas (que representam cerca de um milhão de pensionistas) sejam as que recebem menores aumentos (cerca de 400 escu-

dos por mês em relação às mínimas do regime geral). As pensões continuam a ser de uma extrema pobreza, existindo mais de um milhão e 400 mil pensionistas que recebem pensões iguais ou inferiores a 13 mil escudos.

Por tudo isso o MURPI considera que o OE deve assegurar as verbas necessárias à atribuição de pensões dignas, o que até agora não tem acontecido.

No que concerne à próxima revisão da Constituição da República o MURPI afirma que o actual elenco parlamentar não tem poderes constituintes e que «alterações que produzem o esvaziamento ou a ruptura do

conteúdo jurídico-constitucional da nossa Lei Fundamental considera-se ilegal» especialmente no que se refere ao artigo 290 que define os limites materiais da revisão constitucional.

Concentração de reformados

As Comissões Distritais do MURPI de Lisboa e Setúbal levam a efeito uma concentração de reformados, no Rossio, em Lisboa, no próximo dia 18 de Dezembro, das 14 às 16 horas.

A concentração tem por objectivo exigir o cumprimento

do caderno reivindicativo do MURPI; repudiar os aumentos de miséria das pensões de reforma, impostos unilateralmente pelo Governo; protestar contra o aumento dos géneros de primeira necessidade e bens essenciais, como o pão, leite, telefones, transportes, electricidade e rendas de casa; denunciar a falta de assistência médica e medicamentos gratuitos e lutar pelo cumprimento da Constituição da República, para que a sua revisão não se transforme em destruição e consequente substituição do regime jurídico-constitucional de Abril.

Terra

Novo ataque à Reforma Agrária

O Ministério da Agricultura e Pescas tem vindo, nas últimas semanas, a notificar diversas UCPs/Cooperativas da reabertura de novos processos de entrega de terras a agrários. Aquela Ministério tem agendada para o mês de Dezembro uma série de entregas de terras a grandes proprietários.

Assim, o MAP pretendia, no distrito de Évora, entregar 284 hectares na Herdade dos Casões da UCP Aguiar, ao padeiro Joaquim Lopes Branquinho, no dia 15 de Dezembro, tendo, à última hora, suspenso a entrega. Para dia 19 prevê entregar 27 hectares na Herdade Oleirita da UCP Santana do Campo, Arraiolos, a Miguel Joaquim Câmara Manoel Potes, agrário absentista, que já recebeu, em 1980, 620 hectares e 105 mil pontos, reserva esta que foi considerada ilegal com base na violação da Lei por acórdão de 20 de Julho de 1982, acór-

dão esse que o MAP nunca cumpriu. Além disso o agrário Potes não cultiva directamente a reserva que recebeu, limitando-se, como arrendatário, a outros. E agora o Governo quer entregar-lhe novas majorações. Entretanto, no passado dia 11, o MAP entregou mais terra na Herdade do Esbarrondado da UCP Azinhalex, a Maria Luísa Descalço Torres Vaz Freire Saragoça.

Todos estes grandes proprietários já receberam anteriormente reservas, pelo que o Governo pretende agora, a pretexto de majorações, de alteração de localização da reserva, etc., alargar ainda mais as reservas já demarcadas, criando novas dificuldades às UCP's/Cooperativas.

Estas tentativas de usurpação de novas terras da Reforma Agrária são um prenúncio de retomada de uma

mais generalizada ofensiva contra as UCP's e Cooperativas agrícolas, que o Governo tem em preparação, assim que a aprovação da nova legislação, já anunciada, e da revisão constitucional venham a afastar os últimos obstáculos legais e permitam ao Governo do PSD uma mais fácil arrancada para a liquidação da Reforma Agrária e a reconstituição do latifúndio e das grandes explorações capitalistas, com a consequente quebra de produção, aumento do desemprego e instabilidade na região.

As UCP's/Cooperativas e os seus trabalhadores que estão a terminar as sementeiras de Outono/Inverno e têm vindo a reunir e a reforçar a sua organização, com vista à necessária intensificação da luta, tomarão as medidas apropriadas para a defesa da Reforma Agrária e do regime de Abril.

Agricultores de Aveiro

A Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA) promoveu, no passado dia 6, em S. João de Ovar, uma reunião com a presença de mais de 300 agricultores, representativos de várias dezenas de estruturas da lavoura e da maioria dos concelhos do distrito. Na reunião foi aprovada uma carta de reclamações dos agricultores de Aveiro.

Na abertura dos trabalhos falou Albino A. Silva, representante da ALDA. Estiveram presentes membros do Conselho Nacional da CNA e dos Conselhos Directivos de vários Baldios.

Na reunião foram discutidos os graves problemas da lavoura no distrito, que não têm sido resolvidos e se têm agravado nos últimos tempos. Os agricultores pensam ser necessário tomarem-se medidas urgentes e indispensáveis para melhorar a agricultura na região de Aveiro.

Concluíram que predominam as explorações de tipo familiar, representando 88,8 por cento do total, caracterizadas pela utilização de mão-de-obra permanente. São poucas as cooperativas de produção existentes. A tendência é para o crescimento das áreas arrendadas sobretudo por pequenos rendeiros.

Foi abordado o problema da quase inexistência de infra-estruturas rurais (abastecimento de água, rede de esgotos, electrificação e caminhos rurais) e infra-estruturas de produção. Em relação a estas, não estão a ser apoiadas técnica e financeiramente; algumas cooperativas de rega locais e os regadios tradicionais não têm sido recuperados; não é feita a análise das terras, nem existe um

programa de fertilização conducente ao aumento da produtividade.

Os agricultores concluíram que a adesão à CEE não está a salvaguardar os interesses da agricultura do distrito. O recente Decreto 96/87, aprovado pelo Governo, em resposta às exigências da Comunidade, e que penaliza os apoios que incidem sobre aumentos de efectivos pecuários, é disso exemplo.

Quanto à pecuária, foi afirmado na reunião que tem vindo a agravar-se o estado sanitário dos animais sem que sejam tomadas medidas por parte dos organismos oficiais.

Os baldios, factor importante de desenvolvimento económico e social e de bem-estar da população serrana do distrito, não têm no entanto contado com os apoios necessários e continuam a ser vítimas de tentativas de destruição.

Prolifera no distrito a implantação de eucaliptos, o que significa o favorecimento de interesses estrangeiros ligados à fabricação de pasta de papel e que não querem instalar nos seus países tal indústria pelos seus efeitos negativos para a agricultura e o equilíbrio do meio ambiente.

No final da reunião foi aprovada a carta de reclamações de onde se destacam os seguintes pontos: revogação do Decreto 96/87, e manutenção da concessão de subsídios para aquisição de gado leiteiro; transparência e isenção na atribuição dos Fundos da CEE, para que sejam colocados ao serviço dos agricultores e da agricultura; criação do Departamento Técnico, dependente do MAP, para ajudar na feitura dos projectos e simultaneamente de subsídios a aplicar na lavoura; vacinação geral e gratuita do efectivo pecuário com a periodicidade necessária; defesa dos vinhos tradicionais do distrito com garantias de escoamento e ajudas económicas e indicações técnicas para a modernização do equipamento ultrapassado; apoio técnico e financeiro às cooperativas agrícolas; apoio técnico, económico e financeiro para aproveitar e melhorar as potencialidades dos baldios; contenção do aumento selvagem das áreas de eucalipto; garantia de preços compensadores à produção e revisão dos preços dos factores de produção, garantindo-se também o escoamento dos produtos; mais facilidades e melhores acessos à Formação Profissional descentralizada dos jovens agricultores e dos agricultores em geral e a promoção e desenvolvimento de um conjunto de medidas gerais para o progresso e dignificação da agricultura do distrito de Aveiro e do País.

Agricultores do Ribatejo

Decorreu no passado dia 13 de Dezembro, em Santarém, o VI Encontro da Lavoura e dos Agricultores do Ribatejo, promovido pela Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém. Esta organização está filiada na CNA.

Estiveram presentes mais

de 250 representantes da lavoura: o deputado do PCP Álvaro Brasileiro, presidente da comissão parlamentar da Agricultura, representantes de 32 organizações da Lavoura, de autarquias, da CNA e das direcções dos serviços oficiais de agricultura da região.

Os participantes do encontro fizeram uma análise da situação do sector no Ribatejo e da agricultura portuguesa em geral. Outro objectivo foi apresentar o relatório de actividades e contas da direcção cessante e eleição de novos dirigentes da Federação.

Internacional

MPLA-PT duplo aniversário

A denúncia da ocupação de território angolano por tropas da África do Sul, do seu decisivo apoio à Unita e do apoio norte-americano ao regime racista — são tónica do comunicado e intervenções oficiais, por ocasião do 31.º aniversário do MPLA e dos dez anos passados sobre a constituição do MPLA-Partido do Trabalho, assinalados em Luanda com comício e desfile. Uma outra tónica: o empenhamento na expulsão dos agressores do território de Angola.

No comunicado emitido pelo Bureau Político do MPLA-PT, é particularmente sublinhado que a Unita sofreu este ano um duplo golpe político e militar. A África do Sul teve de confessar pela primeira vez que salvara a Unita de uma derrota total, militar.

O discurso de José Eduardo dos Santos, na recepção oficial no âmbito das comemorações do duplo aniversário, foi um discurso de confiança na capacidade do povo angolano de expulsar os agressores, sublinhando a urgência de restabelecimento de toda a soberania angolana.

«Para além de termos do nosso lado a força da razão e a energia do nosso povo, também contamos com o apoio da comunidade internacional que está mobilizada para a situação que se vive actualmente em Angola e condena sem ambiguidades os agressores.»

E Eduardo dos Santos sublinha: «É um direito que decorre da nossa soberania como Estado independente e reconhecido internacionalmente, recuperar as parcelas do território ocupadas pelos invasores e restabelecemos as nossas fronteiras legítimas, renovando assim a vitoriosa campanha que culminou com o 27 de

Março de 1976», quando as tropas sul-africanas foram obrigadas a retirar de território angolano, quatro meses depois da independência do país.

Eduardo dos Santos denunciou ainda que o governo racista da África do Sul cometeu uma «violação inqualificável do direito internacional» e um atropelo à Carta da ONU ao afirmar arrogantemente perante aquela instância internacional que as forças invasoras só sairão de Angola quando forem retiradas as tropas internacionalistas cubanas. E o presidente angolano afirma: «Angola como Estado soberano e também membro das Nações Unidas tem a dizer que não endereçou nenhum convite à África do Sul. Nos termos do Artigo 51.º da Carta da ONU, as forças cubanas encontram-se legalmente no território da República Popular de Angola.»

Assim se afirma a decisão do Exército angolano de «expulsar os agressores racistas do interior das fronteiras legítimas da República Popular de Angola». Agindo desta forma, diz Eduardo dos Santos, o governo angolano está a «tomar partido da África independente e livre contra o "apartheid", da civilização contra a barbárie, da razão contra a injustiça, da paz contra a guerra».

«Amigos da Turquia» congresso em Paris

«Os relatórios, intervenções e testemunhos trazidos perante o nosso Congresso demonstram e confirmam que nos encontramos pura e simplesmente, no caso presente do regime turco, diante de estruturas jurídicas e estatais, que não consentem nenhuma mudança democrática verdadeira e estável, nenhum aprofundamento democrático» — são palavras do marechal Costa Gomes, na qualidade de presidente de honra, no Congresso Internacional dos «Amigos da Turquia», realizado de 27 a 29 de Novembro.

E Costa Gomes prossegue, sublinhando: «Numa determinada conjuntura estas estruturas antidemocráticas podem, pelo menos, ser obrigadas a admitir mudanças democráticas limitadas mas provisórias, porque em contradição com a natureza profunda do regime. A nossa experiência em Portugal mostra-nos que um tal regime autoritário, ditatorial, não pode ser nem "melhorado", nem reformado. A única alternativa verdadeira, real e realista consiste em substituí-lo por um Estado autenticamente democrático.»

O Congresso dos «Amigos da Turquia» decorreu quase em simultâneo com um processo eleitoral montado para dar a vitória a Turgut Ozal.

Pelo curto prazo destinado à campanha. Pela repressão que se mantém contra o movimento popular, e que passa pela ilegalidade em que os comunistas são mantidos, e a prisão e tortura dos seus dirigentes. Pelo carácter anti-

democrático do sistema eleitoral em vigor.

Basta referir que o partido do primeiro-ministro Turgut Ozal, com pouco mais de 36% dos votos, garantiu 66% (294) dos lugares no Parlamento, enquanto os partidos da esquerda social-democrata, com 34% dos votos, contam apenas com 97 lugares.

Imediatamente a seguir aos resultados eleitorais, Ozal dizia, em conferência de imprensa: «que não me venham agora dizer que há um problema de democracia na Turquia. É uma questão completamente ultrapassada.»

Bem diversas são as opiniões manifestadas no Congresso de Paris, onde Costa Gomes afirma: «poderíamos concluir, acrescentando que

as "eleições" turcas de 29 de Novembro não parecem ser tanto um teste à democracia na Turquia, mas antes um teste para os critérios de democracia e a vontade política democrática das instâncias europeias».

O Congresso aprovou um Apelo em que destaca, como objectivos, apoiar o povo turco na sua luta pela conquista de um regime democrático «digno da época que vivemos»; reafirmar a solidariedade; colaborar em prol «de uma contribuição plena e inteira da Turquia, pela Paz na Europa e no mundo e na cooperação entre os povos»; promover iniciativas contra os processos pelos chamados delitos de opinião, pela amnistia geral, que englobe os condenados à morte, pela liberdade de pensamento e de associação.



Internacional

Cimeira de Washington

Nova etapa na luta pelo desarmamento

Um passo sem precedentes, concretizado na assinatura do tratado sobre mísseis de médio e curto alcance; certos progressos no domínio fulcral do processo de desarmamento — as armas estratégicas; a especificação do trabalho a realizar no futuro entre a União Soviética e os Estados Unidos — são tónicas no balanço feito por Gorbachov dos três dias de trabalho, trabalho intenso, no quadro da Cimeira de Washington. Os EUA e a URSS «estão próximos do objectivo comum, ou seja, a consolidação da segurança internacional. Todavia este objectivo está ainda por atingir. Temos pela frente grande trabalho a realizar. Precisamos iniciá-lo sem mais delongas». Palavras de Gorbachov que testemunham das dificuldades do processo, dos obstáculos ainda a superar. Mas sobretudo traduzem que finalmente se está a entrar nos carris de um processo histórico de desarmamento — «podemos constatar que Genebra e Reykjavik não foram em vão».

Concretamente «os dois Estados reconhecem, ao mais alto nível, que estão a sair actualmente de uma contraposição duradoura e que estão dispostos a deixá-la para trás». «É um resultado político importante e uma constatação política importante incluídos no documento conjunto. Nisto reside a essência da passagem a uma nova etapa das relações soviético-norte-americanas».

O que foi alcançado em Washington?

Antes do mais, o primeiro acordo de desarmamento. Nos termos do Tratado agora assinado, e como é conhecido por todos nós, a União Soviética e os EUA eliminam os seus mísseis de médio e curto alcance (entre 500 e 5000 quilómetros), comprometendo-se a não possuir tais meios no futuro.

Juntamente com a eliminação de todos os mísseis de médio alcance serão liquidadas as respectivas rampas de lançamento, bem como todas as instalações e equipamentos auxiliares com eles relacionados. O que deverá ocorrer num prazo que não ultrapassa os três anos, após a entrada em vigor deste tratado, a ser ratificado pelo Soviete Supremo da URSS e pelo Congresso dos Estados Unidos.

Concretamente isto quer dizer que logo que o acordo esteja ratificado, as estruturas das ogivas e dos mísseis serão concentradas nos locais acordados para a sua destruição. As rampas de lançamento não transformáveis vão ser cortadas e enviadas para o ferro-velho.

Todo este processo será sujeito a estrito controle. Desde o momento em que o Acordo entre em vigor, a

União Soviética e os Estados Unidos irão inspecionar as bases referidas em memorando, no território de ambos os países ou ainda de terceiros países, e os locais de armazenamento. Um segundo controle ocupa-se da liquidação destas bases e das suas instalações auxiliares. Está ainda previsto um terceiro sistema de controle — durante 13 anos cada parte deve corresponder às solicitações da outra, para inspecções suplementares, quer no que respeita à efectiva destruição dos mísseis, quer quanto à proibição do seu fabrico.

O acordo prevê que a sua entrada em vigor significa, automaticamente, que nenhuma das partes pode fabricar ou testar quaisquer mísseis de médio ou curto alcance.

A declaração conjunta soviético-americana sublinha particularmente a importância das medidas de controle acordadas. O tratado assinado é qualificado de «histórico, tanto pelo seu objectivo (...) como pela novidade e pelas proporções das medidas de controle incluídas no documento».

Armas estratégicas, convencionais e químicas

A declaração — como o conjunto das conversações — abarca diferentes questões, em particular quanto aos outros passos a ser dados no caminho do desarmamento. Ou seja, trata-se não apenas de um acordo para desarmamento — o que já de si é de importância histórica — mas da abertura de um processo, que tem como lógica intrínseca cami-

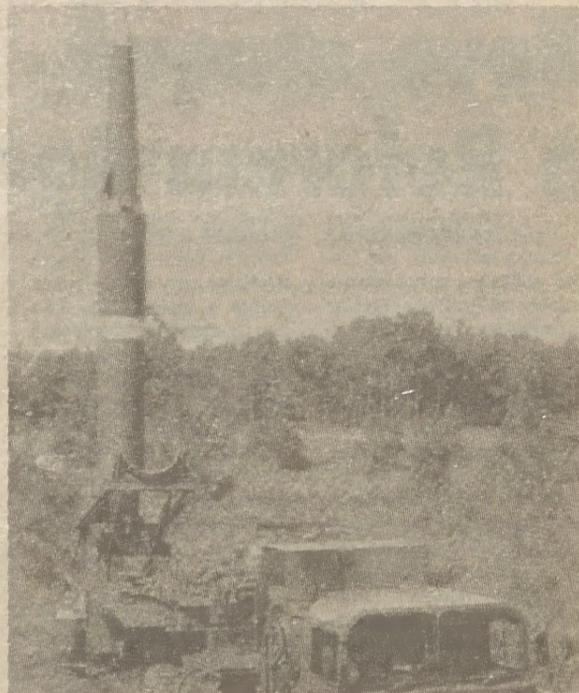
nhar na via do desarmamento.

Antes do mais, a declaração conjunta marca para o primeiro semestre do próximo ano, durante a cimeira a realizar em Moscovo, a assinatura do futuro tratado sobre a redução dos armamentos estratégicos ofensivos dos EUA e da URSS.

Em declaração feita numa conferência de imprensa no final dos trabalhos, Gorbachov disse que, tendo em vista o futuro tratado sobre armamentos estratégicos, ambas as partes incumbiram as delegações às conversações de Genebra de elaborar um acordo que obrigue os dois países a observar o Tratado de defesa anti-míssil (DAM) na forma em que foi assinado em 1972.

No que respeita ao armamento convencional — domínio hoje activamente utilizado pelos campeões da defesa do armamentismo, nomeadamente entrincheirados no eixo Paris-Bona — os dois dirigentes pronunciaram-se a favor da conclusão, quanto antes, em Viena, das bases para a diminuição da contraposição militar na Europa no domínio das forças armadas e dos armamentos convencionais, e manifestaram-se determinados em garantir o sucesso das conversações.

Em encontro com os congressistas norte-americanos, Gorbachov foi bem claro quanto à posição da URSS e do Tratado de Varsóvia nesta matéria: «A União Soviética e os seus Aliados defendem a redução radical, tendo em conta as assimetrias, dos armamentos convencionais e das forças armadas, prontificando-se a



Pershing-2, uma das categorias de mísseis que vão ser destruídos

introduzir alterações nos princípios militares, na estrutura e funcionamento das forças armadas, de modo a excluir toda a possibilidade de uma agressão surpresa».

No domínio — igualmente decisivo — das armas químicas, reafirma-se a fidelidade dos dois países «à elaboração de uma convenção internacional sobre a proibição e liquidação das armas químicas que seja global, eficaz e sujeita ao controle».

Perspectivas

Problemas sobram, sem dúvida.

Basta referir as renovadas declarações de Reagan quanto ao empenhamento no projecto da «guerra das estrelas» (muito embora as posições públicas nem sempre coincidam com as que vão sendo assumidas quando das reuniões de trabalho e a elaboração de acordos).

Ou ainda a posição americana — não em teoria, mas de facto — em relação às armas químicas. Concretamente Gorbachov acusa os EUA de provocarem o atraso na elaboração da convenção sobre a sua proibição, por pretenderem «desviar do objectivo por nós acordado em

Genebra, designadamente a proibição total e global» das armas químicas, ao quere-m deixar de fora as munições binárias e furtar ao controle as instalações não estatais da produção de tais armas.

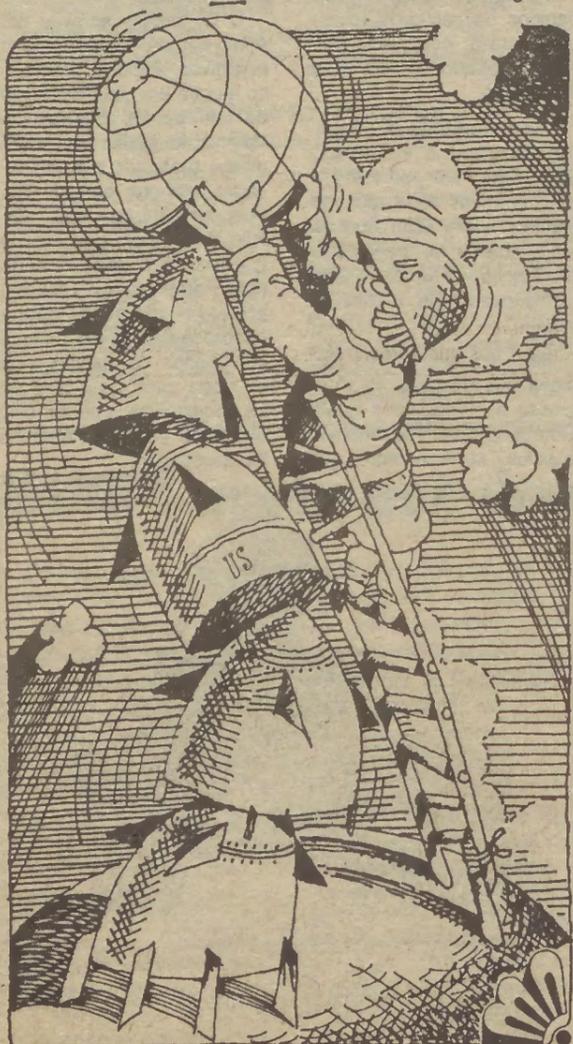
Na Europa da NATO, aposta-se em novos planos de militarização.

Problemas igualmente no que respeita aos problemas regionais. «Tanto nós como os americanos e os outros países devemos reconhecer incondicionalmente os direitos de opção de todos os povos. Este é o ponto chave, o ponto de partida» — diz Gorbachov em

Washington. Posição clara que está bem longe de ser partilhada pela Casa Branca.

Mas o êxito de hoje no difícil caminho percorrido dá-nos uma certeza — a vitória é possível. A luta impõe-se como se impõe a própria dinâmica da história, numa indestrutível ligação. E apesar do peso do complexo militar industrial, apesar das teorias e da prática de um conservadorismo extremo, como tem vindo a ser a administração Reagan.

Ao primeiro passo agora dado no caminho do desarmamento, outros se seguirão.



A lógica do «equilíbrio do terror» recebeu agora um decido do golpe

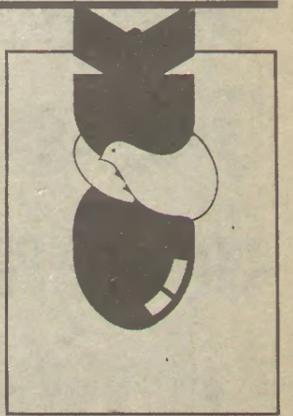


Manifestação junto da base de Hasselbach, em Outubro de 1986, contra a instalação dos mísseis de Cruzeiro norte-americanos

Internacional

Tratado de Varsóvia

Pleno apoio aos resultados da Cimeira de Washington



Juventude, uma presença constante na batalha pelo desarmamento

O acordo soviético-norte-americano sobre a eliminação dos mísseis nucleares de médio e curto alcance corresponde aos interesses de todos e aumenta a segurança na Europa, Ásia e por todo o mundo — sublinha-se na declaração à imprensa publicada dia 11, no fim da Cimeira dos países do Tratado de Varsóvia.

A declaração realça o grande contributo prestado por muitos Estados, entre os quais os não alinhados, bem como pelo movimento internacional pela paz, para a conclusão deste acordo.

Os Estados do Tratado de Varsóvia atribuem uma importância fundamental ao acordo de princípio conseguido nas negociações de Washington quanto à diminuição em 50 por cento das armas ofensivas estratégicas da URSS e ao cumprimento estrito do Tratado DAM. A conclusão de um tal acordo, que consideram possível já num futuro próximo, constituiria um progresso fundamental no desarmamento e na criação de um mundo livre de armas nucleares e de violência, afirma-se mais adiante na declaração de imprensa.

Os convénios acordados fortalecem as premissas para a realização de progressos também no que se refere à

proibição das armas químicas, ao fim dos ensaios nucleares e à redução das forças armadas e dos armamentos convencionais desde o Atlântico até aos Urais, assinala o documento.

O Tratado de Varsóvia reafirma a sua disposição em

manter o nível militar necessário para a sua defesa e em resolver o problema do desequilíbrio existente em algumas armas de tal modo que se reduza a vantagem da parte daquele que a tenha em algum tipo de armas.

Os países da Aliança ex-

pressaram, por sua vez a sua preocupação quanto às intenções de determinados círculos da NATO de «compensar» a eliminação das armas nucleares na Europa colocando mais armas de outras categorias.

Etapas de um processo

O acordo agora obtido em Washington, para a eliminação dos mísseis de médio e curto alcance na Europa, é o culminar de um longo processo, em que de par da dinâmica e empenhada política soviética de paz, cabe lugar de destaque às poderosas lutas de massas na Europa contra os «euromísseis», que agora vão ser desmantelados.

Vale a pena recordar aqui e agora algumas das etapas desse processo.

12 de Dezembro de 1979: A NATO decide a instalação na Europa de 108 Pershing 2 e 464 mísseis de Cruzeiro, a pretexto dos SS-20 soviéticos, e apesar do reconhecimento da paridade entre forças americanas e soviéticas no tratado Salt 2.

Esta decisão da NATO provoca um enorme movimento de massas contra a instalação dos novos mísseis norte-americanos.

18 de Novembro de 1981: Ronald Reagan lança

a sua proposta de uma «opção zero», nos termos da qual os novos mísseis dos EUA não seriam instalados na Europa se a URSS renunciasse aos SS-20. Esta proposta foi avançada na convicção de que não seria aceite pela URSS, na medida em que ignora o potencial nuclear britânico e francês e os mísseis colocados em submarinos norte-americanos instalados na região europeia.

21 de Dezembro de 1982: A União Soviética compromete-se a só conservar no seu território um número de mísseis intermédios correspondente às forças nucleares britânicas e francesas.

16 de Agosto de 1985: A URSS decide uma suspensão unilateral dos ensaios nucleares. Esta moratória prolonga-se por 18 meses, durante os quais os Estados Unidos procederam, a 27 explosões.

19 e 20 de Novembro

de 1985: Encontro de Gorbachov e Reagan em Genebra.

15 de Janeiro de 1986: Gorbachov apresenta um plano detalhado para total eliminação das armas nucleares até ao fim do século.

11 e 12 de Outubro de 1986: Reykjavik, um impulso decisivo no processo de paz, muito embora então não tenha conduzido à assinatura de qualquer acordo.

28 de Fevereiro de 1987: A URSS propõe a conclusão de um tratado sobre a eliminação de euromísseis, aceitando, nesta fase — e tendo em conta que se trata do início de um processo — não ter em conta os arsenais britânicos e franceses.

15 de Abril de 1987: Em Moscovo, Gorbachov propõe num encontro com Shultz, a liquidação, de parte dos euromísseis, de todos os mísseis de curto alcance na Europa.

Delegação do Partido Socialista Iemenita

A convite do Partido Comunista Português, visitou Portugal, de 9 a 11 de Dezembro, uma delegação do Partido Socialista Iemenita, dirigida por Fadl Mohsin Abdulla, membro do Bureau Político e Secretário do CC, e integrando ainda Abdul-Khalek Abdul Magid e Hassein Alwi Nasser.

A delegação do PSI encontrou-se com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC e Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional. Visitou ainda a Câ-

mara Municipal de Vila Franca de Xira onde tomou conhecimento do trabalho realizado em defesa dos interesses das populações. Foi assinado um Protocolo de Cooperação PCP/PSI para os anos de 1988/89.

Durante as conversações foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos, assim como questões de actualidade da situação internacional.

A delegação do PCP exprimiu a sua solidariedade para com o PSI e o povo iemenita na edificação da República Popular e Democrática do Iemen de uma nova

sociedade orientada pelos ideais do progresso social e do socialismo.

A delegação do PSI exprimiu a sua solidariedade à luta do PCP em defesa das conquistas da Revolução do 25 de Abril e do regime democrático que as consagra.

Ambas as delegações expressaram a sua vontade comum de fortalecer as relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os dois partidos, assim como para o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional e da cooperação entre todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz.

Em Portugal, o apoio dos trabalhadores e do movimento da Paz

«Acontecimento histórico transcendente», é como o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) qualifica a assinatura, em Washington, do Tratado de eliminação dos mísseis nucleares de médio e curto alcance, na mensagem de saudações dirigida a Gorbachov e Reagan, e entregue nas embaixadas dos Estados Unidos e da URSS. O CPPC sublinha que o significado transcendente do acordo se deve ao facto de firmar o compromisso de desarmar e não de desacelerar ou de parar a corrida armamentista — que atingiu nas últimas décadas uma dimensão verdadeiramente assustadora — como tem acontecido em acordos anteriores.

Também a CGTP-IN manifesta o seu regozijo pela assinatura do acordo de redução de armamento nuclear, realçando: «Neste momento de esperança, é justo afirmar que para este resultado muito contribuiu a luta activa e

empenhada dos trabalhadores e das suas organizações representativas, bem como de todas as forças amantes da paz em todo o mundo.

«Persistindo embora muitos obstáculos e perigos de um conflito global, a Humanidade vislumbra agora com maior optimismo o aproximar do século XXI, e um final de

século XX em que tudo há que fazer para canalizar as enormes verbas utilizadas nos arsenais bélicos para fins produtivos que garantam o progresso económico e social e o fim das injustiças sociais e das suas maiores chagas: a doença, a miséria e a fome em vastas regiões do nosso planeta».



A delegação do Partido Socialista Iemenita recebida por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, acompanhado por Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC, e por Albano Nunes, do Comité Central e responsável pela Secção Internacional



Internacional

Gaza e Cisjordânia dezenas de mortos e feridos

Num único dia, as tropas de Israel mataram ou feriram cinco dezenas de palestinianos nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia. Foi neste domingo, dia 13, quando por todo o mundo se saudavam os históricos resultados obtidos na Cimeira de Washington. Israel funciona hoje, em estreita interdependência e ligação com o imperialismo norte-americano, ao arripio da História. Sinal da complexa era que vivemos — Washington, que sempre apoiou e continua a apoiar a política e a criminoso prática sionista — assina entretanto o primeiro acordo de desarmamento.

O massacre do passado domingo segue-se a outras acções repressivas, que têm feito também vítimas. Dia 10, em Naplouse, na Cisjordânia, um jovem de 17 anos foi assassinado. Apenas nestes últimos dias, ainda sem ter em conta o massacre do fim-de-semana, a repressão israelita fez 23 mortos e 210 feridos nos territórios ocupados.

A violência repressiva tem-se defrontado com a corajosa luta dos palestinianos. Dia 10, a cidade de Gaza cumpriu uma jornada de greve para protestar contra um ataque realizado na véspera pelas tropas israelitas. O reforço da presença militar do ocupante levou a novas manifestações de protesto. Em Gaza e na Cisjordânia, milhares de jovens saíram à rua, em confronto com as forças repressivas. A tropa isolou o território, cortando o acesso à Faixa de Gaza. Sábado, a OLP lançou um apelo à greve geral nos territó-

rios ocupados, como forma de protesto pelas vítimas da repressão nestes últimos dias.

A que se deve?

A que se deve este novo e violento surto repressivo?

«A vaga de repressão israelita é o início de um plano preparado há três semanas pelo governo israelita, para aterrorizar e aniquilar a população palestiniana civil», denuncia a OLP, através do seu porta-voz, Bassan Abu Charif. E o dirigente da OLP, Yasser Arafat, revela entretanto que Israel concentrou 40 a 60 mil soldados na sua fronteira norte, na perspectiva de uma nova agressão contra o Líbano. A OLP refere que Israel está a preparar um ataque por terra, ar e mar, visando isolar Saída, a maior concentração de palestinianos no Líbano (cerca de 80 mil pessoas).

Sucedem-se denúncias e



Refugiados — realidade quotidiana para o povo palestiniano

apelos, no plano internacional para, nas palavras de Arafat, «proteger o povo palestiniano em luta contra os terroristas sionistas». Terroristas sionistas que têm vindo a utilizar armas de fogo, tanques, helicópteros e granadas, contra os homens, mulheres e crianças dos acampamentos palestinianos de Khan-Yunis e An-Shifah, nas cidades de Nablus e Jerusalém.

Em relatório apresentado ao presidente do Conselho de Segurança da ONU, pelo

secretário-geral Perez de Cuellar, denuncia-se que as instalações militares ilegais no sul do Líbano «causam a impressão de que Israel tenciona transferir a fronteira e anexar uma parte do território libanês, o que não pode deixar de suscitar preocupações».

E Perez de Cuellar denuncia ainda que «em consequência da criação ilegítima de instalações militares, os habitantes das aldeias vizinhas privam-se do acesso aos seus lotes de terra, situados junto à fronteira, que têm para eles uma importância económica vital».

A resposta de Israel às interpelações por parte da ONU quanto à criação ilegal de instalações militares tem sido que se trata de medidas ditadas por «considerações de segurança»!

Ainda recentemente o antigo ministro trabalhista de Israel Aba Eban (que entretanto também se recusa a sentar à mesa de conversações com a OLP) dizia: «O perigo e a loucura suprema para Israel seria atirar-se aos territórios ocupados.» Parece ser isso mesmo que está hoje a acontecer. Uma vez mais — e nada há de novo em tal pretexto — em nome da «segurança» de um Estado, ultramilitarizado, contra um povo disperso pela força, e a sua exigência permanente e elementar do direito a uma pátria.

Uma vez mais a aposta no genocídio?

O binómio repressão e luta

Sair para a rua, defrontando soldados armados, com pedras e ferros nas mãos, atacar brigadas isoladas do ocupante, encerrar as portas das lojas, em adesão a greves promovidas pela OLP, quando as tropas israelitas patrulham as ruas, defender à mão armada acampamentos palestinianos, assumir a herança cultural e nacional de um povo que o ocupante considera banido — são actos de heroísmo do quotidiano palestiniano, actos que testemunham de quanto a exigência de uma pátria é vital.

É esta realidade de luta de todos os dias — e que de

acordo com as próprias fontes oficiais israelitas tende a aumentar — que tem permitido inviabilizar os objectivos de Israel: cilindrar qualquer resistência, anular o problema palestiniano, liquidando o povo palestiniano nessa sua qualidade de base — um povo.

Em 6 de Junho deste ano passaram 20 anos sobre o assalto de Jerusalém pelas tropas de Israel, que simultaneamente invadiram Gaza e a Cisjordânia. Na véspera — 5 de Junho — havia sido desencadeada a «Guerra dos Seis Dias». Cinco dias depois, as tropas de Israel ocupavam o Sinai, Gaza, a Cisjordânia, os Golan da Síria.

O balanço destes anos constitui só por si uma acta de acusação contra a política de Telaviv e de Washington. Desde 1967, 52% das terras da Cisjordânia e de Gaza foram confiscadas aos seus proprietários palestinianos, quer para delas fazer «terrenos militares» quer colónias judaicas, os colonatos. Há actualmente 132 colonatos, e para os próximos dez anos está prevista a constituição de outros 165. Uma política destinada a tentar impor como irreversível o domínio de Telaviv.

Neste quadro a repressão assume enormes proporções. Um quarto dos habitantes árabes dos territórios ocupados, já passou, pelo menos uma vez, pelas prisões. A prática das deportações, interdita pelas convenções internacionais, foi retomada em Julho de 1985. No decurso dos últimos três anos, cento e vinte e cinco casas foram destruídas, a dinamite e buldozer, pelas tropas de Israel, para «punir» os seus habitantes. Por diversas vezes os governos sionistas admitiram a destruição dos campos palestinianos das zonas ocupadas de Gaza e Cisjordânia, considerados viveiros do espírito nacional palestiniano.

Face à actual ofensiva antipalestiniana, a Assembleia Geral da ONU aprovou um apelo para a realização de uma Conferência de Paz, com a participação dos membros permanentes do Conselho de Segurança e a OLP. A resolução foi aprovada com os votos contra dos EUA, Honduras e Israel.

«Zona altamente industrializada, na margem sul do Tejo vive uma parte importante do proletariado português senhor de uma experiência e tradição de luta que o têm posto inúmeras vezes à cabeça do proletariado nacional. (...)

Uma vez mais a margem sul tem estado em luta séria. Os milhares de operários da CUF e da UFA, os corticeiros de toda a região, os operários dos estaleiros da Parry & Son e da Lisnave, os metalúrgicos e motoristas da Siderurgia, os salineiros de Alcochete, trabalhadores camarários, operários da construção civil, etc., têm levado o ano fazendo abaixo-assinados, concentrações, paralisações, lutado nas empresas e nos sindicatos, criado as suas comissões de empresa e sindicais. Várias são as reivindicações, mas a mais constante e geral é a de aumento de salários concretizada em muitas empresas (...).

(«A luta pelo aumento de salários» — «Avante!», VISÉRIE, n.º 362, Dezembro 1965)

«A mobilização dos hospitais de Lisboa com a consequente sujeição ao foro e disciplina militares de todo o pessoal civil que neles exerce actividade, bem como a expulsão, verificada dias antes, de todos os médicos (350) do 2.º ano do Internato Geral de Lisboa e Porto são medidas repressivas tão excepcionais que, se confirmam a disposição do Governo de Marcelo Caetano de continuar a responder com a força bruta às acções reivindicativas das massas trabalhadoras, da juventude e da intelectualidade, reflectem, também, o carácter excepcional da luta dos médicos.

Afirmando cinicamente que queria manter o País informado (...), o Governo não deu uma só informação verdadeira sobre os acontecimentos, nada esclareceu sobre as suas origens, proibiu que os órgãos de informação o fizessem, impediu que os médicos se dirigissem ao grande público através da imprensa.

A actual luta abarca praticamente todos os médicos do Hospital de S.ª Maria e dos Hospitais Cívicos de Lisboa, dos Hospitais de S. João e de S.º António do Porto, dos Hospitais da Universidade de Coimbra

As suas origens profundas radicam-se na evolução da medicina em Portugal, orientada para a protecção dos ricos e dos muito ricos, enquanto a assistência médica e sanitária às massas populares é caracterizada, como se diz numa circular dos médicos em luta, por «índices sanitários baixíssimos, rede hospitalar magra, desarticulada e macrocéfala com unidades de escassa rentabilidade, estruturada em serviços indiferenciados, mal servidos de pessoal técnico e de equipamentos, incapazes de uma assistência nem sequer digna quanto mais eficiente».

As suas origens imediatas encontram-se nas medidas adoptadas pelo Governo para dificultar o acesso dos médicos à especialização e remeter para a província a massa dos médicos recém-formados, sem preparação e sem meios de trabalho.

A greve de todos os internos do 2.º ano dos Hospitais de Lisboa e Porto a uma prova que deviam ter prestado no dia 15 de Novembro, culminando diligências repetidas e persistentes que os vinham realizando desde Maio junto das autoridades, é uma afirmação corajosa de protesto contra aquelas medidas do Governo da ditadura fascista, atentatórias dos interesses do povo português na esfera da saúde.

(«A luta dos médicos» — «Avante!», VISÉRIE, n.º 436, Dezembro de 1971)

13390 CCP P
63486 NASR P

DE : O.L.P.
LISBOA

DATA : 14/12/87

N/REF. NO. 214/37

COMUNICADO URGENTE

PEDIMOS E CHAMAMOS A VOSSA ATENÇÃO PARA A INSUSTENTAVEL SITUAÇÃO QUE SE VIVE NOS TERRITORIOS PALESTINIANOS OCUPADOS POR ISRAEL. O ESCRITORIO DA ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP) EM LISBOA, VEM APELAR-VOS, NESTE MOMENTO A QUE ACTUEM POR TODOS OS MEIOS E FORMAS POSSIVEIS PARA IMPEDIR O MASSACRE DO NOSSO P POVO NOS TERRITORIOS OCUPADOS E AS PRATICAS ALTAMENTE DESUMANAS DE ISRAEL USADAS CONTRA O NOSSO POVO PALESTINIANO, NA TERRA SANTA.

ENTRETI-VO, MANTER-VOS-EMOS DIARIAMENTE INFORMADOS ACERCA DA SITUAÇÃO VIVA NOS TERRITORIOS PALESTINIANOS OCUPADOS.

A maior vaga de violência dos últimos 20 anos

«As forças israelitas são tão brutais que um massacre como o de Sabra e Shatila torna-se iminente» — Em comunicado urgente, a delegação da OLP em Lisboa informa da terrível repressão desencadeada pelo ocupante israelita em todas as terras palestinianas ocupadas. E pede a solidariedade de todos «para impedir o massacre do nosso povo».

Noticias provenientes da Cisjordânia e da faixa de Gaza indicam que durante a passada semana a repressão israelita fez 50 mortos e mais de 200 feridos. Milhares de pessoas foram presas. Mesmo os hospitais foram invadidos. Considera-se que se está perante a maior vaga de violência aqui desencadeada nos últimos 20 anos.

«As cidades palestinianas, aldeias, universidades, escolas e campos estão agora infestados de tropas e guardas costeiras que tomaram e instalaram as suas posições em cima dos telhados. Desta

maneira tentam impedir manifestações», denuncia a OLP.

Dia 15, todos os palestinianos na Palestina iniciaram uma greve geral.

Entretanto, oito organizações cristãs palestinianas divulgaram um Apelo em que se afirma: «Averiguámos as condições difíceis que o nosso povo palestiniano enfrenta na sua pátria e a situação política e económica, criada pelas diversas práticas israelitas na terra ocupada. Incluindo o abrir fogo sobre os habitantes, a continuação de vagas de prisões, a imposição de impostos altíssimos, o que origina o encerramento do comércio (especialmente em Belém) e a decisão das autoridades israelitas de fechar a Universidade de Belém, durante 3 meses».

Face a esta situação e à terrível intensificação da repressão, é dirigido um apelo a todos para que esforços sejam concentrados no sentido de pôr cobro ao massacre.

Agenda

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 729

17 de Dezembro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Natal 87

Bancas nos Centros de Trabalho do PCP



Bons preços, variedade e qualidade dos produtos, ideias e novidades para uma simpática surpresa de Natal e, primeiro que tudo, a ajuda solidária ao Partido, são pontos salientes neste convite que fazemos aos nossos leitores para que, nesta quadra, visitem as bancas dos CTs, muitas delas inseridas (como sucede em Setúbal e em Viena do Castelo) em importantes campanhas de fundos do Partido. Sem bichas e sem encontrões. Visite-os e confirme!

A lista de bancas de Natal dos Centros de Trabalho do PCP aqui fica:

Aveiro

- Aveiro
- Ovar
- Espinho
- São João da Madeira

- Oihão
- Faro
- Silves
- Portimão
- Lagos

Guarda

- Gouveia
- Seia
- Guarda

Leiria

- Marinha Grande
- Leiria
- Peniche
- Alcobaca

Lisboa

- Vitória
- Santos
- Lumiar (6.ª Zona da OLL: banca na Rua Comandante Fontoura da Costa, lote 39, loja H, junto ao antigo cinema do Lumiar).
- Arroios
- Prazeres

Faro

- Vila Real de Santo António

- Ajuda
- Alcantara
- Campolide
- Torres Vedras
- Alenquer
- Cascais
- Amadora
- Damaia
- Santa Iria de Azóia
- Moscavide
- Loures
- Odivelas
- Algés
- Oeiras
- Barcarena
- Porto Salvo
- Vialonga (V. F. Xira)

Setúbal

- Funcionam no distrito de Setúbal 26 bancas e mercados de Natal. Todos os 13 concelhos realizam iniciativas deste género

Viana do Castelo

- Viana

Região Autónoma dos Açores

- Horta (Faial)

Região Autónoma da Madeira

- Funchal

Porto

- Boavista (Porto)
- Vila Nova de Gaia

Santarém

- Alpiarça
- Torres Novas
- Santarém
- Tomar
- Benavente
- Alcanena

Quinta

- **Algés**
Plenário de reformados, às 15.00, no Centro de Trabalho.

- **Carnaxide**
Plenário da Juventude CDU, da Freguesia de Carnaxide, às 21.30, no Centro de Trabalho de Algés.

Sexta

- **Amadora**
Plenário de Organização, às 20.30, no Centro de Trabalho com a presença do camarada **Dias Lourenço**, membro da Comissão Política do CC do PCP.

- **Rebordosa/Paredes**
Reunião de militantes, às 21.00.

- **Felgueiras**
Reunião de militantes, às 21.30 no Centro de Trabalho.

- **Torres Vedras**
Plenário de militantes, às 21.30 no Centro de Trabalho, com o camarada Raimundo Narciso, membro do CC.

da Comissão Política do CC do PCP.

- **Montijo**
Às 14.00, reunião da comissão concehliã; às 21.30, debate sobre o acordo Gorbachov/Reagan.

- **Ramalhe**
Festa de Natal, às 15.00, no Centro de Trabalho, promovida pelos Pioneiros de Portugal.

- **Mindelo/Lousada**
Assembleia de Organização, às 21.00, no lugar de Romariz.

- **Felgueiras**
Projeção do vídeo «O Combate do Século», às 15.00 e às 21.30 espectáculo com Carlos do Carmo e Paulo de Carvalho.

- **Coruche**
Reunião, às 15.00, no Centro de Cultura (junto à Câmara Municipal).

- **Lisboa**
Homenagem a José Dias Coelho, às 11.00, na Rua José Dias Coelho (ao Calvário), com a presença de Manuel Pedro, membro do CC do PCP.

Sábado

- **Almada**
Convívio, às 21.30, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada **Dias Lourenço**, membro

Domingo

- **Marinha Grande**
Convívio de reformados, no Centro de Dia, com a presença do camarada **Dias Lourenço**, membro da Comissão Política do CC do PCP.

- **Algés**
Colóquio sobre a comemoração da Revolução de Outubro, às 15.00, no Centro de Trabalho.

- **Lisboa**
Plenário de militantes das freguesias de

Camide, Benfica e S. Domingos de Benfica, às 21.00, no Centro de Trabalho de Benfica, com a presença do camarada **Octávio Pato**, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.



HOMENAGEM a JOSÉ DIAS COELHO



DIA 19 DEZEMBRO Sábado - 11 horas
NA RUA JOSÉ DIAS COELHO (AO CALVÁRIO)

COM A PRESENÇA DE:

Manuel Pedro

(Membro do CC do PCP)

COMISSÃO DE FREGUESIA DE ALCANTARA
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



PUES A MI ESTA PRINCEPESITA ANA ME CAE SIMPATICA CON LA CONDICION DE QUE NOS DEVUELVAN GIBRALTAR



CEBRIAN, Julio (Espanha) in «La Codorniz» revista editada em Madrid e Barcelona, n.º 1654 de 2/12/1973.



TV **O Programa**

Quinta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada», 72.º epis.
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.35 - Sumário



17.40 - Brinca Brincando
18.20 - Série - «Gira Mundo»
18.55 - Série - «O Império de Carson»
19.30 - Telejornal
20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro», 48.º epis.
21.20 - Primeiro Andamento - «Mozart por Maria João Pires»
21.50 - Telemundo
22.20 - Série - «Se o Amanhã Chegar»
23.20 - 24 Horas
23.50 - Remate.

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Pano Para Mangas
15.45 - Série - «Horizontes de Glória»
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes», 149.º epis.
18.00 - Ponto Por Ponto
19.00 - Fórmula One
19.55 - Série - «Hitchcock Apresenta»
20.20 - Série - «O Sol aos Quadrinhos»
21.00 - Jornal das Nove
21.40 - Já Está!
23.00 - Série - «As Teias da Lei».

Sexta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
13.00 - Jornal da Tarde

13.30 - O Comboio da Árvore de Natal



14.00 - Não Basta Chorar
15.30 - Série - «Odisséia»
17.05 - Max, o Computador (1.ª parte)
18.10 - Brinca Brincando
18.25 - Série - «Os Anos Não Contam»
18.50 - Série - «O Império de Carson»
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»
21.15 - Série - «De Um Natal ao Outro»
22.25 - O Programa das Festas
23.00 - 24 Horas
23.30 - Remate
23.45 - Pela Noite Dentro - «A Noite de Lord Edgware», real., Lou Antonio (EUA/1985).

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Agora, Escolha!
15.40 - Série - «O Mundo é um Palco»
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela - «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto Por Ponto
19.00 - Fórmula One
19.55 - Série - «Hitchcock Apresenta»
20.20 - Série - «O Sol aos Quadrinhos»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Clube de Jornalistas



22.00 - Série - «Mancha na Paisagem»
23.00 - Troféu.

Sábado

RTP1

09.00 - Juventude e Família
12.00 - Série - «A Água e a Vida»
12.30 - Série - «Estrada Larga»
13.00 - Notícias
13.10 - Série - «Especial National Geographic»
14.10 - Parlamento
14.40 - Concurso - «Sobe e Desce»
15.40 - Sessão da Tarde («Uma Nova Vida», real., Paul Wendkos (EUA/1985))
16.45 - Fuga
17.45 - Viva Música
18.45 - Saber Saúde
19.15 - Sete Folhas
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.00 - Boletim Meteorológico
21.20 - Série - «Duarte & Companhia»
22.30 - Espectáculo - «Maria Callas»
23.30 - Cinema da Meia-Noite «O Grupo do Colégio», real., Sidney Lumet (EUA/1966).

RTP2

09.00 - Compacto Totally Live
13.00 - Compacto «Tudo ou Nada»
16.00 - Troféu
20.05 - Som da Surpresa «Jazz»



21.00 - Série - «Alexandre, o Grande»
22.00 - Concorde ou Talvez Não.

Domingo

RTP1

09.00 - Juventude e Família
11.15 - Missa
12.05 - 70x7
12.35 - TV Rural
13.00 - Notícias
13.10 - O Som da Casa
13.55 - Série - «A Casa de Irene»
14.20 - Série - «O Planeta Terra»
15.10 - Primeira Matinée «Sissi - Jovem Imperatriz», real., Ernst Marichka
17.00 - Clube Amigos Disney
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.40 - Eu Show Nico
21.45 - Série - «Um Sonho Para Durar»
22.45 - Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 - Music Box
10.00 - Troféu
12.30 - Juventude e Família
13.00 - Caminhos
13.30 - Novos Horizontes
13.50 - TV Mulher
14.15 - Music Box - Especial
15.15 - Troféu
17.15 - Série - «A Evolução do Homem»
18.05 - Série - «5.ª Dimensão»
19.00 - Piano Bar
20.15 - Série - «Quem Sai aos Seus»
20.40 - Artes e Letras
21.35 - CineClube - «Obras-Primas do Cinema Mudo Americano - A Multidão», real., King Vidor (EUA/1928).

Segunda

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
13.00 - Jornal da Tarde

13.30 - Série «A Caixinha Encantada»
14.25 - Série «O Mundo da Natureza»
15.20 - Série «Odisséia»
16.55 - Série «Max, o Computador»
17.35 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.20 - Série «Iratán Iracema»
18.55 - Série «O Império de Carson»
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela «Roque Santeiro»
21.25 - Concurso «Saber a Valor»
22.30 - Série «A Clínica da Floresta Negra»
23.25 - 24 Horas
00.00 - Remate

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Agora, Escolha!
15.40 - Concurso Internacional Fritz Krisler
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto Por Ponto
19.00 - Fórmula One
19.55 - Série «Hitchcock Apresenta»
20.20 - Série «O Sol aos Quadrinhos»
20.50 - Mostra de Livros
21.00 - Jornal das Nove
22.00 - O Mistério da Natividade

Terça

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela «Tudo ou Nada»

13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Série «A Caixinha Encantada»
15.20 - Natal dos Hospitais
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela «Roque Santeiro»
21.20 - Programa da Direcção de Informação
22.20 - Série «Acção em Miami»
23.25 - 24 Horas
23.55 - Remate

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Dois Dedos de Conversa
15.40 - Série «A Gaveta Secreta»
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto Por Ponto
19.00 - Fórmula One
19.55 - Série «Hitchcock Apresenta»
20.20 - Série «O Sol aos Quadrinhos»
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - Série «La em Casa Tudo Bem»
22.05 - Cinemadols «A Luz do Norte», real. John Hanson e Rob Nilsson (EUA)

Quarta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela «Tudo ou Nada»

13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Série «A Caixinha Encantada»
15.20 - Série «Odisséia»



16.55 - Série «Max, o Computador»
18.20 - Série «Iratán Iracema»
18.55 - Série «O Império de Carson»
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela «Roque Santeiro»
21.20 - Vamos Jogar no Totobola
21.40 - Lotação Esgotada «Os Salteadores da Arca Perdida», real. Steven Spielberg (EUA/1981)
00.00 - 24 Horas
00.30 - Remate

RTP2

13.15 - Totally Live
14.10 - Agora, Escolha!
15.40 - Plano Bar
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.10 - Telenovela «Os Imigrantes»
18.00 - Ponto Por Ponto
19.00 - Fórmula One
19.55 - Série «Hitchcock Apresenta»
20.20 - Série «O Sol aos Quadrinhos»
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - Fantasia e Realidade
22.00 - Amy e o Anjo
22.50 - Série «As Leis do Amor»

Teatro **O Cartaz**



mões, 578. Tio Vânia, de Anton Tchekov pela Selva-Trupe, enc. Fernando Umaña.
Teatro, Rua do Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb., às 21.45, dom. às 17.00. Édipo Rei, de Sófocles pelo Tear, enc. de Moura Pinheiro.

• ESTORIL
Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. O Balcão, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

• ÉVORA
Teatro Garcia de Resende. Diariamente às 21.30. Solness, o Construtor, de Henrik Ibsen, enc. de Luís Varela.

• SETÚBAL
Teatro de Bolso, Rua Balneário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. O Médico à Força, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

• LISBOA
Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. Grande Paz, de Edward Bond, pelo Teatro da Cornucópia, enc. de Luís Miguel Cintra.
Teatro da Cantina Velha, Cidade Universitária. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00 e 21.30. A Espuma dos Dias, de Boris Vian, pelo Grupo IBIS, enc. Paulo Filipe.
Teatro da Cisterna da Escola Superior de Belas-Artes, Largo da Academia Nacional de Belas-Artes. De 2.ª a 6.ª às 18.00 e 22.00, sáb. e dom. às 15.00, 18.00 e 22.00. Cidade-Rel, pelo Teatro Espaço, enc. de Agueda Sena.
Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30; dom., às 17.00. Lençóis de Amor e Morte, de Yukio Mishima, enc. de José Blanco Gil.
Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. Toma Lá Retira Lá, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.
Teatro Maizum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb., às 21.30. Bela-Caligula, de Augusto Sobral.
Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. Guerras de Alecrim e Manjerona, enc. de Carlos Avilez.
Teatro do Século, Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. Metro-Cabaret, de Fernando Gomes.
Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom., às 21.30, dom. também às 16.00. Criada para Todo o Serviço, enc. Armando Cortez.
• PORTO
Sala do Povo Portuense, Rua de Ca-

Profissionais de todos os países (UNI-VOS!)

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O PCP NA DEFESA DA DEMOCRACIA

DOCUMENTOS APROVADOS PELO COMITÉ CENTRAL

Realizar o boletim de organização e combater com persistência as deficiências organizativas

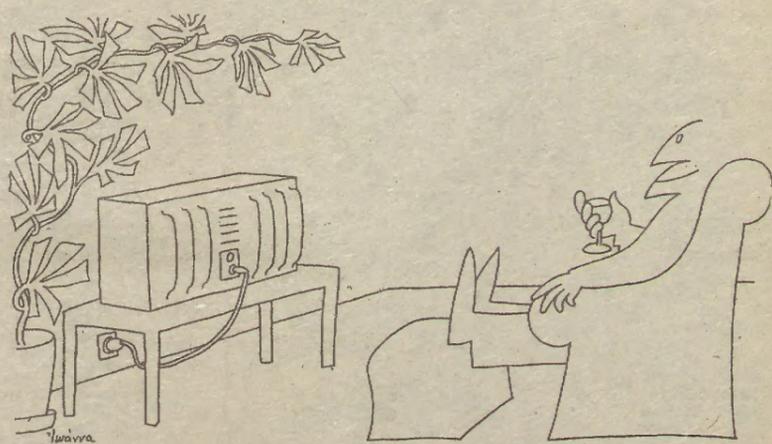
Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Arizona Júnior	★★★	★★★	★★★	★★	★★
B	Crimes do Coração	★★	—	★★	—	—
C	O Declínio do Império Americano	—	★★★	★★★	★★★	★★★
D	Os Intocáveis	★★	★★	★★	—	★★
E	Kaos	—	—	★★★★	★★★★	—
F	Mélo	★★★★	★★★★	★★★	★★★★★	★★★★
G	Nascido para Matar	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
H	Querido Lilás	—	—	★★	★★	★★
I	O Sacrifício	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★	—

Classificação de * a *****

A — Real. Joel Coen — Hollywood/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45); Las Vegas/2 (14.00, 16.15, 18.45, 21.30); Londres 14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Bruce Beresford — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Tivoli (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Denys Arcand — Alfa/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/4 (13.30, 15.30, 17.30, 21.45, 00.15); Mundial/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.15) — Lisboa.
 D — Real. Brian de Palma — Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Paolo e Vittorio Taviani — Quarteto/2 (14.30, 18.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Alain Resnais — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Stanley Kubrick — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 H — Real. Artur Semedo — Eden (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30); Roma (14.00, 16.30, 19.30, 21.30) — Lisboa.
 I — Real. Andrei Tarkovsky — Quarteto/4 (15.00, 18.30, 21.30) — Lisboa.



...e ainda

Música, debates, etc.

Música

A Missa em dó menor de Mozart e a Cantata de Natal de Honnegger são as obras a apresentar nos três concertos promovidos pela Fundação Gulbenkian esta semana: no dia 17 e no dia 18 às 18.30 no Grande Auditório da Gulbenkian e no dia 19 às 21.30 na Basílica da Estrela. Intérpretes: Orquestra Gulbenkian e Coros Gulbenkian e Infantil dirigidos pelo Maestro Michel Corboz. No Teatro Nacional de S. Carlos prosse-



que o Ciclo Canção do Séc. XIX com dois concertos: no dia 21 às 18.45, Elvira Ferreira, soprano, e António Toscano, piano, interpretam obras de Freitas Branco, Bellini, Donizetti, Lacerda, Turina, Verdi; no dia 22 à mesma hora, Helena Vieira, soprano, e João Paulo Santos, piano, interpretam obras de Mahler, Schubert e Strauss.

Bailado

Hoje às 21.00 e amanhã às 18.30, últimas apresentações de O Lago dos Cisnes — música de Tchaikowsky, versão coreográfica de Armando Jorge — pela Companhia Nacional de Bailado, no Teatro de S. Carlos.



Cinema

Na Fundação Gulbenkian termina na 2.ª feira o Ciclo de Cinema Actor/Actor que ali tem estado a decorrer. Eis os filmes ainda programados: — dia 18 às 18.30

Quem Teve a Culpa/1924 e às 21.30 Assim é a Vida/1929, de Carl Jungans. — dia 20 às 15.30 Den Verloren/1951 de Peter Lorre e A Sombra do Caçador/1956, de Charles Laughton; às 21.30 A Marquesa de O, de Eric Rohmer. — dia 21 às 18.30 Partitura Inacabada para um Piano Mecânico/1976, de Nikita Mikhalkov e às 21.30 Wanda/1970, de Barbara Loden.



Homenagem a Francisco Miguel

Como noutra página do «Avante!» mais detalhadamente se anuncia, o 80.º aniversário do camarada Francisco Miguel será festejado com um almoço-convívio a realizar na Voz do Operário no próximo sábado a partir das 13.00.

As inscrições estão abertas no Centro de Trabalho Vitória em Lisboa.

Convívio de Reformados

Amanhã, no seu Centro de Dia da Alameda D. Afonso Henriques, a UPPSS promove um almoço-convívio em que participará Maria Santos, deputada de «Os Verdes», e Maria Alda Nogueira, do Comité Central do PCP.



Exposições

• LISBOA

Alice Trigueiros — «Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 22/12).

Artisanato — Exposição-venda de Natal. MDM, no Espaço Maria Lamas, Av. Duque de Loulé, 111-4.º De 2.ª a sáb. das 10.00 às 20.00 (até 6/1).

Azulejos — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menz, Lurdes Castro, João Vieira), R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Batarda — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.

Brito Miranda — Pintura. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Carlos Martins Pereira — «As Lágrimas das Coisas». Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb., das 15.00 às 20.00 (até 13/1).

Colectiva — «Fora de Formato». Galeria Novo Século, 23-A. De 3.ª a sáb., das 14.00 às 20.00 (até 31/12).

Cyril Bourquin — Pintura. Galerias de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Colectiva — Gravura e Serigrafia. Atelier 2 (António Inverno), R. da Emenda, 66, 3.º. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 20.00.

Colectiva — Escada Centro Arte, R. Bela Vista à Graça, 81. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00; sáb. das 10.00 às 14.00.

Colectiva — Artex Galeria, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00.

Diálogo com Soares dos Reis — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes.

Francisco Simões — Escultura e desenhos. Galeria de S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 167.

Homenagem a Pe-

niche Galveias — Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb., das 10.00 às 13.00.

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Irene Buarque — Pintura «Um Jardim Bem Fechado». Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb., e dom. das 10.00 às 19.00 (até 10/1).

José Guilherme Toledo — Desenhos. Fundação Ricardo Espírito Santo, Largo das Portas do Sol, 2 (até 30/12).

José Moga — Desenho. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30.

Juan Muñoz — «Estudos para a descrição de um lugar». Galeria Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1. De 2.ª a sáb., das 15.00 às 20.00.

Kika Costa — Tapeçaria. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111-1.º. Diariamente das 14.00 às 19.00 (até 30/12).

Laura Cesana — Pintura. Centro Europeu de Línguas, Av. Padre Manuel da Nóbrega, 43-2.º dt.º. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00, sáb., das 11.00 às 13.00 (até 31/1).

Lilly Rosa e Gary Hansmann (EUA) — Pintura e gravura. Galeria de Exposições Temporárias, Fundação Gulbenkian.

Luis Vasconcelos — Fotografia «Elementos de Paisagem-Jardim Botânico 87». Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, rua das Chagas, 17-2.º dt.º. De 2.ª a sáb., das 14.00 às 22.30.

Manuel Gantes e Isabel de Sá — Desenho. O Tempo do Gato. Diariamente das 16.00 às 19.00.

Museu da Água de Manuel da Mala — Recinto dos Barbadinhos, rua do Alviela (à Calça-

da dos Barbadinhos), n.º 12.

Nicolau Tudela — Pintura e desenho. Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. Diariamente das 14.00 às 20.00 (até 30/12).

Porcelanas — Da colecção Porcelanas Europeias do Palácio Nacional da Ajuda. Museu Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Salvador Dalí — Escultura. Livraria Barata, Av. de Roma, 11. De 2.ª a sáb. das 12.00 às 23.00 (até 9/1).

Sérgio Taborda — Escultura. Gal. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15.00 às 20.00 (até 19/12).

«Sinais Expostos da Misericórdia» — Museu de S. Roque, Largo de Trindade Coelho. Das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.00 (até final de Dez.).

«Têxteis Mexicanos» — Museu Nacional do Traje. Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

• PORTO

«Boom» Natal 87 — Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima

33/130. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

Colectiva — Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

Costa Camelo — Pintura. Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777, loja 8. Diariamente das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 7/1).

Elsa César — Escultura. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, n.º 1.

Gravuras — Da Colecção Calouste Gulbenkian. Museu Soares dos Reis (até 24/1).

José Rodrigues e Pedro Tudela — Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 67 e 68.

Vitor Costa — Pintura. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854.

Xana e José de Guimarães — «Arqueologias». Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

• OUTRAS LOCALIDADES

6.ª Exposição do ARTEVER — Associação de Artes Plásticas da Amadora. Galeria Municipal da CMA. AMADORA.

Helena Felícia — Óleos. Galeria S. Mar-



Aguadeiros, séc. XIX

Tempo Fim de Semana



Tendência para céu pouco nublado vento fraco e neblina ou nevoeiro matinal. Esta é a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para o próximo fim-de-semana.

a TV

Síntese semanal da IMPRENSA

A história maravilhosa de um mês de Dezembro

Ninguém poderá mais esquecer aquele momento. Dois homens estão sentados lado a lado. Assinam documentos. Assinam simplesmente a maior esperança de Paz desde o fim da última guerra. Momento promissor de que outra guerra não haverá. De que a outra, a última, foi última mesmo.

Esse instante culmina anos e anos de luta árdua, de esforços inauditos, de sacrifícios de toda a ordem. É longa já a lista dos mártires pela paz, por esse mundo fora. Graças a eles, vimos chegar a madrugada.

Vimos. Eram dois homens sentados lado a lado. Assinaram umas folhas. Levantaram-se. Trocaram de canetas, como recordação. Sorriam. Apertaram as mãos...

Todos os pormenores, até o mais insignificante, ficaram gravados na nossa memória. Um dia poderemos contar aos nossos netos, como se fosse uma história maravilhosa. Ou antes: porque é uma história maravilhosa.

O grande abraço da amizade

Ficaram para trás anos e anos de propaganda venenosa. Propaganda sem leis em que valia tudo — desde a anedota até à calúnia, passando pela provocação e pela ameaça. Incontáveis rasteiras, gestos agressivos, gumes e lumes.

Quem vê a Televisão portuguesa sabe como se não recuou diante de nada para arrastar o nome da União Soviética pelas ruas da amargura. Mas ao pé doutras televisões (a francesa e a inglesa, por exemplo), a RTP era uma brincadeira de crianças. A avalanche de anti-comunismo que se abateu sobre os Estados Unidos era de tal monta que qualquer esperança de entendimento parecia impossível. E de repente...

De repente, vemos, pela Televisão, que um automóvel oficial pára no meio da avenida de Washington. Dele sai um homem simples que se dirige à multidão concentrada no passeio. Sorri. Abrem-se sorrisos, como clareiras luminosas. Aperta fraternalmente as mãos que para ele se estendem...

Era Gorbachov. Os homens da segurança parecem alarmados. O próprio Bush olha para o céu, inquieto. Oh, God!

Mas as mãos que se estendem são mãos de gente simples, gestos de amizade e entendimento. Gorbachov estava tranquilo.

...Afinal foram inúteis todos aqueles anos de punhal nos dentes...

Responsabilidade

Foi uma grande vitória. Um passo decisivo. Mesmo que os habituais comentadores da RTP, mesmo que os blocos informativos teimem em atirar pregos para debaixo das rodas, mesmo que saudosistas do paludismo da confrontação procurem minimizar as bases do acordo, ninguém se atreve a diminuir a importância do encontro. Quer queiram, quer não, já nada é como era antes. Os falcões recolheram as garras...

...Mas as garras persistem, persistem sombras dolorosas ainda. Quem defende a paz não pode baixar os braços. Ainda há muito por fazer.

Luminosas as palavras de Vladimir Zemski, diplomata soviético em Lisboa, entrevistado na altura do encontro em Washington.

Tal encontro, na sua opinião, abre caminho para a paz, a confiança, a segurança. Mas isso não depende só de dois homens ou de dois povos. A paz é uma questão que tem a ver com todos os povos, grandes e pequenos, é um objectivo de todas as pessoas.

Isto mesmo. Trata-se de uma responsabilidade total, que vai do individual ao colectivo. Ela tem de continuar a ser assumida para garantir o futuro que o encontro de Washington abre à Humanidade, agora que a esperança ganha novas forças. Agora que o rosto da Paz nos sorri.

■ **Ulisses**

Medicamentos: «higiene e conforto» que Governo não paga

Janeiro vai chegar sombrio. No próprio dia 1 haverá aumentos nos transportes, rendas de casa, géneros de primeira necessidade. E nos medicamentos, conforme se explica no trabalho de um jornalista do «Diário de Notícias» que parcialmente transcrevemos.

Trabalho que, se nada tem de síntese de uma semana agitada por greves, manifestações e outras formas de luta, resposta dos trabalhadores às medidas e tentativas governamentais de intensificação da exploração, não é abusivo tomar como exemplo destas e da hipocrisia com que o Governo pretende disfarçá-las.

Ainda segundo jornais desta semana, «a CGTP calcula em 514 milhões de contos o valor total da evasão ao pagamento das contribuições à Previdência entre 1974 e 1988»; por seu lado, «o Governo afirma que a dívida empresarial à Segurança Social escende a perto de 142 milhões». Temos pois uma diferença de 372 milhões de contos, a que este Governo e governos anteriores, de perdão em perdão ao patronato, foram chegando.

Vamos nós pagá-la nos medicamentos para que todos os meses descontamos?

O que vamos pagar...

• «No próximo mês muitos portugueses vão ter dores de cabeça, febre, tosse, corrimento nasal. Desta vez, têm de tratar da doença com os próprios meios. A partir do início do ano deixam de ser comparticipados os analgésicos, antipiréticos, antitússicos, as gotas destinadas a «desentupir» o nariz, os xaropes expectorantes. E não são apenas os remédios para a gripe que saem da lista de comparticipações. Cerca de 500 produtos, «de conforto» chamados, terão de ser integralmente suportados pelos utentes, incluindo vitaminas, suplementos alimentares usados a seguir a operações, «todos os medicamentos de aplicação tópica na pele».

A 26 de Novembro, Marcolino dos Santos, da Direcção-Geral dos Assuntos Farmacêuticos, anunciou aos representantes da indústria que todos os medicamentos até agora pagos pelo Estado em 50 por cento vão deixar de ter qualquer subsídio. Disse ainda que os anti-asmáticos simples, por enquanto grátis, só serão comparticipados em 80 por cento. E forneceu uma classificação dos produtos excluídos do reembolso.

Divide-se em 11 grandes grupos: analgésicos e antipiréticos; desinfectantes; antitússicos e expectorantes; purgantes e laxantes, preparados de aplicação tópica na boca; medicamentos que actuam no fígado e vias biliares; vitaminas, sais minerais e suplementos alimentares; estimulantes e inibidores de apetite; todos os medicamentos de aplicação tópica na pele; todos os medicamentos de aplicação tópica em ORL, além dos anti-asmáticos que passam de grátis a 20 por cento.

O primeiro grupo inclui mais de 16 medicamentos, como se pode ver em qualquer *Symposium*. São produtos baratos (de 100, 105 ou 697 escudos de preço), aqueles que compramos para uma dor de cabeça ou uma «ponta de febre», tantas vezes sem receita médica.

...ou não comprar

Os medicamentos do segundo grupo já possuem ou-

tro valor terapêutico e monetário: embalagens de drageias usadas para rinites, bronquites, «todas as infecções das vias respiratórias», que custam 920 escudos.

Qualquer leigo se apercebe que os medicamentos para o fígado e vias biliares necessitam de prescrição médica. Mas talvez nem todos saibam que o seu preço atinge 1018 e 2596 escudos. E, no grupo de vitaminas, sais minerais e suplementos alimentares há uma enorme gama de preparados (mais de cem) com vitaminas simples, associações vitamínicas, dietas orais para situações gástricas especiais, a preços variadíssimos.

Os medicamentos de aplicação tópica em dermatologia também são mais de cem. Basta olhar para a listagem dos efeitos que produzem, para perceber que se destinam a tratamento da pele e ainda a um sem número de doenças que incluem afecções reumáticas, circulatorias e outras.

Francisco Norton Brandão, o velho professor de Dermatologia, um especialista conceituado, garante que nenhuma afecção cutânea pode ser curada sem medicamentos tópicos. «O tratamento é prolongado, dispendioso e indispensável», diz. Inclui pomadas para úlceras, queimaduras, cicatrizantes, o grande grupo de anti-alérgicos, enfim, tudo aquilo que normalmente um médico prescreve «quando a pele está doente».

Contra doentes e médicos

«À semelhança do que acontece na CEE, vamos deixar de participar medicamentos de higiene e conforto», disse Fernando Costa Freire, responsável por este sector no Ministério da Saúde. A medida entrará em vigor «até ao fim do ano».

Serão todos medicamentos de conforto? Não há dúvida de que quando se tem a garganta inflamada, tomar um xarope dá muito conforto. Mas os medicamentos que se espalham na pele (os de uso tópico), se proporcionam bem-estar a quem tem uma queimadura, também são, afinal, o único produto para a cura. E o mesmo acontece com os preparados para o fígado e vias biliares, as gotas para o «nariz constipado» — enfim, a linha entre o conforto que um medicamento proporciona e o valor terapêutico que possui e é difícil de distinguir. Ter saúde é sempre confortável.

Mas, neste ponto, o secretário de Estado da Administração Hospitalar é peremptório: os gastos com medicamentos têm vindo a diminuir desde 1985 e o Ministério da Saúde tudo vai fazer para aumentar a poupança. «Afinal, isto é como gerir as verbas lá em casa, se usamos tudo para pôr alcatifas ficamos sem orçamento para as necessidades diárias», diz.

A primeira etapa de redimensionamento encareceu os medicamentos, prova-o um estudo feito pelo Deco (acerca da «unidade»). Pois bem, voltarão as embalagens grandes.

Mas a «grande guerra» virá quando o Ministério decidir abrir concurso entre produtos similares, e, em vez de participar todos, como até agora, escolher os mais baratos. Por exemplo, se houver quatro marcas de um barbitúrico, a 1000, 1200, 1500 e 2000 escudos, por embalagem, o Governo só comparticipará os três primeiros, seja qual for o valor terapêutico atribuído ao quarto.

Além disso, o Ministério quer controlar o receituário passado por cada médico e considera-o possível adoptando um código de barras igual ao já existente nas embalagens, para controlo de preços. «A leitura será simples e tratada em computador», diz Fernando Costa Freire, que, aliás, muito sabe de informática.

Modelo da CEE...

Formado em Engenharia, Fernando Costa Freire é um gestor. Pôs de pé o Hospital do Restelo e daí «saltou» para o Ministério da Avenida João Crisóstomo, fazendo a «estreia» em lides governamentais no sector da saúde. Ao falar com ele percebe-se que «economizar» lhe é palavra cara. Em relação aos remédios parece ser esse, aliás, o principal critério.

«É necessário gastar melhor o dinheiro que nos dão».

E vai buscar à secretária cópia de um decreto-lei, em francês, para demonstrar que o governo de Paris fixa normas para autorizar o funcionamento de TAC privados, de serviços de hemodiálise, ou de ressonância nuclear magnética. Traz ainda um prospecto, também editado em França, com o mapa das camas existentes em cada região daquele país, das unidades de cuidados primários e das outras, mais sofisticadas. Técnicos do Ministério estão a preparar a «Carta Hospitalar», e, a avaliar pelas preocupações do responsável pelo sector, talvez sigam o modelo francês.

Dará resultado? Em relação aos medicamentos Isabel Cristiano, da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, argumenta que, em Portugal, o consumo é o mais baixo da Europa, 5059 escudos por habitante, nada em comparação com a Bélgica (12 313 escudos), um país semelhante ao nosso em termos de população e também ele membro da Comunidade Económica Europeia.

Claro que em Portugal há aquela especificidade constitucional ainda em vigor, que diz ser a saúde um direito de todos os cidadãos. Será talvez uma «carga ideológica» a expurgar na próxima revisão. Tanto mais que no capítulo «Saúde» do programa do Governo nenhuma referência é feita a saúde gratuita.

(«Diário de Notícias», 11 de Dez.)

Xadrez

CXXXII — 17 de Dezembro de 1987

Proposição N.º 132

Por: J. Haring

4.º Prémio «Sportowiec», 1955

Pr.: 5 : Pç3-Cs.ç2ç8-Ta1-Ra6



Br.: 4 : Bf1-Té2-Dé5-Rç7

Mate em 2 lances

Jogo N.º 132

Torneio Investbanka de Belgrado, 1987

Br.: S. Gligoric — Pr.: N. Short

1. d4, é6; 2. é4, d5; 3. Cç3, Bb4; 4. é5, ç5; 5. a3, B:ç3+; 6. b:ç3, Cç7; 7. a4, Cb6; 8. Cf3, Da5; 9. Dd2, Bd7; 10. Bd3, ç4; 11. Bè2, 0-0; 12. 0-0, f6; 13. Ba3, Taè8; 14. Bd6, Tf7; 15. g3, Cf5; 16. Bb4, Dç7; 17. Tfè1, f:é5; 18. d:é5, C:b4; 19. C:b4, Té8; 20. Cg5, Té7; 21. Bg4, Bè8; 22. ç3, a5; 23. b:a5, Da5; 24. Dç1, Bç6; 25. f4, h6; 26. Cf3, d4; 27. ç:d4, g5; 28. f:g5, h5; 29. B:h5, C:g3; 30. h:g3, C:g3; 31. Da3, Dd5; 32. Tad1, Th7; 33. g4, B:d1; 34. T:d1, Tf3 e as pretas abandonam.

Solução do N.º 132

1. Ta4 ou Tb1; 2. Da4++
1. Ta2 ou Ta3; 2. Té5++
1. Ta5; 2. Té6++
1. Cb4 ou Cd4; 2. Ta2++
1. Ca3; 2. Da4++
1. Cç8 joga; 2. Db6++

■ A. de M.M.

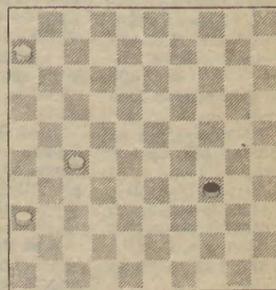
Damas

CXXXII — 17 de Dezembro de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 132

Por: A. Régnier, 1881

Br.: 3 : 6-27-36; Pr.: 1 : 34



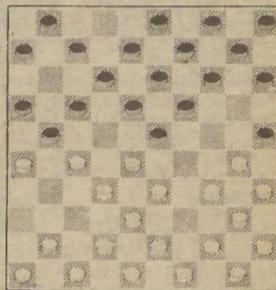
Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 132

Por: Henri Chiland

— Fevereiro, 1928

Pr.: 20 : 1-3-4-5-6-7-8-9-10-12-13-14-15-16-17-18-19-21-23-25



Br.: 20 : 26-27-28-30-32-33-34-35-38-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49-50

Jogam as brancas e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CXXXII

N.º 132 (AR): 6-1 (34-39) 1-29 (29-44) [se (39-43) 29-38 (43X21) 36-31 +] 29-38 se: (44-50) 38-33 + se: (44-49) 38-32 e 32-28 ou 23 ou 19 +

Golpe N.º 132 (HCH): 27-22 (18X27) 30-24 (19X39) 28X19 (39X37) 42X2 = D... B+1.

■ A. de M.M.